



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL**

CAROLINA SILVA DA COSTA

**DA ANISTIA À REDEMOCRATIZAÇÃO: O PROCESSO DE ESQUECIMENTO DA
5ª COMPANHIA DE GUARDAS.**

Belém, 2023

CAROLINA SILVA DA COSTA

**DA ANISTIA À REDEMOCRATIZAÇÃO: O PROCESSO DE ESQUECIMENTO DA
5ª COMPANHIA DE GUARDAS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia – PPHIST, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFHC, da Universidade Federal do Pará – UFPA, como parte do requisito para obtenção do título de Mestre em História Social.

Linha de pesquisa: ‘Cidade, Floresta e Sertão: Cultura, Trabalho e Poder’.

Orientador: Prof. Dr. Pere Petit.

Belém, 2023

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

C837a Costa, Carolina Silva da.
Da anistia à redemocratização: O processo de esquecimento da
5ª Companhia de Guardas / Carolina Silva da Costa. — 2023.
VI, 87 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Pere Petit Peñarrocha
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-
Graduação em História, Belém, 2023.

1. Ditadura Militar. 2. Casa das Onze Janelas . 3.
Patrimônio. 4. Memória da ditadura. 5. 5ª Companhia de
Guardas . I. Título.

CDD 981.15

CAROLINA SILVA DA COSTA

**DA ANISTIA À REDEMOCRATIZAÇÃO: O PROCESSO DE ESQUECIMENTO DA
5ª COMPANHIA DE GUARDAS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia – PPHIST, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFHC, da Universidade Federal do Pará – UFPA, como parte do requisito para obtenção do título de Mestre em História Social.

DATA DA AVALIAÇÃO: __/__/__

CONCEITO:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Pere Petit Peñarrocha
(Orientador – UFPA)

Prof.^a Dr.^a Leila Morão Miranda
(Avaliador interno – UFPA)

Prof.^a Dr.^a Dayseane Ferraz Costa Pinto
(Avaliador externo)

AGRADECIMENTOS

Hoje, agradeço sobretudo a Deus, por ter me dado força e capacidade para mudar minha situação quando nem eu mesma acreditava, enquanto tudo era difícil de acreditar que jamais pensaria na conclusão deste texto.

Na oportunidade, quero agradecer a mim mesma, por toda dedicação, abdicção, determinação e crença na minha pesquisa de forma a construir algo que me orgulho.

Gratidão à minha família, minha mãe Rute Margalho, irmãos Fernanda e João Margalho, por me abraçarem nos momentos mais difíceis, deitarem comigo na cama e assistirem qualquer coisa só para fazer companhia aos meus piores dias de dor. Bem como meu irmão de coração, parceiro de tantos anos Daniel Alvares, que por diversos momentos puxou minha orelha e me fez perceber que apenas eu posso mudar minha história.

Às minhas amigas/irmãs Natalia Gomes e Blenda Rocha, que de tantos cultivos resilientes, por anos caminhamos em parceria e afetos, sejam em momentos bons ou ruins, porém, sempre juntas.

Minha total gratidão ao meu parceiro, desde a inscrição no Programa, nas discussões, idealizações e tantas perturbações, Rafael Menezes, que traduziu meus pensamentos em formas das quais jamais esquecerei.

In memoriam ao meu mestre Renato Aloizio Oliveira Gimenes, que tão cedo nos deixou por uma fatalidade, onde se deslocava para fazer o que mais amava, levar acalento a todos através da educação, acalento este que tanto me conformou e construiu durante a monografia, em suas contribuições no projeto do mestrado... dias antes de seu acidente, parabenizou a trajetória já de qualificação. Professor, obrigada, sempre lembrarei de cada café com história que tivemos.

Aos meus amigos, chefes e todos aqueles que torceram e acreditaram...

“Portanto: é possível viver quase sem lembrança, e mesmo viver feliz, como mostra o animal; mas é inteiramente impossível, sem esquecimento, simplesmente viver”.

(Nietzsche)

RESUMO

Quando se fala sobre ditadura de 1964 – 1985, volta-se a um passado sensível, carregado de memórias e traumas que persistem em disputas de poder, instalado no processo democrático do Brasil desde a Lei nº 314/1967 da Segurança Nacional, passando pela Lei 6.683/1979 da Anistia até as construções históricas atuais. Compreender e conhecer os discursos e personagens dos quais viveram esse passado é um estudo desenvolvido pelos pesquisadores da história do tempo presente, bem como problematizar a memória que perpassam por campos subjetivos e, também físicos – os museus – lugares de memórias trazido por Nora (1988). Espaço esse que tem por finalidade lembrar, no entanto, quando criam uma lacuna de esquecimento, torna-se paradoxal, passando ser necessário a provocação em construções historiográficas no que diz respeito ao período ditatorial. Desta forma, foi utilizado a metodologia com análise bibliográfica em artigos, livros, produções e fotos, que citassem a 5ª Companhia de Guardas como local de prisão, hoje Museu de Arte Contemporânea, Moderna e Fotos, ou Casa das Onze Janelas, localizada no bairro da Cidade Velha em Belém – PA. Museu que compõe um dos espaços formativos do Feliz Lusitânia, o conjunto de patrimônios revitalizados e ressignificados dentro do projeto que tem por objetivo divulgar os primeiros contatos do colonizador europeu e os nativos. A Casa das Onze Janelas, nas suas funções cronológicas atendeu como moradia de Domingos Bacelar, depois como Hospital Militar e espaço de recolhimento de depoimentos e encarceramentos de subversivos no século XX, a 5ª Companhia de Guardas e por fim Museu. Contudo, o ponto de discussão desta pesquisa é que em sua proposta curatorial atual, não é divulgado seu passado repressivo, deixando o visitante destoado da real história contida de um modo geral, pois nem mesmo toda passividade repassada, de fato ocorreu neste espaço. Por isso, reunir uma base historiográfica de nomes identificados como subversivos, em suas ações dentro da resistência e que foram encaminhados para prestar esclarecimentos na 5ª Companhia de Guardas, é o objetivo desta pesquisa, na intenção de provocar a memória sensível em contrapondo dos discursos implantados pelo silêncio e esquecimento construído no prédio.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Memórias da Ditadura; 5ª Companhia de Guardas; Casa das Onze Janelas; Feliz Lusitânia; Patrimônios.

ABSTRACT

When talking about the dictatorship of 1964-1985, one goes back to a sensitive past, laden with memories and traumas that persist in power struggles, installed in the democratic process in Brazil since Law n° 314/1967 on National Security, passing through Law 6,683/1979 from Amnesty to the current historic buildings. Understanding and knowing the speeches and characters whose past lived is a study developed by researchers of the history of the present time, as well as problematizing the memory that permeates through subjective and also physical fields - the museums - places of memories brought by Nora (1988). Those spaces whose purpose is to remember, however, when they create a gap of forgetfulness, it becomes paradoxical, making it necessary to provoke historiographical constructions with regard to the dictatorial period. In this way, the methodology with bibliographical analysis was used in articles, books and productions, which cited the 5th Company of Guards as a place of prison, today Museum of Contemporary, Modern Art and photos, or House of Eleven Windows, located in the neighborhood of Cidade Old woman in Belém-PA. Museum that makes up one of the formative spaces of Happy Lusitânia, the set of heritage revitalized and resignified within the project that aims to publicize the first contacts of the European colonizer and the natives. House of Eleven Windows, in its chronological functions, served as the home of Domingos Bacelar, then as a Military Hospital and a space for the collection of testimonies and incarcerations of subversives in the 20th century, the 5th Company of Guards and finally the Museum. However, the point of discussion of this research is that in its current curatorial proposal, its repressive past is not disclosed, leaving the visitor out of tune with the real history contained in general, since not even all passivity passed on actually occurred in this space. Therefore, gathering in this research a historiographical base of names identified as subversive, in their actions within the resistance and that were sent to provide clarifications in the 5th Company of Guards, is the objective of this research, with the intention of provoking the sensitive memory in opposition to the speeches implanted by the silence and oblivion built in the building.

Keywords: Military Dictatorship; Memoirs of the Dictatorship; 5th Company of Guards; House of Eleven Windows; Happy Lusitania; Equity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Relatório Comissão de Investigação Sumária.....	37
Figura 2 - Relatório Comissão de Investigação Sumária.....	38
Figura 3 - Manchete do jornal A Província do Pará.....	40
Figura 4 - Manchete do jornal A Província do Pará.....	41
Figura 5 - Manchete do jornal Folha de São Paulo.....	45
Figura 6 - Belém em 1640.....	47
Figura 7 - Planta da cidade de Belém.....	48
Figura 8 - A planta do Hospital Real Militar.....	50
Figura 9 - 5ª Companhia de Guardas.....	51
Figura 10 - Placa sobre o histórico da Casa das Onze Janelas.....	53
Figura 11 - Localização do complexo Feliz Lusitânia e os espaços que o compõem.....	55
Figura 12 - Relatório confidencial do ministério da Aeronáutica sobre a criação do Núcleo da Pró-Anistia no Pará.....	64
Figura 13 - Relatório confidencial do Ministério da Aeronáutica sobre a criação do Núcleo da Pró-Anistia no Pará.....	65
Figura 14 - Manchete da prisão de Benedito Monteiro.....	72
Figura 15 - Manchete sobre a prisão de José Souza, Sebastião Souza e Manoel Araújo.....	75
Figura 16 - Jornal Resistência "lista dos presos políticos" página 6 nº 8 de 1979.....	76
Figura 17 - Manchete virtual Revista Veja, sobre a comemoração do 31 de março.....	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Produções de monografias na Universidade Federal do Pará 2000-2023 do Curso de História (UFPA)	17
Tabela 2 - No banco de dados de teses da UFPA-PPHIST, Pós-graduação em História Social da Amazônia, de 2014-2023	20
Tabela 3 - No banco de dados de Dissertações da UFPA- PPHIST, Pós-graduação em História Social da Amazônia de 2013 – 2022	21
Tabela 4 - Banco de dados de monografias da Universidade do Estado do Pará (UEPA) - 2016-2021	22
Tabela 5 - Banco de dados de Dissertações da Universidade do Estado do Pará (UEPA) - 2004	24

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Dados gerais da Plataforma CAPES produzido pela autora	14
Gráfico 2 - Dados filtrados da Plataforma CAPES produzido pela autora	15

LISTA DE SIGLAS

AI - Atos Institucionais

ADEP - Associação dos Defensores Públicos do Pará

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBAs - Comitê Brasileiro pela Anistia

CCC - Comando de Caça aos Comunistas

CMA - Comando Militar da Amazônia

CNV - Comissão Nacional da Verdade

CENIMAR - Centro de Informação da Marinha

CIE - Centro de Informações do Exército

CIS - Comissão de Investigação Sumária

CISA - Centro de Informação da Aeronáutica

CONSUN - Conselho Universitário

DOI CODI - Destacamento de Operações Internas/ Centro de Operações de Defesa Interna

ESG - Escola Superior de Guerra

EMBRATEL - Empresa Brasileira de Telecomunicações

IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática

INEPAC - Instituto do Patrimônio Cultural

IPES - Instituto de Pesquisa Econômica e Social

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LSN - Lei de Segurança Nacional

MAC - Movimento Anticomunista

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MFPA - Movimento Feminino pela Anistia

OAB - Ordem dos Advogados

ONU - Organização das Nações Unidas

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PC do B - Partido Comunista do Brasil

PSD - Partido Social Democrático

SINDIPETRO - Sindicato dos Petroleiros

SLARDES - Seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior

SNI - Sistema Nacional de Informações

SPDDH - Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos

SPHAN - Histórico e Artístico Nacional

TFP- Tradição, Família e Propriedade

UFPA - Universidade Federal do Pará

UAP - União Acadêmica Paraense

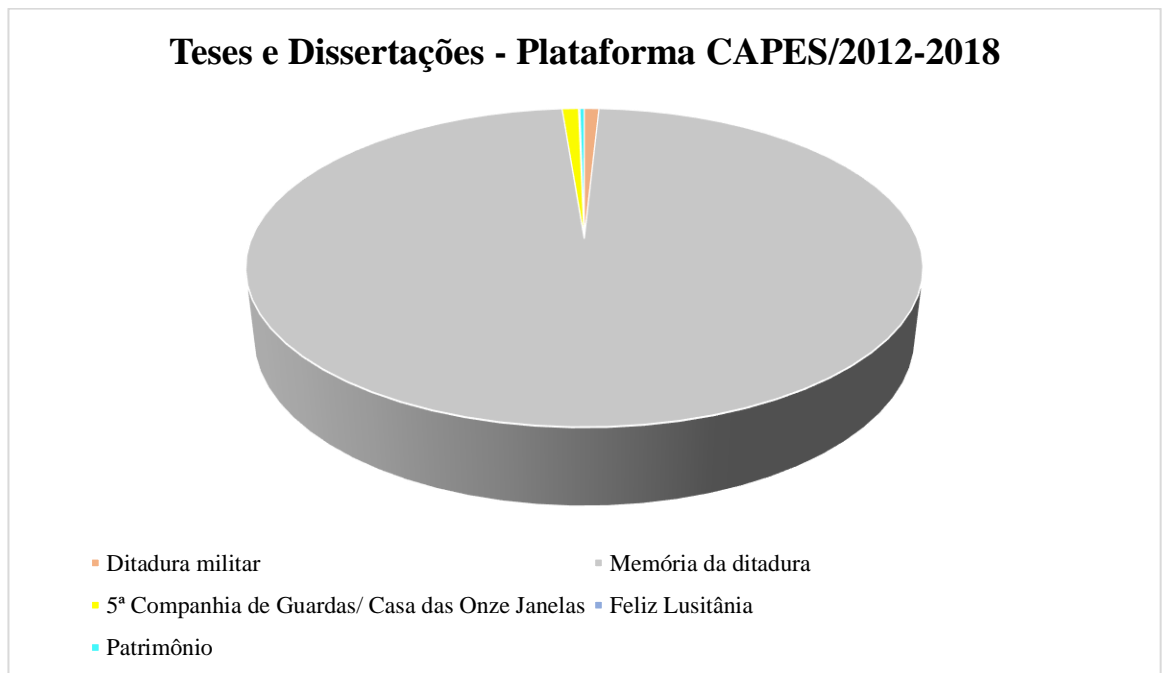
SUMÁRIO

RESUMO	7
ABSTRACT	8
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	9
LISTA DE TABELAS	10
LISTA DE GRÁFICOS	10
LISTA DE SIGLAS	11
APRESENTAÇÃO	14
INTRODUÇÃO	25
CAPÍTULO I - 1964	29
1.1 A política de Segurança Nacional	31
1.2 O golpe e os jornais	38
CAPÍTULO II - FELIZ LUSITÂNIA	47
2.1 A 5ª Companhia de Guardas	49
2.2 O apagamento da memória: A lei da Anistia	57
CAPÍTULO III - A REPRESSÃO E A MEMÓRIA DOS PERSEGUIDOS	68
3.1 Os presos encaminhados: memória dos perseguidos	69
3.2 A Comissão da Verdade	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS	87

APRESENTAÇÃO

Os primeiros passos desta dissertação foram dados em meados de 2017, quando nas diversas visitas feitas ao centro histórico de Belém durante a graduação, geraram uma inquietação na sensação de que algo parecia faltar no que era contado nas visitas guiadas pelos técnicos contratados pelo Sistema de Museus, e ao descobrir que o que faltavam eram as informações do período da ditadura militar no Brasil (1964-1985), as pontas soltas passaram a ser o objetivo a ser traçado para o desenvolvimento deste estudo. Com essa finalidade, antes do tema a ser desbravado, foram levantados dados descritivos de pesquisa para analisar o processo de silenciamento e esquecimento gerado no espaço do objeto de pesquisa. Deste modo, foi realizado um cruzamento de dados com as palavras chaves destacadas no resumo nos bancos de dados da Universidade Federal do Pará (UFPA), da Universidade do Estado Pará (UEPA) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). As palavras geradoras foram: **Ditadura militar, Memória da ditadura, 5ª Companhia de Guardas, Casa das Onze Janelas, Feliz Lusitânia e Patrimônio**. Segundo o banco de dados da CAPES foi gerado o seguinte resultado:

Gráfico 1 - Dados gerais da Plataforma CAPES produzido pela autora

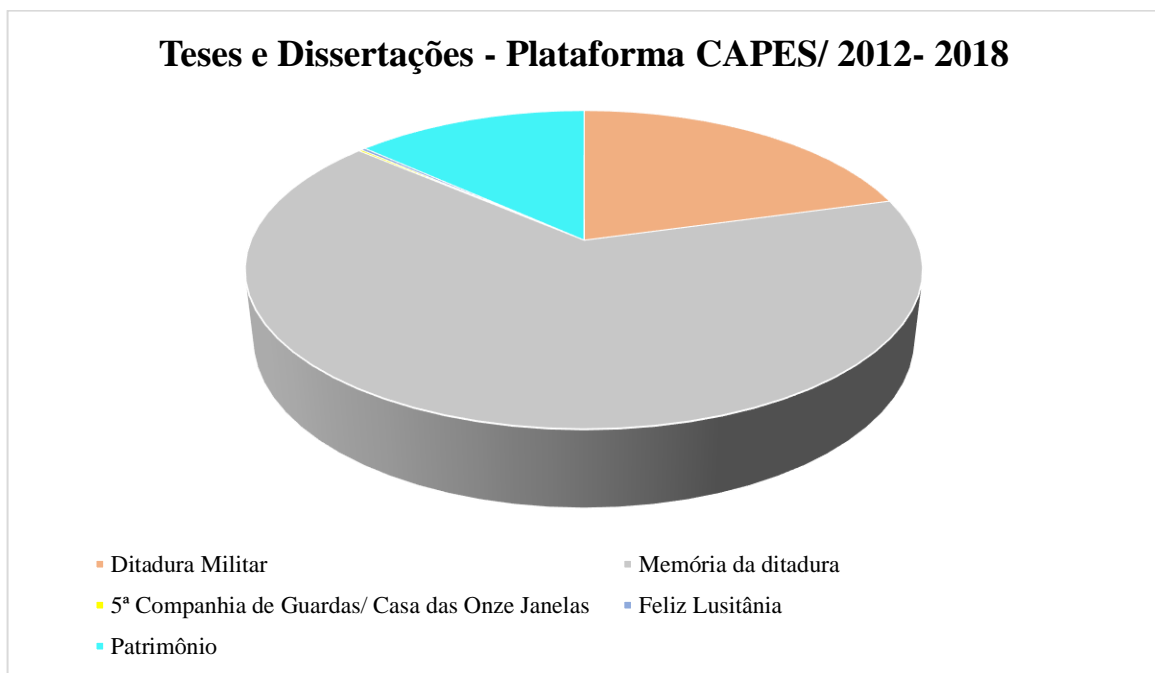


Fonte: elaborado pela autora (2023)

A plataforma de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), foi fundada e vinculada ao Ministério da Educação no Brasil, e é a base de dados responsável por reunir as produções em nível de pós-graduação em pesquisas científicas. O primeiro resultado computado a partir das palavras **Ditadura militar** (na cor laranja), gerou aproximadamente 9044 mil resultados, com pesquisas que, de alguma forma, citassem essas palavras. Para **Feliz Lusitânia** (na cor azul claro), 785 resultados foram encontrados, assim como para **5ª Companhia de Guardas/ Casa das Onze Janelas** (na cor amarela) gerou 10066 mil resultados, para **Memória da ditadura** (na cor cinza) e **Patrimônio** (na cor turquesa), 10566330 e 2719 mil resultados, respectivamente. No entanto, percebeu-se que as buscas por palavras chaves geravam resultados não interligados aos assuntos em si, mas em vertentes sobre qualquer assunto que iniciassem com a escrita.

O que provocou a necessidade de uma segunda busca, com adição de filtros em áreas de conhecimentos e concentração de estudos (Ciências Humanas; História; História Social; Ciências Sociais Aplicadas; Sociologia; Educação: História, Política, Sociedade), além da análise de cada item.

Gráfico 2 - Dados filtrados da Plataforma CAPES produzido pela autora



Fonte: elaborado pela autora (2023)

Encontrou-se, portanto, 248 resultados para Ditadura Militar, sendo 190 desenvolvidos em dissertações e 56 em teses, que discutem os acontecimentos dos anos 1964 a 1985 no Brasil

e na América Latina, que se cruzavam com os dados gerados na busca da **Memória da ditadura**, com 786 resultados. No terceiro momento, afunilando as buscas para **Feliz Lusitânia** apareceram 3 produções locais elaboradas por: Juliana Moreira com a temática do urbanismo; Cybelle Miranda em seus estudos sobre o patrimônio, que gerou diversos debates e contribuições; e Dayseane Costa, também base de consulta essencial para construção desta pesquisa desde os seus primeiros passos, pois, através de uma palestra ministrada pela pesquisadora, surgiu a inquietação desta pesquisa, criando lacunas e observações a serem respondidas. Abaixo, tem-se as três produções:

- MOREIRA, JULIANA VASCONCELOS. **Urbanidade nos espaços públicos do Complexo Feliz Lusitânia: o caso das áreas livres da Casa das Onze Janelas e Forte do Castelo**' 06/09/2016 165 f. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Belém Biblioteca Depositária: Universidade Federal do Pará;
- MIRANDA, CYBELLE SALVADOR. **CIDADE VELHA E FELIZ LUSITÂNIA: Cenários do Patrimônio Cultural em Belém**' 01/10/2006 262 f. Doutorado em CIÊNCIAS SOCIAIS Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, BELÉM Biblioteca Depositária: Biblioteca CFCH/UFPA/Nacional;
- COSTA, DAYSEANE FERRAZ DA. **ALÉM DA PEDRA E CAL: A (RE)CONSTRUÇÃO DO FORTE DO PRESÉPIO (BELÉM DO PARÁ, 2000-2004)**' 01/12/2007 120 f. Mestrado em HISTÓRIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, BELÉM Biblioteca Depositária.

A partir da leitura das três obras dispostas acima, foi possível compreender que o objeto não estava ligado apenas à ditadura e suas memórias, como também a produção patrimonial, seus usos por parte do Estado e as propostas curatoriais para cada prédio. Neste sentido, para a palavra **Patrimônio** com 159 resultados, construiu os resultados necessários a compreender o conceito de patrimônio e suas ressignificações criadas após as Revoluções sociais que objetivavam criar um histórico da identidade nacional. Logo, se o patrimônio em questão a ser desenvolvido em observações aqui é a Casa das Onze Janelas, em sua nova identidade e função como Museu de Arte Contemporânea, Moderna e Fotos, foram encontrados dois resultados descritos abaixo:

- SAMPAIO, LIVIA MORBACH CONDURU GURJAO. **UMA EXPERIÊNCIA POLÍTICA NA CASA-MUSEU: AS TRAJETÓRIAS DA POLÍTICA**

CULTURAL EMPREENDIDA NO ESPAÇO CULTURAL CASA DAS ONZE JANELAS EM BELÉM-PARÁ (1998-2018)' 31/08/2018 132 f. Mestrado em ARTES

Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Belém Biblioteca Depositária: Biblioteca do PPGARTES;

- MOREIRA, JULIANA VASCONCELOS. **Urbanidade nos espaços públicos do Complexo Feliz Lusitânia: o caso das áreas livres da Casa das Onze Janelas e Forte do Castelo'** 06/09/2016 165 f. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Belém Biblioteca Depositária: Universidade Federal do Pará.

Desta forma, se as produções relacionadas ao objeto estão dentro de produções locais, partiu-se para a busca nos bancos de dados da Universidade Federal do Pará, desde monografias, dissertações e até teses. Também na Universidade do Estado do Pará, com os resultados expostos nas tabelas abaixo:

Tabela 1 - Produções de monografias na Universidade Federal do Pará 2000-2023 do Curso de História (UFPA)

ASSUNTO	DATA	TÍTULO	AUTOR	TIPO DE DOCUMENTO
Ditadura Militar	13-Dez-2022	Uma “adesão” em tempos de ditadura: arte de memória histórica nas comemorações do Sesquicentenário da Independência Brasileira no Pará	ARAÚJO, Beatriz Paiva de	Trabalho de Conclusão de Curso - Graduação - Artigo
X	25-Ago-2015	O livreiro Raimundo Jinkings: a venda de livros e a divulgação do Comunismo no período da Ditadura Militar em Belém-PA	ASSUNÇÃO, Suelene Santana	Trabalho de Conclusão de Curso - Graduação
X	28-Fev-2019	A intertextualidade nas músicas de protesto do Brasil ditatorial	VITOR, Verônica de Fátima Ferreira e	Trabalho de Conclusão de Curso - Graduação
Memoria	2018	Arquivos e sua importância para a preservação da memória: uma	SPANNER, Júlia Ramos	Trabalho de Conclusão de Curso - Graduação

		análise do Centro de Memória da Amazônia		
X	13-Dez-2022	Uma “adesão” em tempos de ditadura: arte de memória histórica nas comemorações do Sesquicentenário da Independência Brasileira no Pará	<i>ARAÚJO, Beatriz Paiva de</i>	<i>Trabalho de Conclusão de Curso - Graduação - Artigo</i>
X	2014	Pontos de memória: uma via conceitual de museu no bairro da Terra Firme	<i>GIESE, Silvia Guerreiro</i>	<i>Trabalho de Conclusão de Curso - Graduação</i>
X	9-Jul-2019	Grupo Gruta de Teatro: memórias e militâncias no teatro paraense (1967-1981)	<i>SOUSA, Bento Henrique Oliveira de</i>	<i>Trabalho de Conclusão de Curso - Graduação</i>
Casa das Onze Janelas/ 5ª Companhia de Guardas	28-Jan-2018	O patrimônio edificado e a instituição museal: uma questão de preservação: o estudo de caso do Museu Casa das Onze Janelas (Belém - PA)	<i>TRINDADE, Estefani Mikaela Batista</i>	<i>Trabalho de Conclusão de Curso - Graduação</i>
X	6-Abr-2017	Conservação preventiva de acervos orgânicos na Amazônia: estudo de caso no Museu Casa das Onze Janelas e Museu de Arte de Belém do Pará	<i>CASTRO, Tayná Mariane Monteiro de</i>	<i>Trabalho de Conclusão de Curso - Graduação - Artigo</i>
X	22-Fev-2022	O Museu de Arte de Belém em tempos de pandemia e suas redes sociais (Facebook e Instagram)	<i>SOUSA, Suellen Oliveira</i>	<i>Trabalho de Conclusão de Curso - Graduação</i>
X	18-Mai-2017	Reflexões sobre o setor de ação educativa do Museu de Arte de Belém a partir das	<i>MOURA, Vivian Leticia</i>	<i>Trabalho de Conclusão de Curso - Graduação</i>

		práticas vivenciadas no MABE – período de estágio de 2013 a 2016		
X	22-Fev-2022	O Museu de Arte de Belém em tempos de pandemia e suas redes sociais (Facebook e Instagram)	<i>SOUSA, Suellen Oliveira</i>	<i>Trabalho de Conclusão de Curso - Graduação</i>
Feliz Lusitânia	-	-	-	-
Patrimônio	2019	Patrimônio cultural: os monumentos de Belém/PA como fonte de informação histórica	<i>SOUZA, Evilla do Socorro Oliveira de</i>	<i>Trabalho de Conclusão de Curso - Graduação</i>
X	12-Dez-2022	Educar para preservar: construindo olhares em sala de aula, para a preservação e a valorização do patrimônio histórico material de Belém-PA	<i>SILVA, Vanessa Gonçalves da</i>	<i>Trabalho de Conclusão de Curso - Graduação - Artigo</i>

Fonte: elaborado pela autora (2023)

As monografias produzidas na Universidade Federal do Pará com temas da Ditadura Militar e Memória da ditadura entre os anos de 2014 -2023, apresentam dados ricos sobre as percepções e vivências da resistência durante o período em questão, já nas produções sobre a Casa das Onze Janelas o foco foi direcionado às análises urbanísticas, estruturais do prédio e sua função educacional, assim como, nas pesquisas relacionadas à Patrimônio. Sobre o complexo Feliz Lusitânia não foram encontradas produções.

Tabela 2 - No banco de dados de teses da UFPA-PPHIST, Pós-graduação em História Social da Amazônia, de 2014-2023

ANO	PALAVRA - CHAVE	TESE	TÍTULO	PESQUISADOR	ORIENTADOR
2020	Ditadura militar	X	A Amazônia da ditadura: discursos, políticas e personagens na colonização do tempo presente	SOARES, Filipe Menezes	Prof. Dr. Pere Petit
2022	x	x	Estudo(S) De Problemas Brasileiros: a história de uma disciplina conflituosa e vigiada (1969-1993).	ALVES, Davison Hugo Rocha	Profa. Dra. Edilza Joana Oliveira Fontes
2020	Memória da ditadura	x	É muito triste não conhecer o pai. A herança da violência e os familiares de gringo, benezinho e Paulo Fonteles	SACRAMENTO, Elias Diniz	Profa. Dra. Edilza Joana Oliveira Fontes
2021	x	x	Os que chegam e os que saem: Memória e identidade dos deslocamentos provocados pela UHE de Estreito - MA/TO (2007-2012)	JUNIOR, Cícero Pereira Da Silva	Prof. Dr. Pere Petit Peñarrocha
-	5ª Companhia de Guardas/ Casa das Onze Janelas	-	-	-	-
-	Feliz Lusitânia	-	-	-	-
2023	Patrimônio	X	Ernesto Cruz: Um diálogo entre a História e a construção do Patrimônio Cultural no Pará (1940-1960).	TUTYIA, Dinah Reiko	Prof. Dr. Marcio Couto Henrique.

Fonte: elaborado pela autora (2023)

Analisando o banco de Teses e Dissertações produzidos pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPHIST) da Universidade Federal do Pará, o campo de estudo foi ampliado para personagens e suas memórias específicas, como reflexo e consequência das movimentações ditatoriais nas ações sociais, nas perseguições de familiares e sujeitos como o Paulo Fonteles, que teve sua vida interrompida por um atentado, onde tudo indica que foi por causa de sua ação durante a Guerrilha do Araguaia e, nos anos posteriores, pelo seu apoio aos trabalhadores rurais. Em questão do patrimônio as discussões ficaram no campo da história e cultura do Estado, com o estudo recente desenvolvido por Dinah Tutuia (2023) “*Ernesto Cruz: Um diálogo entre a História e a construção do Patrimônio Cultural no Pará (1940-1960)*”. Diretamente sobre o Complexo Feliz Lusitânia e a Casa das Onze Janelas como construção identitária não há produções, sendo, portanto, esta pesquisa a primeira dentro do programa a ser desenvolvida com o diálogo entre ditadura, memória e patrimônio.

Tabela 3 - No banco de dados de Dissertações da UFPA- PPHIST, Pós-graduação em História Social da Amazônia de 2013 – 2022

ANO	PALAVRA - CHAVE	DISSERTAÇÃO	TÍTULO	PESQUISADOR	ORIENTADOR
-	Ditadura militar	-	-	-	-
2013	Memória da ditadura	x	O Pensamento Radical no Movimento Camponês: história e memória da Luta camponesa em Conceição do Araguaia – 1975/1985	PESSOA, Fábio Tadeu De Melo	Profª. Dra. Leila Mourão
2017	x	x	O guardião da memória do Estado Do Pará: Acesso à informação e política na criação do <i>Arquivo Público Do Estado Do Pará (1894-1906)</i>	TORII, Leonardo Da Silva	Profª. Dra. Magda Maria de Oliveira Ricci
2019	x	x	1968, O movimento estudantil na UFPA:	SOARES, Paulo Sérgio Da Costa	Profª. Dra. Edilza Joana Oliveira Fontes

			memória e história de uma geração		
-	5ª Companhia de Guardas/ Casa das Onze Janelas	-	-	-	-
-	Feliz Lusitânia	-	-	-	-
-	Patrimônio	-	-	--	

Fonte: elaborado pela autora (2023)

Foi opção verificar as produções realizadas na Universidade do Estado do Pará, mesmo que o curso de Licenciatura Plena seja novo, excelentes pesquisas foram elaboradas. Em MEIRELES (2004) tabela 5, o estudo esteve dentro da área da saúde, porém, trazendo também a realidade da ditadura militar e suas consequências. Um destaque para a pesquisa de Conclusão de Curso elaborada pela autora da presente dissertação, como a que, nas três referências trata propriamente sobre as memórias dos presos políticos na 5ª Companhia de Guardas, sendo uma problemática frente a ressignificação do espaço patrimonial a partir do Complexo Feliz Lusitânia em suas etapas, quando não citado, esquecido e silenciado.

Tabela 4 - Banco de dados de monografias da Universidade do Estado do Pará (UEPA) - 2016-2021

ANO	PALAVRA - CHAVE	TCC	TÍTULO	PESQUISADOR	ORIENTADOR
2016	Ditadura militar	x	Educação, luta e resistência à Ditadura Militar em memórias de professores [recurso eletrônico]: Escola Estadual de 2º Grau Deodoro de Mendonça (1979-1985) / 2016 - (CD-ROM)	PEREIRA, Thais Primo.	Profª. Dra. Venize Nazaré Ramos
x	x	x	Música de protesto no período da ditadura militar. / 1996	SIQUEIRA, Marcio Roberto Gonçalves.	Profª. Regina Maneschky

2021	x	x	Nasce a CUT Pará: memórias, embates e novos atores na construção de uma central classista, independente e de luta (1981-1984)	GAIA, Michel Sebastião.	Profª. Dra. Venize Nazaré Ramos
2021	x	x	Sicos e o regime político civil-militar no Pará (1965-1973)	FERREIRA, Nycollas Rodrigues.	Prof. Dr. Diego Ramon Silva Machado
2021	x	x	Sob a ditadura varguista: o departamento estadual de imprensa e propaganda do Pará (1940-1945)	LIMA, Marcos Bezerra.	Prof. Dr. Maurício Zeni.
2021	Memória da ditadura	-	Memórias de lutas e Resistências dos atingidos pela UHE- Tucuruí: Experiências de colonos Expropriados em registros orais (1974-1996)	SOUZA, Lucas Felipe Sardinha.	Prof. Graça Silva
2018	5ª Companhia de Guardas/ Casa das Onze Janelas	x	Uma História do esquecimento a ditadura civil-militar e a ressignificação da Casa das Onze Janelas.	COSTA, Carolina Silva da	Prof. Msc. Renato Aloizio de Oliveira Gimenes coorientador: Prof. Jaime Cuellar Velarde.
-	Feliz Lusitânia	-	-	-	-
2016	Patrimônio	x	Educação patrimonial no currículo escolar [recurso eletrônico]: Chalé Tavares Cardoso, histórias e memórias	MACINO, Juraci Souza da Conceição; BARROS, Shirley Raimunda Vanzeler.	Profª. Dra. Venize Nazaré Ramos

			(Icoaraci, Belém, Pará)		
--	--	--	----------------------------	--	--

Fonte: elaborado pela autora (2023)

Tabela 5 - Banco de dados de Dissertações da Universidade do Estado do Pará (UEPA) - 2004

2004	5ª Companhia de Guardas/ Casa das Onze Janelas	DISSERTAÇÃO	Ocorrência de dermatoses nos pés e seus impactos no desempenho das atividades físicas dos militares da 5ª Companhia de Guardas, Belém - Pará	MEIRELES, Vera Maria de Barros	BRITO, Marcus Vinicius Henriques
-------------	---	--------------------	--	---------------------------------------	---

Fonte: elaborado pela autora (2023)

Desta forma, a partir da busca de produções, foi possível perceber que a pesquisa e a produção documental sobre o assunto são quase uma reparação histórica, de forma a reunir em um local as discussões desde a ditadura militar, que passa pela memória subterrânea, formação patrimonial intercalada com passado e presente em sua contribuição educacional social, a fim de evitar que o passado assombre e continue a alimentar as disputas de poder na história política do Brasil.

INTRODUÇÃO

Como aquele que busca recuperar a memória, o historiador tem como demanda e afimco profissional o desvendamento e análise do passado, apreciação do presente e vislumbre do futuro. De forma complexa e levando em consideração os diferentes tempos históricos e seus sujeitos, há um critério de recorte cronológico de acordo com a temporalidade e afinidade escolhida pelo historiador. Mesmo assim, é preciso tomar alguns cuidados, como o anacronismo e o desejo de recuperar ou se “vingar” de um fato, que sai do campo de atuação e das prerrogativas para quem investiga a história, que mesmo influenciado por seu tempo deve ater-se à análise.

Desde a *Escola dos Annales*, há uma preocupação em que estas análises tratem de assuntos de cunho sociais e de silenciamentos, sujeitos antes não destacados pela historiografia oficial dos grandes, para assim problematizar a partir do referencial do seu tempo e do passado construindo novas versões antes não proferidas (CHESNEAUX, 1995; SILVA, 2003), pois, as marcas do silêncio, podem representar uma intimidação estatal, que omite o essencial e, combinado com o medo, produz o esquecimento forçado, nem sempre visível, mas marcante. Ou seja, a fala não é só um local de direito do sujeito que viveu, como também de justiça e, inserção do conhecimento para as gerações futuras.

Dentro deste conceito do historiador e a produção da história do seu tempo, avivados pelos percalços das eleições de 2022, muitos retrocessos sociais acontecidos ao longo dos anos antecessores, com a disputa política ultrapassando o campo ideológico, os pedidos de volta da ditadura, da intervenção militar, esta pesquisa buscou analisar qualitativamente o passado vivido em 1964, a ditadura civil-militar, no espaço compreendido como 5ª Companhia de Guardas, que foi um local de prisão e encaminhamento de subversivos, mas que com seu papel ressignificado, hoje corresponde a Casa das Onze Janelas, também museu de Arte Contemporânea, Moderna e Fotos, localizado no centro histórico de Belém do Pará.

Uma vez que, mesmo correspondente de um passado, a ditadura civil-militar vivida no Brasil (1964-1985), foi resultante de um processo de tomada de poder elaborada e efetivada por grupos militares e representações de classes sociais ligadas ao Capitalismo internacional, sob a prerrogativa de proteger a soberania e os “direitos democráticos”¹ do Brasil em oposição ao inimigo externo, o Comunismo, no entanto, tornou-se na prática um golpe que durou por volta

¹ Termo destacado por Dantas (2014), quando os militares divulgavam nos jornais as propagandas de que defendiam os direitos do povo em oposição à crescente do Comunismo e seus passos no mundo.

de 21 anos, com marcas do autoritarismo na história política e social do Brasil, e esses locais de prisões atuavam como parte representativa de todo o conjunto.

Falar de ditadura é falar de um passado sensível de torturas, prisões, repressões para além do cumprimento da Lei de Segurança Nacional, que significava o aval para ações de soberania do Estado, é falar também de uma rede que garantia uma nova ordem política ao ponto de modificar as relações público e privado, individual e coletivo na vida dos que foram diretamente atingidos pela violência desenvolvida pelo Estado. E se o exercício é inter-relacionar os temas com os tempos históricos, não há comprovação maior do que após as depredações acontecidas em Brasília no dia 08 de janeiro de 2023, nos prédios que correspondem aos três pilares da democracia brasileira, que representam a gestão federal dos Estados brasileiros: Palácio do Planalto (poder Executivo), o Congresso Nacional (poder Legislativo) e o Supremo Tribunal Federal (poder Judiciário).

A representação patrimonial é um campo muito importante para a história política de um país, estado ou município. As memórias construídas nesses espaços são perpetuadas de geração a geração. Em parêntese, na data descrita acima, ocorreram atos de vandalismos, com queimadas, quebradeiras, destruição de obras de arte, roubo, entre outras ações por parte de adeptos à extrema direita, “gritos” que solicitavam a intervenção das Forças Armadas para anular o resultado das eleições realizadas em outubro de 2022, o afastamento da Presidência da República de Luiz Inácio Lula da Silva e o retorno do ex-presidente Jair Bolsonaro ao poder. Os atos de destruição do patrimônio federativo serviram como um molde de como alguns querem contar a história, visto que a versão confirmada nas urnas não os representa, portanto, a tentativa encontrada por esses foi de tomar os símbolos nacionais democráticos, representados pelos prédios dos três poderes, que falhou após a ação policial no local, porém, tornou-se um ato simbólico de ação radical e antidemocrática, acompanhada mundialmente. Que traz a reflexão de como os prédios patrimoniais são locais de disputas e versões.

A questão patrimonial como vitrine da versão “positiva”, virou uma preocupação a partir do século XIX na Europa, após a Revolução Francesa (1789) os campos físicos tombados passaram a compor o passado de um povo, a história de uma nação “congelada”, preservada. Contudo, quando há essa ressignificação pacificadora do espaço, ele deixa de contar, de apresentar seus processos históricos e passa a exprimir apenas seu valor técnico e arquitetônico, ou seja, se a Casa das Onze Janelas hoje atua como parte do complexo de museus do Estado, como lugar de memória, em sua função de não só oferecer um espaço de tranquilidade e arte, e mesmo assim nesse processo em momento nenhum relata sua característica durante a ditadura militar, o prédio silencia seu passado, oculta a memória referente à ditadura, carregado de

significados, e cria a este espectador, ao frequentador do espaço uma nova versão. Por isso, discutir as amplas características históricas, é necessário para a interpretação do “silêncio” sobre o passado, a ressignificação, despreendendo-se do seu perfil material e apoderando-se da memória dos sujeitos que viveram como subversivos durante o período vigente e foram encaminhados para a 5ª Companhia de Guardas.

Os resultados desta pesquisa são apresentados em três capítulos. O capítulo inicial, “1964”, é destinado à implementação da ditadura civil-militar, subdividido em duas partes: “A política de Segurança Nacional” e “O Golpe e os Jornais”. Primeiramente demonstrando como os militares ampararam seus primeiros passos ditatoriais dentro da lei, repassando veracidade dos seus atos para a população como forma de proteção ao Estado, mesmo que com o uso da força indevida, e na oportunidade, de forma massificada publicavam nas mídias as informações de combate contra a “ameaça do comunismo” afim de criar um discurso que incorporasse o apoio civil ao movimento.

O segundo capítulo “**Feliz Lusitânia**”, com o principal objetivo a “5ª Companhia de Guardas/ “Projeto Feliz Lusitânia”, que buscará apresentar o histórico do prédio que configurou a memória silenciada pelo então museu e a proposta curatorial da Casa das Onze Janelas, mergulhando nos relatórios e documentos produzidos durante o processo de tombamento e ressignificação do prédio, que como lugar de lembrar, tende a esquecer, selecionar. Como complemento, se destaca “O apagamento da memória, a lei da Anistia”, aprovada em fins dos anos 1970 com o intuito de silenciar, oficializar o esquecimento, perdoar os fatos, crimes praticados, que por consequência destoam do ontem e do hoje do atual cenário político, trazendo assim desinformação histórica aos sujeitos de conhecimento raso e ignorante.

Por fim, no capítulo “**Repressão e a memória dos perseguidos**”, pois não há como falar de um local de prisão sem indicar, ou tentar identificar quem foram os encaminhados para 5ª Companhia de Guardas, suas experiências, suas narrativas e traumas gerados a partir de um espaço físico que se configura totalmente diferente da memória de dor que viveram, por isso o tópico “Os presos encaminhados: memória dos perseguidos”, que acrescentará uma lista com mini bibliografia de alguns dos opositores à ditadura militar. Para essa finalidade foram de sumo interesse os trabalhos da Comissão da Verdade Nacional e do Pará, na tentativa de entender como o processo de pesquisa das memórias subterrâneas, é construído.

Portanto, de modo indispensável, é preciso dizer que quando se discutem memórias entrelaçadas e não resolvidas, se apresenta um passado sensível, porém, necessário! E que, por diversas vezes, mesmo que em tempos históricos e por trabalharem em espaço físico e no campo da memória, o corte cronológico inicialmente destacado, foi constantemente intercalado entre

o tempo vigente da ditadura civil-militar de 1964 e o presente da Casa das Onze Janelas. Além do que consta como espaço patrimonial visto até aqui como representação de poder, a modificação da memória que não agrada e a criação de uma nova versão que possa representar o grupo. E se o assunto é um seletivo grupo que vive tanto no passado, quanto no presente, ansiando por intervenção militar, praticando atos antidemocráticos, como não começar redundantemente pelo início?

CAPÍTULO I – 1964

As notícias sobre a dita “Revolução” já circulavam pelos estados brasileiros desde antes de primeiro de abril de 1964, devido a situação da instabilidade política gerada com a renúncia de Jânio Quadros em 1961 e com João Goulart assumido a presidência do Brasil, fato que deixava insustentável o futuro econômico e político do país, propício ao fantasma do comunismo que crescia como ideologia nos tempos da denominada Guerra Fria. Sob o comando de Olympio Mourão Filho, comandante da 4ª Região Militar de Belo Horizonte, ocorreu uma movimentação de tropas e adeptos da direita e extrema direita rumo ao Rio de Janeiro, iniciando o golpe de Estado que instaurou uma ditadura civil-militar que perdurou até 1985.²

No Pará, com reflexo da movimentação nacional, o golpe estruturou-se entre os representantes das forças militares, um deles foi o general Orlando Ramagem, chefe do Comando Militar da Amazônia (CMA) e o personagem muito conhecido, Jarbas Passarinho³, que articulou no Pará grande parte dos movimentos de apoio aos golpistas e caça aos subversivos⁴. É importante destacar também o apoio dos grandes proprietários de terras no Pará ao golpe de Estado, que viam-se assombrados com a proposta colocada por Goulart de implementar a Reforma Agrária no país, proprietários que, segundo Fontes (2014, p. 343), defendiam “as tradições e a legitimidade das autoridades como valores que precisavam ser

² Não é objetivo desta dissertação aprofundar nas discussões da ditadura militar em esfera nacional, segue a bibliografia inicial para referenciar o estudo:

ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.

DOCKHORN, Gilvan Veiga. **Quando a Ordem é Segurança e o Progresso é Desenvolvimento -1964-1974**. Porto Alegre: Edipucrs, 2022.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/ FAPESP, 2002.

FERNANDES, F. O significado da ditadura militar. In: TOLEDO, C. N. de. (org.). **1964: visões críticas do golpe. Democracia e reformas no populismo** Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1997, p. 141-148.

LEMOS, Renato. **Contrarrevolução e ditadura no Brasil**: elementos para uma periodização do processo político brasileiro pós-1964”. Disponível em: http://www.lemp.historia.ufrj.br/imagens/textos/Contrarrevolucao_e_ditadura_no_Brasil.pdf

FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 47, p.29-60 – 2004.

NAPOLITANO, Marcos. **O golpe de 1964 e o regime militar brasileiro**: Apontamentos para uma revisão historiográfica. *Historia y problemas del siglo XX | Volumen 2, Año 2*, 2011, ISSN: 1688-7638.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada** – 2. Ed. Ver. – Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

_____. **A ditadura escancarada** – 2. Ed. Ver. – Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

_____. **A ditadura derrotada** – 2. Ed. Ver. – Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

_____. **A ditadura encurralada** – 2. Ed. Ver. – Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

³ Nasceu no dia 11 de janeiro de 1920 no Acre, passou a maior parte de sua infância em Belém, entre o cargo militar, foi eleito também governador do Pará em 1964-1966, foi ministro de Trabalho e Previdência Social em dois momentos do regime militar e ministro da Justiça no governo de Collor (PETIT& VELARDE, 2014).

⁴ A DSN associou diretamente o “subversivo”, portador de tensões e “contaminado” por ideais e influências estranhas (externas), ao comunismo, sendo este tratado de forma tão vulgar e imprecisa que abrangeu toda e qualquer forma de manifestação de descontentamento com a ordem vigente. (PADRÓS, 2008)

conservados”, por isso, passaram a prestar todo suporte necessário às movimentações anticomunistas como financiamentos, equipamentos, máquinas e veículos que faziam a identificação dos envolvidos, sobretudo militantes do PCB

Se buscavam comunistas, aquela noite tinha sido pródiga em bons resultados. Logo de cara prenderam duas importantes lideranças do PCB no Pará: Humberto Lopes, secretário político, e Jocelyn Brasil, coronel reformado da Aeronáutica [...]. No dia seguinte começaram as prisões em massa (Barata, R. A., 2004: 301).

Uma onda de movimentos encabeçados por estudantes e sindicalistas começou acontecer com a eminência de golpe, como tentativa de se preparar para o que estava surgindo, produziram um panfleto de chamada para discutir as manifestações negativas ao golpe na sede da União Acadêmica Paraense (UAP), no entanto, esta reunião foi invadida após uma denúncia da gráfica Sagrada Família, que fez a primeira versão do folheto, para as Forças Armadas. Na tarde de primeiro de abril de 1964, o coronel Peixe Agulha recebeu ordens para prender os estudantes que se encontravam na sede da UAP e prender os envolvidos na ação de cunho comunista segundo eles

Naquele exato momento, o Coronel Peixe Agulha havia recebido ordens para desbaratar qualquer reunião tão logo chegasse à noite. E ao anoitecer, as tropas tomaram conta da antiga Rua São Jerônimo. Assestaram metralhadoras no chão, cercaram pelos fundos a sede da UAP, arrombaram aos chutes na porta, talvez estivesse só encostada, invadiram truculentamente. Destruíram o teatro que tinha medidas acanhadas, mas cumpria seu propósito como qualquer tablado. Jogaram papéis pelo ar, estantes ao chão, mimeógrafos e aparelhos de som empastelados. E, ato contínuo, na ânsia de escapar, Seráfico correu para fugir pela porta da frente: levou o bofetão! (VELARDE, 2015).

Dias antes, outro fato já havia ocorrido: o episódio conhecido como dos “Lenços Brancos”, na abertura do I Seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior (SLARDES) em Belém, que em seus primeiros passos de repressão, marcou também a apreensão e destruição da obra “Tarefa” de Paes Loureiro, o qual mais tarde seria cassado como subversivo. Em entrevista concedida ao professor Jaime Cuéllar Velarde, Paes Loureiro ressalta sua memória sobre o momento:

Naquela noite lá na SLARDES nós fomos vítimas da agressão dos “lenços brancos”. Que eram rapazes da chamada burguesia da época. Essa classe média alta. E com muitos filhos de fazendeiros do Marajó. E que criaram uma associação para enfrentar os esquerdistas e para serem identificados numa hora de briga ou qualquer coisa. Ou quando chegasse a polícia, com quem eles estavam mancomunados. A polícia sabia em quem deveria baixar a “porrada” e em quem não deveria. Ou quem devia prender. Então a identidade deles era o lenço branco amarrado no pescoço. E foi a primeira vez que ocorreu essa manifestação deles (PETIT & VELARDE, 2012, p. 179).

A partir do momento que a intervenção militar foi efetivada em Belém, vários estudantes, sindicalistas, militantes de partidos de esquerda passaram a ser detidos, até junho de 1964 no

Pará foram detidas cerca de 300 pessoas. Parte dessas detenções além de divulgadas nos jornais, eram integradas em um canal de comunicação e denúncias anônimas recebidas. A partir da apreensão, a Lei da Segurança Nacional garantia a prisão e repressão dos atos de ameaça à soberania do Estado.

1.1 A política de Segurança Nacional

Com a disseminação do “*fantasma do comunismo*” e seus adeptos, houve por parte dos governantes a necessidade de justificar institucionalmente a ação das Forças Armadas para garantir “Segurança Nacional”, no entanto, a própria definição de segurança é complicada quando diz respeito a forma que e por quem é aplicada. Ou seja, se o Estado que detém a legitimidade e é responsável pela segurança não se tornou ele mesmo uma fonte de ameaça contra os indivíduos e contra a nação por meio do autoritarismo, alimentando uma ação antidemocrática em conflito com a segurança individual, o que infelizmente se configurou e concretizou no Brasil a partir de 1964, na ditadura civil-militar.

A Lei de Segurança Nacional (LSN) marcou a ditadura no Brasil, pois ela entregou o aval necessário para limitar as liberdades e controlar as ideologias de capitalismo versus comunismo propagadas após a Guerra Fria. Esta Lei teve iniciativa norte americana e tinha por objetivo a ajuda mútua, principalmente no campo da economia, em países com potencial de firmar o controle, disciplina contra o comunismo. O Decreto Lei nº 314, 13 de março de 1967, dispunha sobre as atribuições de auxílio aos Atos Institucionais nº 2 e 4, as penas e os julgamentos para aqueles que se envolvessem de forma subversiva com ideais estrangeiros de origem comunista que colocassem em risco a segurança nacional do Brasil.

Art. 3º A segurança nacional compreende, essencialmente, medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva.

(...)

Art. 38. Constitui, também, propaganda subversiva, quando importe em ameaça ou atentado à segurança nacional:

I - A publicação ou divulgação de notícias ou declaração;

II - A distribuição de jornal, boletim ou panfleto;

III - o aliciamento de pessoas nos locais de trabalho ou de ensino;

IV - Cômico, reunião pública, desfile ou passeata;

V - A greve proibida;

VI - A injúria, calúnia ou difamação, quando o ofendido por órgão ou entidade que exerça autoridade pública, ou funcionário em razão de suas atribuições;

VII - A manifestação de solidariedade a qualquer dos atos previstos nos itens anteriores; Pena - detenção, de 6 meses a 2 anos. (BRASIL, 1967, art. 3º e 38º)

Para fins de entendimento, em suma, o conceito de Segurança Nacional confere à proteção coletiva e individual de uma sociedade, contra ameaças reais a sua autonomia e sobrevivência,

através de negociações e só em medidas extremas o uso da força. E mesmo com delimitação do conceito e limitações para ser aplicada o uso da força, é complexo definir o tamanho da ameaça quando a intenção já está pautada em uma ação arbitrária, onde o simples conflito de opiniões e interesses já correspondem a um problema sério de segurança, justificado pelas circunstâncias de interesses capitais econômicos internos e externos.

O Brasil sentiu diretamente essa influência, sobretudo após o mandato presidencial de Juscelino Kubitschek, pois existia o risco que a economia entrasse em colapso devido à enorme dívida externa do país, com os gastos realizados na implementação das metas de desenvolvimento “50 anos em 5”.

A forte influência dos EUA, determinou que o melhor plano seria seguir a lei que originaria a segurança nacional acima de tudo com as armas, que iam de manchetes nos jornais ao uso brutal da força, como parte ativa da campanha contra o socialismo. O conceito da lei foi então ressignificado como o ataque sendo a melhor defesa. (DOCKHORN, 2002).

No Brasil, a ditadura militar durou 21 anos: 1964–1985. No entanto, há de se perceber que a tentativa da implantação de um regime autoritário-militar vinha antes mesmo desse período, como ocorreu durante o segundo mandato de Getúlio Vargas na Presidência da República (1951-1954), que oscilava entre a defesa do nacionalismo econômico e despertava a atenção dos setores mais conservadores ligados ao capital estrangeiro. Durante o governo de Vargas foi criada a Escola Superior de Guerra (ESG), que sem dúvida foi determinante em termos de base preparatória, para que anos depois o golpe de Estado liderado por membros do Exército fosse vitorioso.

A somativa, entre as mídias, os setores mais conservadores e os militares, vivia a tentativa de aplicar um golpe desde o governo de Getúlio Vargas, quando se sentiam ameaçados com os interesses econômicos das empresas estrangeiras que defendiam. Qualquer motivo de atitude em vacilo tornou-se então um ponto, as revoltas pioraram após o atentado contra Carlos Lacerda em 1954, quando um membro da guarda pessoal de Getúlio foi acusado como parte do acontecimento, todo um levante de acusações que culminou no suicídio de Vargas. Se pode citar também outro momento no governo de Juscelino Kubitschek, quando tentaram impedir sua posse, alegando pouca diferença de voltas, numa tentativa de evitar o retorno do getulismo.

É preciso que fique claro, muito claro, que o presidente da Câmara não assumiu o governo da República para preparar a posse dos senhores Juscelino Kubitschek e João Goulart. Esses homens não podem tomar posse, não devem tomar posse e não tomarão posse. [...] O governo Carlos Luz, nascido do consenso dos militares, só tem esse sentido: evitar a posse dos remanescentes da oligarquia. Só poderá ter esse conteúdo: afastar do poder os eleitos da minoria. (SILVA, 1987, p. 122)

As tentativas prosseguiram em 1961, quando Jânio Quadros assumia a presidência, que mais tarde renunciaria a favor de João Goulart, pós pressão sofrida nas acusações de crimes contra a economia nacional, logo uma ameaça direta a situação que se encontrava o Brasil. Deste modo, a movimentação desses três setores (mídia, conservadores e militares) foi decisiva para que o golpe se instalasse três anos depois efetivamente.

Oficialmente na escrita da história do Brasil, apenas em 1964 a ditadura Civil-Militar é efetivada, isso se deu devido um conjunto de ações que garantiram a permanência do regime por vinte e um anos. Os atos tinham como base ações “protecionistas” baseadas em uma “educação de guerra” em combate aos subversivos, militarizada, repressiva e ativa através de setores estatais que juntos criaram uma rede de comunicação e manutenção, a partir de um ideal em comum: impedir que o comunismo se fortalecesse. A paralisação através do medo gerou cautela e silêncio, Pollak (1989) afirma que o medo é o maior instrumento do silenciamento, pois os traumas gerados podem, de forma voluntária ou involuntária, calar-se, mas nunca abafar por completo a resistência, que combatera de frente às imposições do regime e possuíram o papel de problematizar esse possível esquecimento.

Indicar que as memórias e os esquecimentos podem ser semeados e cultivados corrobora a importância de se trabalhar pela desnaturalização desses conceitos e pelo entendimento de que eles resultam de um processo de construção que também envolve outras forças, como por exemplo: o poder. O poder é semeador e promotor de memórias e esquecimentos. (CHAGAS, 1997)

E o esquecimento torna-se problemático principalmente quando uma rede age em conjunto para sufocar. Então, ao falar dessa memória, rebatemos o que por muito tempo foi sufocado pela caça e repressão dos órgãos criados a partir da LSN em nome do poder e do controle social. Esferas como: o Sistema Nacional de Informações (SNI) em 13 de junho de 1964, a Escola Superior de Guerra (ESG), o Centro de Informações do Exército (CIE), a Aeronáutica (CISA) e a Marinha (CENIMAR), bem como o Destacamento de Operações Internas/ Centro de Operações de Defesa Interna (DOI- CODI), o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), o Movimento Anticomunista (MAC), o grupo de Tradição, Família e Propriedade (TFP), dentre outros, que agiam em conjunto em nome da “Segurança Nacional”, eram responsáveis por criarem relatórios, ações de vigilância e garantias do acréscimo de estratégias de execução para permanência do regime em vigor.

A estratégia da Segurança Nacional acontecia por quatro esferas internas de preparação, que passariam a ser replicadas em conjunto pelos órgãos apoiadores: a Estratégia Política, a Estratégia Econômica, a Estratégia Militar e a Estratégia Psicossocial (SILVA, 1981:2).

A estratégia política visava criar e fortalecer laços de cooperação externa e interna, diretamente nos acordos administrativos, partidários e de aliança internacional, a fim de enfraquecer a coesão e cooperação de subversivos.

A estratégia econômica atuava na reestruturação a partir de novos investimentos externos, através da força de trabalho, das finanças, de equipamentos, ao mesmo tempo que garantia o enfraquecimento do grupo opositor em espaços.

A estratégia militar estava em demonstrar superioridade nos conflitos contra os subversivos, garantido por uma estrutura e potencial força de derrota. Porém, a mais expressiva das estratégias estava na atuação psicossocial, pois era ela que garantia a lealdade e a moralidade dos aliados ao regime, principalmente por meio da educação, cultura, mentalidade e da opinião pública, em especial por meio de um curso exercido pela Escola Superior de Guerra e a formação de agentes que iriam garantir a habilitação e cooperação de civis e militares nesta última estratégia, de forma que ao mesmo tempo que eu controlo a ideologia, eu desenvolvo de um modo geral (GONÇALVES, 2011).

A escola é aqui tomada como o lugar onde se realiza ensino e aprendizagem ou, genericamente, como um termo usado para designar as instituições de ensino. O conjunto orgânico das escolas de uma sociedade nacional compõe o seu sistema escolar, que consta das instituições educativas, articuladas e coordenadas de modo a abrangerem todos os graus e modalidades de ensino e aprendizagem necessários à vida e ao desenvolvimento, tanto das pessoas como da sociedade a que serve. Os sistemas escolares nacionais tendem a identificar-se de modo sempre crescente, com as necessidades vitais e as aspirações das sociedades que os instituem. (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1975, p. 184)

A criação da Escola Superior de Guerra (ESG) é a própria demonstração da preparação militar para tomada de poder desde a construção histórico-política do Brasil. Fundada em 1949, ajudou no avanço e no desenvolvimento de órgãos repressivos, sob jurisdição das Forças Armadas, e em teoria seria regida a ciclos de cada esfera (Exército, Marinha e Aeronáutica) por vez. Porém, em sua maior parte foi comandada pelo exército, mas que não estava restrita às forças militares, a presença civil era essencial, afinal, o objetivo da escola era treinar representantes em alto nível que iriam garantir o funcionamento contínuo da Segurança Nacional de forma integrada. Ou seja, de um modo geral, a segurança e o desenvolvimento eram interdependentes de um bem em comum.

Perceba-se que de 1949 a 1964, houveram anos de preparação e tentativas fracassadas, ainda não preparadas em formação para tomar o poder, o que ganhou força com o clima mundial formado durante a Guerra Fria, que foi além do campo de idealização a principal propulsora das ditaduras instaladas principalmente nas Américas, bem como não ficaria de fora os países

do Cone Sul, que deixaram um histórico de repressão, prisões e assassinatos durante sua vigência.

Por isso, o modelo de Segurança passou rapidamente para terrorismo, apoiado e associado à civis, como esquadrões que praticavam torturas, assassinatos, desaparecimentos e operações de substituição de aliados em cargos públicos, retirada de direitos políticos cidadãos, exílios, novas regras de censura e repressão. O cerco ficou cada vez mais restrito, principalmente depois do Ato Adicional nº 5 de dezembro de 1968, que ampliou os poderes presidenciais como o fechamento do Legislativo pelo presidente da República, suspensão de direitos políticos, intervenção estatal e municipal, entre outras medidas. Instituído por Arthur Costa e Silva, o AI5 fechou o Congresso Nacional, suspendendo por 10 anos os direitos políticos de qualquer um, que seria julgado em tribunais militares.

O emprego sistemático da tortura foi peça essencial da engrenagem repressiva posta em movimento pelo Regime Militar que se implantou em 1964. Foi também, parte integrante e vital, dos procedimentos pretensamente jurídicos de formação da culpa dos acusados [...] A arma que representava, na verdade, a base da pirâmide do autoritarismo e do sistema de imposição da vontade absoluta dos governantes. No topo existiam os Atos Institucionais, Secretariado Nacional de Informação, o Conselho de Segurança Nacional, as altas esferas do poder. Na parte intermediária da pirâmide, toda a estrutura jurídico-política de repressão e controle: Lei de Segurança Nacional, Lei de Imprensa, inúmeros instrumentos legais de exceção. Pouco acima de base, a Justiça Militar “legalizando” as atrocidades dos inquéritos, ignorando as marcas e laudos das torturas, transformando em decisões judiciais aquilo que os órgãos de segurança arrancavam dos presos políticos mediante pressões que iam da intimidação para que confessassem, até ao limite dos assassinatos de desaparecimento dos cadáveres. (ARNS, 1985, p. 203)

Para além da esfera repressiva, haviam outras formas de controle e propagação do golpe militar durante os anos de vigência. Ligada a estratégia psicossocial, também as mídias tinham um papel fundamental informativo da versão que se queria contar sobre o regime. Os jornais, televisão e rádio criaram esse ambiente favorável para quebra da democracia e controle dos militares e toda a elite civil que agia em conjunto: empresários, latifundiários, parte da igreja e políticos conservadores.

No caso da imprensa no Pará, não fugiu à regra, como na imagem adiante, referente ao relatório de investigação de ações subversivas amparadas pela lei de Segurança Nacional, as informações giravam em torno do “perigo vermelho”, e solidificaram o clima tenso com a divulgação da lista de suspeitos à subversão e a propagação do anonimato de denúncias e a prática do “dedo duro”, que além de sofrer sanções, eram encaminhados para colhimento de depoimentos e esclarecimentos, depois eram julgados e assim determinado o seu futuro. (CORTEZ, 2004)

Abaixo tem-se, por exemplo, divulgada no jornal *A Província do Pará*, parte do relatório produzido pela Comissão de Investigação Sumária (CIS), iniciada 21 de maio de 1964 em Belém, responsável por apurar as denúncias de corrupção e má administração dos fundos públicos de responsabilidade da prefeitura, além do envolvimento com o jogo do bicho. Mas as apurações não estavam limitadas ao viés apenas do dinheiro público, assim como também do envolvimento das atividades políticas dos membros do governo do Estado do Pará, os deputados e as prefeituras, se estes estavam permitindo ou não a infiltração de comunistas na administração pública do estado.

Figura 1 - Relatório Comissão de Investigação Sumária

— x —

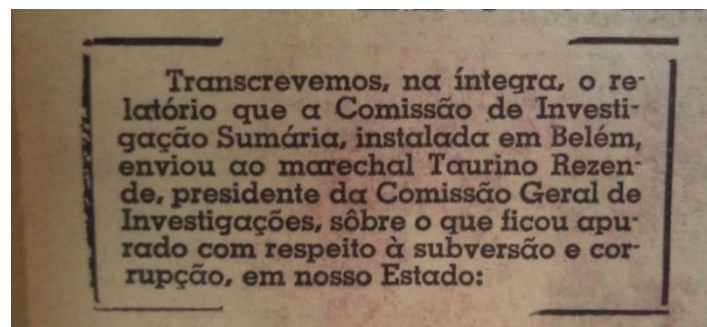
1. Do exposto conclui-se que os indiciados AURELIO CORRÊA DO CARMO, LUIZ GEOLÁS DE MOURA CARVALHO, AMÉRICO SILVA, ARMANDO CORRÊA, EPILOGO DE GONÇALVES CAMPOS, DIONÍSIO BENTES DE CARVALHO, JOSÉ MANOEL REIS FERREIRA, ALVARO KALIL KZAN, NEWTON BURLAMAQUI DE MIRANDA, ISAAC SOARES, NAGIB MUTRAN, LAÉRCIO BARBALHO, AMILCAR BENASSULY MOREIRA, AGENOR BENASSULY MOREIRA, VICENTE DE PAULA QUEIROZ, HENRY CHECRALLA KAYATH, EFRAIM RAMIRO BENTES, HÉLIO TEIXEIRA GUEIROS, NEY CARNEIRO BRASIL, ELIAS SALAME DA SILVA, estão sujeitos às sanções impostas pelo Artigo 10.º do ATO INSTITUCIONAL de 9 de abril de 1964 (Cassação de mandato e suspensão de direitos políticos); os indiciados PÉRICLES GUEDES DE OLIVEIRA, ALBERTO NUNES, NUNO ALVARO MIRANDA, ARLINDO VIEIRA DE SOUZA, estão sujeitos às sanções impostas pelo Artigo 10.º do ATO INSTITUCIONAL de 9 de Abril de 1964 (Cassação de mandatos); os indiciados BENEDITO CELSO DE PÁDUA COSTA, EVANDRO RODRIGUES DO CARMO, ANTÔNIO EUGÊNIO PEREIRA LOBO, ANTONIO PEDRO MARTINS VIANA, ARTHUR SAMPAIO CAREPA, CÂNDIDO MARINHO DA ROCHA, FRANCISCO GOMES DE ANDRADE LIMA, JOSÉ MARIA CORDEIRO DE AZEVEDO, JOSÉ PONTES PINTO, LÍBERO LUXARDO, MILTON DE BARROS BARATA, POTY FERNANDES, PEDRO GOMES DA SILVA, TIBIRIÇÁ MENEZES MAIA, VICTOR PIRES FRANCO, WILSON RIBEIRO, IRINEU BENEDITO BENTES LOBATO, estão sujeitos às sanções impostas pelo Artigo 10.º do ATO INSTITUCIONAL, de 9 de Abril de 1964 (suspensão de direitos políticos); os indiciados WASHINGTON COSTA CARVALHO, JAIR GUIMARAES, OSVALDO POJUCAN TAVARES, WALTER NUNES DE FIGUEIREDO, OLAVO GUIMARAES NUNES, STÊNIO RODRIGUES DO CARMO, RUY BUARQUE DE LIMA e LEVY HALL DE MOURA, estão sujeitos às sanções impostas pelo Artig. 10.º (suspensão de direitos políticos) e Artigo 7.º (perda de vitaliciedade), tudo do ATO INSTITUCIONAL, de 9 de Abril de 1964; o indiciado IRAN DE JESUS LOUREIRO, está sujeito às sanções impostas pelo Artigo 10.º (perda dos direitos políticos) e 7.º (passagem para a Reserva Remunerada), tudo do ATO INSTITUCIONAL, de 9 de Abril de 1964.

Além das sanções acima, estão sujeitos às sanções do CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, os seguintes indiciados: AURELIO CORRÊA DO CARMO, LUIZ GEOLÁS DE MOURA CARVALHO, JOSÉ MANOEL REIS FERREIRA, NAGIB MUTRAN, AMILCAR BENASSULY MOREIRA, AGENOR BENASSULY MOREIRA, ELIAS SALAME DA SILVA, HENRY CHECRALLA KAYATH, EFRAIM RAMIRO BENTES, WASHINGTON COSTA CARVALHO, JAIR GUIMARAES, WALTER NUNES DE FIGUEIREDO, ANTÔNIO EUGÊNIO PEREIRA LOBO, ANTONIO PEDRO MARTINS VIANA, ARTHUR SAMPAIO CAREPA, CÂNDIDO MARINHO DA ROCHA, FRANCISCO GOMES DE ANDRADE LIMA, JOSÉ MARIA CORDEIRO DE AZEVEDO, JOSÉ PONTES PINTO, MILTON DE BARROS BARATA, POTY FERNANDES, PEDRO GOMES DA SILVA, TIBIRIÇÁ MENEZES MAIA, VICTOR PIRES FRANCO, WILSON RIBEIRO, IRINEU BENEDITO BENTES LOBATO e DIONÍSIO BENTES DE CARVALHO.

Finalmente, além das sanções acima referidas, está recolhido à 5.ª Companhia de Guardas, em Belém do Pará, desde o dia 30 de Maio de 1964, para averiguações, incursão no Artigo 14, da LEI DE SEGURANÇA NACIONAL, o jornalista HÉLIO MOTA GUEIROS, diretor do vespertino "O Liberal" e que, em peças anteriores destes Autos está constando por equívoco e confusão com o nome de seu pai, como HÉLIO TEIXEIRA GUEIROS.

Nesse mesmo relatório, um dos primeiros nomes destacados é o do ex-governador Aurélio do Carmo, o que é um tanto contraditório, senão oportuno, devido aos primeiros momentos, quando o mesmo relutante declarou-se favorável à “Revolução” e a presidência do general Castelo Branco, mas que por sua proximidade com a ação subversiva levou os militares a desconfiarem de sua lealdade após seu apoio às reformas de base do PSD e a campanha a favor da legalização do PCB (PETIT & VELARDE, 2014), o que deixou a um pretexto de ser investigado até ter seus direitos políticos cassados por 10 anos e ser acusado de corrupção no relatório da CIS.

Figura 2 - Relatório Comissão de Investigação Sumária



Fonte: *A Província do Pará* Belém 18/06/1964, p. 6.

A preocupação iminente do capitalismo versus socialismo de viés puramente econômico era o que dava veracidade para as manchetes publicadas como o conteúdo presente na (Figura 2), que reforçavam a aparência “democrática” e de defesa dos direitos sociais à primeira vista, pelo menos até a publicação dos Atos Institucionais, para assim manter o apoio da população, mostrando ordem e investigação do governo antecessor, que em tese ameaçava a hegemonia nacional por sua proximidade com os ideais socialistas. Por isso, é necessária uma análise cautelosa, não generalizante, ou qualitativa, principalmente quando considerada como fonte o discurso promovido e construído pelos jornais, entendendo que a imprensa num modo geral possui peculiaridades próprias de momento, tempo histórico, memória social e instituições envolvidas.

1.2 O golpe e os jornais

“Em certas situações não se tratava de criar, mas apenas de explorar um medo já existente. O objetivo era aproveitar-se do pavor provocado pelo Comunismo, seja convencendo a sociedade da necessidade de determinadas medidas, seja colocando-se na condição de campeã do anticomunismo para daí auferir vantagens” (MOTTA, 2002, p. 161)

Com as modificações trazidas pela evolução dos meios de comunicação a partir do século XX, inicialmente com rádio e cinema, percebeu-se que estes instrumentos possuíam um grande

poder de propaganda, ou seja, base forte de transformação social em ditar novos comportamentos, espaços e ritmos da vida cotidiana. Por tabela, o cenário político também mudou, pois se usado de forma direcionada poderia acarretar vários adeptos das ideias propagadas. E, conforme são acrescentadas atualizações, há uma nova forma de comunicação com o público consumidor, seja por meio de rádio, jornal impresso, cinema, televisão e agora a internet. Todas essas formas de comunicação são responsáveis por divulgar, articular e disseminar ideias e valores de realidade imediata como uma vitrine.

Pierre Bourdieu (1990), afirma que o campo político em interação com a mídia, apesar de seguirem caminhos distintos, podem facilmente se integrarem e impor uma nova avaliação da realidade de forma “natural” ao colocarem essas análises aos “consumidores”, resultando assim no fortalecimento da narrativa de quem busca e propaga esse poder político, ou seja, a mídia se torna uma ferramenta nas mãos de quem quer fortalecer um discurso de controle e poder. E é preciso tomar cuidado, pois se existe essa não neutralidade de voz, ou um *pseudo* espaço de voz produzido pela mídia, qual seria a confiabilidade das falas? Quem são os sujeitos que falam? Quais os seus objetivos ao falarem? Há na verdade uma imagem produzida desse transmissor e de sua mensagem, desde a aparência, ao discurso trabalhado e elaborado para gerar o “efeito” em poucas palavras, gerando assim uma popularidade na transmissão. E quanto mais posições de poder se deseja alcançar, maior é a necessidade desse impacto estar visível na mídia.

Alinhando com a integração da mídia e a política, é possível observar uma movimentação da imprensa do “efeito” direcionada e financiada, desde Getúlio Vargas, que tinha por objetivo atingir o governo, que vinha desde o início implantando ações que atingiam não só a mídia, como os interesses da elite que defendiam a limitação das medidas. Os jornais então criaram uma verdadeira fiscalização como apontada por Werneck Sodré (1966) que atingiu o país e que acabou resultando no seu suicídio e na divulgação da sua carta testamento do presidente Getúlio Vargas.

Vargas antevia as dificuldades que teria de enfrentar com a imprensa, que durante a campanha eleitoral se unira contra sua volta ao poder. Já antes da posse considerava a necessidade de contar com um veículo de comunicação para enfrentar o fogo cerrado da mídia aliada aos setores mais conservadores do capital nacional e defensora dos interesses das grandes corporações internacionais que atuavam no país. (DANTAS, 2014)

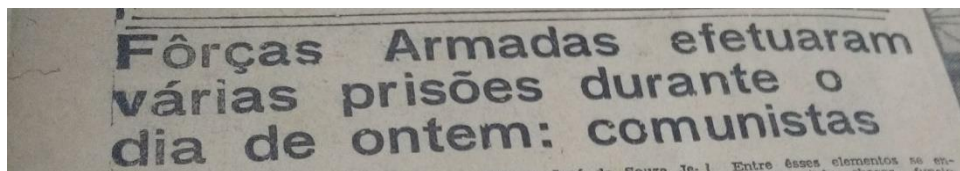
E quando falamos em financiamentos, é justamente onde entram essas grandes corporações que utilizavam de seus recursos para além do lucro que o espaço podia lhe trazer.

Várias outras tentativas aconteceram depois de 1961 de forma crescente, até chegar na renúncia de Jânio Quadros à Presidência e na posse do seu vice João Goulart, que resultaria de forma decisiva no golpe militar de 1964, até mesmo no “efeito” que se tinha sobre a classe média que acabou por apoiar o movimento por medo do fantasma do comunismo e terminou comemorando a vitória com passeatas amplamente divulgadas com manchetes que traziam frases como “Ressurge a democracia”, “Revolução democrática”, entre outras. A partir de 1964, isso fica mais evidente, e pode ser abordado de duas maneiras:

- a. **Como instituição central de afirmação do movimento da alteração social; e**
- b. **Como parte essencial no golpe e na redemocratização.**

O movimento de afirmação e alteração social cabia aos discursos propagados em expressões como “perigo vermelho”, “avanço comunista”, em que a elite civil, os empresários latifundiários, técnicos e parte da igreja reforçaram a fim de evitar manutenções de modificação como a reforma agrária (FONTES, 2014).

Figura 3 - Manchete do jornal *A Província do Pará*



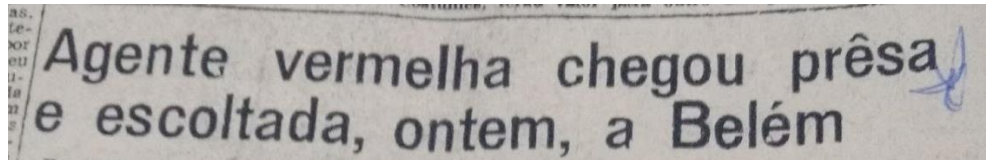
Fonte: *A Província do Pará*. Belém, 03/04/1964.

O fato de as publicações nos jornais divulgarem uma espécie de relatório, como já citado, estava dentro de um objetivo de manipulação com fins políticos conservadores. Por isso, a campanha anticomunista presente nas manchetes para além de um objetivo de massificar a informação repassada, representava também convicções ideológicas de fins econômicos,

“[...] O comunismo não se resumia a um fantasma criado e manipulado por alguns “espertalhões” interessados em conduzir uma massa ingênua”. O “perigo” tinha algo de real e, certamente, o medo a ele era concreto [...]. Veja-se o caso dos católicos fiéis. É natural e compreensível que pessoas cuja formação espiritual e moral tenha sido estruturada com base no catolicismo enxergassem no comunismo um inimigo. Os comunistas, de fato, pretendiam destruir a Igreja e atacar seus valores essenciais, substituindo-os por uma moral comunista ou “proletária”. O mesmo raciocínio pode ser feito para os liberais- o comunismo realmente significava o fim da propriedade privada e a implantação de ditaduras políticas- e para os nacionalistas- o Partido Comunista era efetivamente subserviente em relação à União Soviética, de onde provinham orientação ideológica e parte dos recursos necessários para suas atividades, e sua eventual vitória poderia implicar o alinhamento internacional do Brasil com o “país dos soviets”. (MOTTA, 2002, p. 177)

Ou seja, se alimentados com situações reais, a veracidade da informação era garantida como passo de proteção e utilização de todas as metodologias ao alcance para garantir o controle social.

Figura 4 - Manchete do jornal *A Província do Pará*



Fonte: *A Província do Pará*. Belém, 16/04/1964.

Almerinda Palha Freire, acusada de subversão por portar materiais de propaganda comunista com escritos “Na lei ou na Marra” e por seu envolvimento com as questões de Reforma Agrária e reformas nas Bases Educacionais, foi denunciada por um vizinho e encaminhada para presídio, mas antes, teve seu endereço passado por extenso na coluna publicada na página 2 do Jornal *A Província do Pará*, na data de 16 de abril de 1964. Não apenas, as mídias funcionavam como uma prestação de contas, mas também como uma vitrine das atividades de “combate a ameaça vermelha” pelos militares. A disseminação dessas notícias nos jornais reforça não apenas o caráter de perseguições, como também a garantia da absorção dos consumidores dos escritos. Diariamente era publicada uma lista de assuntos proibidos, com nomes de subversivos procurados, além da censura que acontecia no próprio conteúdo, até por volta de 1976, em mostrar o lado controlado pelo regime.

No Pará, jornais como: *A Província do Pará* fundado em 1876 e a *Folha do Norte* criado em 1896, desde a disputa entre apoiadores e opositores de Lauro Sodré e Antônio Lemos no Pará, depois com Magalhães Barata e Aurélio do Carmo, tiveram seu envolvimento com a política de forma declarada e destacaram-se como parte da imprensa que defendia o golpe militar de 1964 anos depois, pois estavam sob influência de grupos que ajudaram na queda do presidente Goulart, entre eles os fazendeiros da ilha do Marajó, organizados por Claudio Dias, o Lopo Castro do PSD, proprietário da rádio Guajará, outros como Gabriel Hermes, Deodoro de Mendonça, militares pertencentes ao complexo IPES/IBAD/ADEP da ativa do exército, com ligação ao Jarbas Passarinho, que aterrorizavam e caçavam os ditos comunistas (COSTA,2014, p. 66).

No momento da declaração do regime militar implantado, Aurélio do Carmo se encontrava no Rio de Janeiro na Convenção Nacional do PSD e inicialmente se declarou contra o levante militar, publicado na 1ª Edição do jornal *O liberal*, no dia 1º de abril de 1964,

Considero bastante grave a situação política nacional (...). Não acredito no êxito de qualquer tentativa de solução extralegal para os problemas brasileiros (...), se esses agitadores tentarem porventura, qualquer solução de força hostil ao Congresso Nacional e ao Regime democrático, que apesar de todas as vicissitudes e imperfeições ainda nos honra no conceito de países civilizados, posso garantir que o Governo e o povo paraense estarão ao lado de todos os patriotas lutando contra as medidas violentas e ilegais (...). Continuo coerente com aquela minha atitude. Da mesma forma que mantive à frente do governo do Pará intransigente na defesa da posse de João Goulart, sintonizado com o clamor nacional para que fosse respeitada a Carta Magna, na mesma forma sou intransigente na preservação das nossas instituições democráticas nos dias de hoje (...). Julgo indispensável que se façam as reformas de base, reclamadas pelo país. Essas reformas, pelo fato, de serem defendidas por comunistas, não deixam por isso, de ser válidas e necessárias e indefensáveis (...). As Forças Armadas e o povo brasileiro não permitirão que a democracia seja aviltada e que a mudança de regime seja concretizada por desejo de uma minoria insignificante. (O LIBERAL, 01/04/1964, p. 3. Apud PETIT, 2022, p. 200)

O que deixou sua situação muito delicada, pois os meios de comunicação integrados com as novas medidas implantadas, cuidaram de cassar o mandato de Aurélio do Carmo com constantes denúncias, investigações e acusações de envolvimento com ilicitudes, como consta na Figura 1, o que resultou na suspensão de seus direitos políticos por 10 anos, assumindo em seu lugar Alacid Nunes e no governo Jarbas Passarinho.

Em relação as rádios, até o início dos anos 60 existiam as estações PRC-5 de propriedade da família Proença e a estação Marajoara, que pertencia a uma associação representada pelo primo de Magalhães Barata. A partir do início dos anos 70, surgiu a Rádio Nazaré⁵, que pertencia ao grupo Folha do Norte, também a estação rádio Guajará, pertencente ao deputado Lopo Álvares de Castro e a rádio Difusora que mais tarde passou a se chamar rádio Liberal, de propriedade do Rômulo Maiorana.

Outra criação essencial para a manutenção do regime foi a da Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel) em 1965, que juntamente com o Ministério das Comunicações a Telebrás, em 1972, exerceram a responsabilidade por toda comunicação nacional que alimentava inclusive o grupo que atuava juntamente com o Serviço Nacional de Investigação – SNI. Em 1965 também chegou ao ar a rede Globo, que alterou efetivamente o cotidiano, os espaços domésticos e o consumo de bens e serviços dos telespectadores, pois, o que se difundia na verdade era que o Brasil precisava integrar o grupo de nações desenvolvidas, modernas (FICO, 1997), portanto, juntamente com a ação militar, a TV transmitia campanhas com um perfil de cunho educativo ou cívico. Estima-se que em 1964 apenas 10% da população tinha o aparelho de TV em casa, já em 1984 o número havia aumentado para 75% (ABREU, 2005).

⁵ “Radio- Nazaré - pertencente ao grupo do jornal “A Folha do Norte de propriedade da família Maranhão, inaugurada em agosto/setembro de 1961. As transmissões duraram pouco mais de um ano. A programação era diversificada, sendo a primeira emissora a ficar 24 horas no ar transmitindo programação” (COSTA, 2014).

O que se percebeu, portanto, foi que, seja nos impressos ou nos transmitidos, o mesmo grupo controlava os meios de comunicação em massa, principalmente porque 30% das receitas dos jornais eram pagas por esses representantes e pelo Estado, em contrapartida o ônus desse apoio era preservar uma versão de caráter político e conservador que mantinha indelével a imagem das Forças Armadas, e do controle e tradição social (ABREU, 2005). Porém, essa realidade começou a mudar especialmente após a implantação do AI 5º em dezembro de 1968, que sobretudo limitou as informações difundidas, beirando a censura e repressão, aos meios de comunicação, decretados pelo Presidente da República, o que colocou em reserva o acordo entre as partes, no sentido de que ao limitar um lado da relação, o outro reagiu em forma de oposição, mesmo que velada e discreta.

Não se pode deixar de destacar que, como em todos os setores, as mídias eram um campo de disputa, havia o lado em que apoiava sobretudo a base ditatorial, por representar as fases conservadoras e valores ideológicos dos seus donos, mas haviam também, os veículos de comunicação que resistiam a esse processo de censura, principalmente após a implantação do AI-5, nesse momento parte da mídia passou a agir de forma contrária a permanência dos militares no poder, utilizando a economia como principal desapontamento, pois essa ia de mal a pior.

A televisão, em especial a TV Globo, que apoiava o regime militar, incorporou aos seus quadros, contudo, intelectuais e produtores culturais que se manifestavam contrários ao regime, muitos pertencentes ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Esses intelectuais produziram telenovelas ou outros programas dando ênfase a cenas da realidade brasileira. Eram introduzidas na trama das novelas críticas às condições sociais em que viviam os personagens, assim como eram incorporados temas políticos para divulgar ideias políticas de transformação da sociedade. A sátira política tratava de questões próximas do cotidiano do telespectador, como a especulação imobiliária, o jogo do bicho, o coronelismo e suas consequências políticas. São inúmeros os exemplos dessa atuação da televisão: as novelas *O Bem-amado*, de autoria de Dias Gomes (1973), *Irmãos Coragem*, de Janete Clair (1970-1971), *Os Deuses estão mortos*, de Lauro César Muniz (1971-1972), e a adaptação de romances de Jorge Amado, romances de denúncia e crítica à sociedade capitalista. (ABREU, 2005, p. 57)

A imprensa nacional assumiu, neste sentido, uma posição central para a fundamentação da cultura democrática de forma simbólica, como porta vozes da defesa da autonomia em contraposição a certos governantes, que alimentou as forças opositoras que pediam a volta dos direitos de cidadania como voto, da necessidade de liberdade de expressão e a defesa da opinião pública. Ou seja, a mídia teve um papel importante na construção da memória pública no processo de redemocratização, o que entra a segunda função que apontamos acima como essencial desempenhada pela mídia, o fortalecimento de movimentos como o das “Diretas Já!”.

Em paradoxo, por exemplo, *A Folha de São Paulo*, o mesmo jornal que em 1964 publicou em destaque a denominada “Marcha da família com Deus pela Liberdade” apoiando os

militares, anos depois, no dia 26 de janeiro de 1984 exibiu em sua primeira página (Figura 5) o movimento populacional em apelo à volta da democracia em votos diretos, o movimento aconteceu no centro de São Paulo com a presença de representações políticas conhecidas da nossa história, como Luís Inácio Lula da Silva e Ulisses Guimarães a favor de uma nova representação, o que colaborou para a abertura política.

Por tabela, a imprensa resgatou sua liberdade, que foi cortada ao longo do processo e ratificada no AI 5. Conforme o cenário político apontava para a volta do processo democrático, setores da imprensa tornaram-se uma espécie de porta-voz dos valores democráticos, como o voto popular, a liberdade de expressão, cidadania e seus direitos, entre outros.

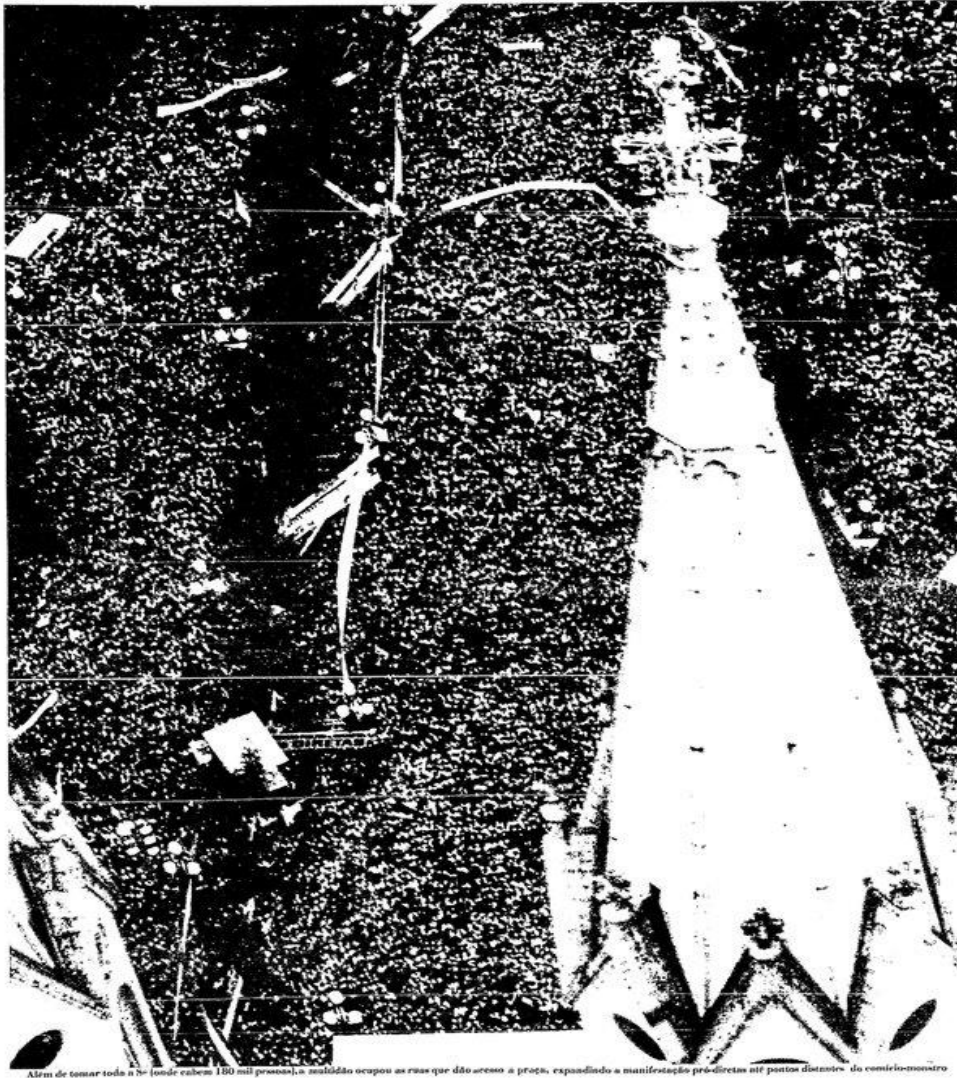
Figura 5 - Manchete do jornal Folha de São Paulo

FOLHA DE S. PAULO

SEGUNDO CLICHE

Editor Responsável: Boris Casoy • São Paulo, quinta-feira, 26 de janeiro de 1984 • Um jornal a serviço do Brasil • Ano 63 • N.º 20.021 • Al. Barão de Limeira, 425 • Cr\$ 300,00

300 mil nas ruas pelas diretas



CARLOS BRICKMANN

Os números variam, mas uma coisa é certa: este comício foi a maior manifestação já realizada em São Paulo desde a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em 1964. De acordo com os cálculos realizados pela "Folha", 300 mil pessoas saíram às ruas para defender, na praça da Sé, a restauração das eleições diretas para a Presidência da República.

Nas outras cidades, a Polícia Federal fala em 150 mil pessoas; o secretário das Comunicações e coordenador do comício, Jorge Cunha Lima, dizendo basear-se em dados da Polícia Militar, citou entre 300 e 350 mil pessoas; o secretário dos Transportes da Prefeitura, Getúlio Hanssler, dizendo apoiar-se em dados do Metrô, calculou a multidão em 400 mil.

"Perguntam se há aqui 300 ou 400 mil pessoas", disse o governador Franco Montoro no discurso de encerramento do grande comício. "Mas a resposta é outra: aqui na praça estão presentes as esperanças de 150 milhões de brasileiros... É foi aplaudido com entusiasmo — na verdade, seus números é que estavam certos."

Quem foi o herói do comício? Montoro, sem dúvida, que marcou a manifestação para um feriado, foi muito criticado por isso e acabou vitorioso; Lula, o mais aplaudido da tarde, antes mesmo de chegar, e aclamado quando pediu a seus seguidores que não votassem em nenhum dos outros partidos; Ulisses Guimarães, mais uma vez chamado de "Sr. Eleições Diretas", pois ele quem manteve a campanha de pé quando outros políticos nela não acreditavam; César Santos, esplêndido apresentador que soube controlar a multidão e garantir a palavra até mesmo de políticos como PTB e PDS, e o povo insistia em votar; Jorge Cunha Lima, organizador do comício; os artistas, que vieram em estufo; os três governadores que vieram para São Paulo (Leonel Brizola, Iris Resende e José Richa); e tantos mais.

Mas o verdadeiro herói foi outro: a multidão, as 300 mil pessoas que provaram ser possível e desejável fazer política com amor, garra e alegria. O povo se manifestou, cantou, dançou; trouxe bandeiras, vestia camisetinhas, vozes, aplova. E nem a chuva, que por três horas fustigou o comício, conseguiu dispersá-lo. O povo se aglomerava discutia (ali havia adeptos do PT, PMDB, PCB, PC do B, PTB, PDT, até mesmo alguns soldados petistas), pulava. E, no fim do dia, havia apenas algumas ocorrências policiais — dois furtos, um ladrão preso, um caso de embriaguez ao volante. Muitas crianças, até bebês, estavam na multidão; era uma festa, medo de quê?

O sentido da festa talvez só não tenha sido bem compreendido por Brasília. O porta-voz da Presidência, Carlos Ávila, afirmou que o comício foi "pouco expressivo"; a seu ver, as 100 mil pessoas reunidas em São Paulo nada representam diante dos 54 milhões de eleitores que, em 82, deram ao PDS o direito de escolher o próximo presidente. Dois enganos: no comício não havia 100 mil pessoas, mas 300 mil; e em 14 de novembro de 82 o PMDB teve 3 milhões de votos a mais que o PDS. O fato de serem assim ter obtido maioria no Colégio Eleitoral explica melhor nosso processo de eleição indireta — e a vontade do povo de restabelecer as diretas — que qualquer tratado de ciência política. PÁG. 3 a 5 e 27

Aman de tomar toda a Sé (onde cabem 150 mil pessoas), a multidão ocupou as ruas que dão acesso à praça, expandindo a manifestação por diretas até pontos distantes do comício-mostrão.

Opinião da "Folha"

Leia na pág. 2 as editoriais "Depois do processo", chamando a atenção dos congressistas para sua responsabilidade de retribuir ao país o povo no sentido de traduzir em lei a aspiração nacional por eleições diretas; e "Previdência para", criticando o projeto de lei que cria novo regime de previdência para trabalhadores de campo.

Dólar vai a Cr\$1.065

PÁG. 21

Índice	
Avaliação de São Paulo	100
América Latina	100
Brasil	100
Europa	100
África	100
Ásia	100
Oceania	100
Índice de preços	100
Índice de produção	100
Índice de emprego	100
Índice de renda	100
Índice de consumo	100
Índice de poupança	100
Índice de investimento	100
Índice de comércio exterior	100
Índice de balanço de pagamentos	100
Índice de reservas internacionais	100
Índice de dívida pública	100
Índice de dívida externa	100
Índice de dívida interna	100
Índice de dívida total	100

Previsto do tempo

Nublado em São Paulo, melhora a tarde com chuvas a noite e à manhã. Temperatura máxima de 24°C e mínima de 14°C.

Reagan pede a retomada do diálogo

Em sua mensagem anual ao Congresso, o presidente Ronald Reagan voltou a propor a retomada do diálogo com a União Soviética e disse que foi necessário ao EIA o aumento de suas despesas militares para que pudesse negociar em posição de força com Moscou.

O correspondente da "Folha" em Nova York, Paulo Frank, assinala que Reagan também anunciou o projeto de colocação em órbita de uma estação espacial que, se utilizada para fins militares, romperá um acordo com a União Soviética assinado em 1971.

De qualquer modo, observa o correspondente, o presidente norte-americano (que domingo anunciou sua intenção de recomendar-se à Casa Branca) silencia-se desta vez estrategicamente numa perspectiva prefeitoral. PÁG. 13

Suspensa a intervenção em 3 sindicatos

O ministro do Trabalho, Murilo Macedo, suspendeu a intervenção nos sindicatos dos Petrolíferos do Paraná (SP) e do Rio Grande do Sul (RS), bem como no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Ubatuba, cujas diretorias haviam sido destituídas por ato ministerial em julho último.

Murilo determinou que intervenções em três entidades a publicação imediata de editais de convocação para eleições, que devem ocorrer duas semanas de hoje. Contudo, prevê o CRT, se antigos dirigentes destituídos pelos decretos de intervenção não puderem concorrer às novas eleições.

O secretário de Relações do Trabalho do Ministério, Alomar Rossi, disse que Macedo levou a decisão de suspender as intervenções por julgá-las "convenientes politicamente". PÁG. 12

Gasolina a 564, álcool a 332

Do Secretariado de Brasília

O litro da gasolina já está custando Cr\$ 564, de acordo com portaria baixada ontem pelo presidente interino do Conselho Nacional de Petróleo, coronel Hilton Pontes Vasconcelos. O aumento foi de 26,7% sobre o preço anterior (Cr\$ 446), que vigorava desde 10 de novembro do ano passado. O mesmo percentual foi aplicado ao álcool hidratado, que assim passa de Cr\$ 262 para Cr\$ 332 o litro.

O óleo diesel subiu para Cr\$ 387, o querosene iluminante para Cr\$ 397, o óleo combustível para Cr\$ 300 (tipo ABPP) e Cr\$ 238 (tipo DTE). O querosene de aviação para usos domésticos, 360%, e álcool hidratado, 267%.

Domésticos passa a ser comercializado a Cr\$ 275 e o GLP (Gás Liquefeito de Petróleo) a Cr\$ 4.200 o botijão de 13 quilos.

O aumento médio ficou em 28,5%, sendo o menor o da gasolina e o maior o do GLP, com 31,9%.

No ano passado, os combustíveis foram reajustados quatro vezes, atingindo os seguintes percentuais acumulados: gasolina, 267%; óleo diesel, 294%; óleo combustível, ABPP, 325%; e baixo ponto de fuldores, 325%; óleo combustível DTE (baixo teor de enxofre), 329%; GLP, 325%; querosene iluminante, 267%; querosene de aviação para usos domésticos, 360%; e álcool hidratado, 267%.

A festa da USP começa com invasão

Em protesto contra a "falta de democracia" na Universidade de São Paulo, estudantes de diversas instituições invadiram ontem o auditório do Centro de Convênios, na Cidade Universitária, interrompendo a solenidade comemorativa dos 50 anos de fundação da USP. Os manifestantes condiziam faixas proclamações diretas para presidente da República e para o reitor.

O incidente só foi superado depois que um representante dos alunos subiu ao palco e fez um pequeno discurso, apresentando as reivindicações dos estudantes.

Outras autoridades, entre outras autoridades, o governador Franco Montoro, o ministro da Educação, Ester de Figueiredo Ferraz — que representou a presidente Figueres — e o reitor G. Iria Vieira. PÁG. 26 e reitor G. Iria Vieira.

Mas, é preciso analisar se a intenção da modificação do papel da mídia, seria realmente para assumir o papel de neutralidade? Ou estava apenas ligado ao processo de superinformação e a sub informação? Pierre Nora (1988, p. 181-188), chama atenção para o fato de que o conjunto de informações colocadas de forma massificada podem criar uma notícia crônica, uma superinformação, e que se juntar com a sub informação, que seria a ocultação de certos detalhes, contar apenas o que lhe é interessante mostrar, dá a capacidade de controlar até onde o leitor sabe.

Adentra-se, portanto, no campo da memória: o que lembrar? o que esquecer? Qual memória foi retratada não só pela mídia, mas pelas produções históricas que também sofriam e sofrem a censura quando diz respeito ao período da ditadura de 1964 no Brasil? Assim como, a memória silenciada dos cassados, perseguidos pelo regime, ou até aqueles que tiveram seus discursos, sua luta silenciada com assassinatos, exílios nas prisões construídas na época, que determinavam não apenas o destino do preso, como escreviam na história como essa memória seria conduzida.

Para entender de que forma esses silêncios e memórias, fazendo a intercessão entre passado e presente de diferentes tempos históricos, o próximo capítulo discutirá de forma inicial a origem do espaço compreendido como Feliz Lusitânia⁶, em seguida as funções cronológicas do prédio até o momento em que foi utilizada como local de repressão durante a ditadura militar, analisando os percalços produzidos pelo esquecimento no prédio e sua escolha curatorial a partir do projeto.

⁶ No próximo capítulo apresentaremos resumidamente o projeto Feliz Lusitânia; a seguir indicamos a bibliografia que consideramos de muito interesse para o seu aprofundamento: MIRANDA, Cybelle Salvador. **Cidade Velha e Feliz Lusitânia: Cenários do Patrimônio Cultural em Belém**. Doutorado em Ciências Sociais/UFPA. Belém 2006. COSTA, Dayseane Ferraz da. **Além da Pedra e Cal: A (Re)Construção do Forte do Presépio (Belém do Pará, 2000-2004)**. Mestrado PPHIS/UFPA. Belém, 2007.

CAPÍTULO II - FELIZ LUSITÂNIA

O nome Feliz Lusitânia foi dado de forma saudosa pelo colonizador português ao chegar na localização que corresponde como a inicial de Belém em 1616, mais ou menos onde localiza-se hoje o forte do presépio⁷. E essas nomenclaturas estavam atreladas à igreja e a organização militar de dominação, como parte de demarcar o território onde estava a construção de casas e igrejas.

Figura 6 - Belém em 1640



Fonte: SOARES, 2009. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/largos_coretos_e_pracas_de_belem.pdf>

Essas primeiras construções seguiam o padrão de taipa e cobertura de Palha, com espaço para instalar uma imagem de Cristo. O primeiro largo construído chamou-se Praça das Armas, o que também trazia a presença do militarismo, demonstrando a fé e o amor à pátria, apesar de inicialmente a utilização de mão de obra ser feita pelos nativos tupinambás, de modo forçado, o que acabou não durando muito, pois a resistência foi se fortalecendo cada vez mais (SOARES, 2009).

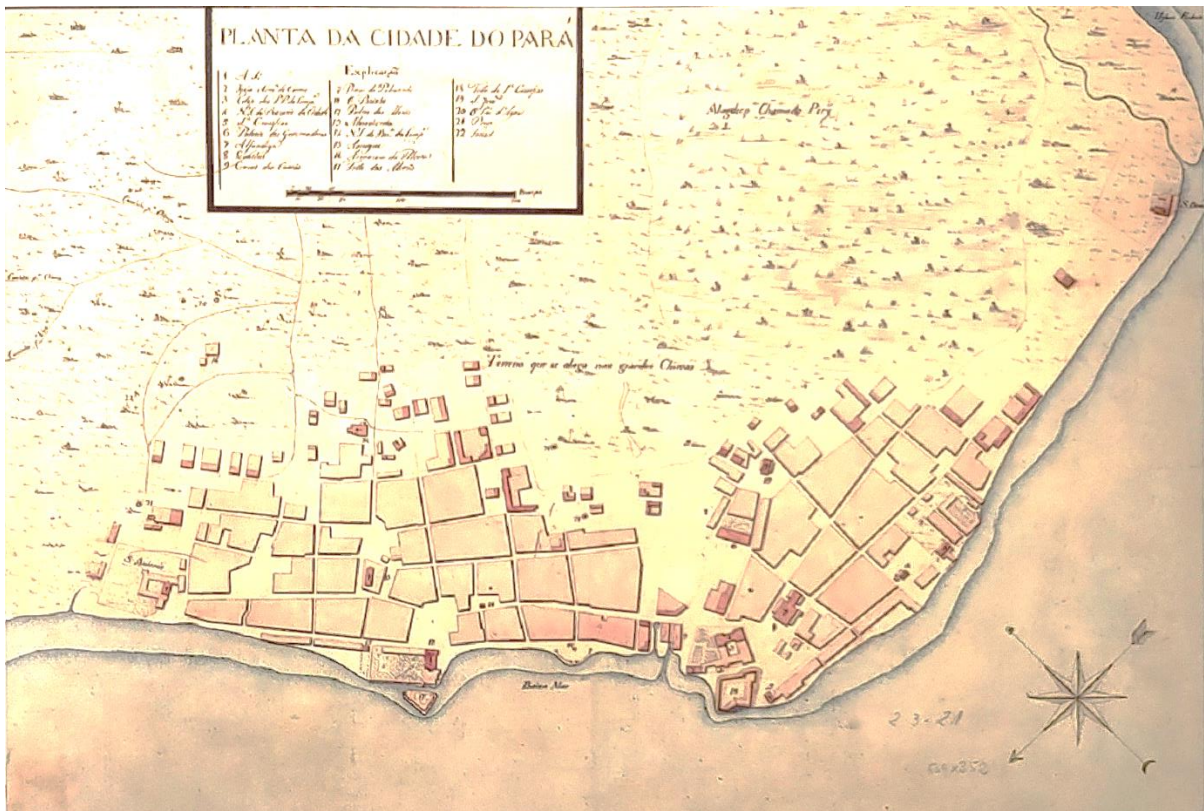
⁷ Geograficamente onde situa-se o Forte do Castelo tem grande significância como centro de pesquisa histórica desse primeiro contato entre europeus comandados pelo capitão Francisco Caldeira Castelo Branco e os indígenas nativos. E mesmo com as diversas modificações e certa descaracterização do espaço, ele carrega o histórico das relações de domínio, resistência, esquecimento e ressignificações frente à nova cultura implantada e refletida até na escolha do nome do complexo. A Secretaria de Cultura do Estado do Pará preocupou-se em fazer um estudo arqueológico e histórico, desde objetos enterrados, desenhos e documentos manuscritos dos primeiros anos da colonização europeia na Amazônia no século XVII (PARA, 2006).

O que se tornou o Largo da Matriz originou as primeiras ruas e casas da colônia, e comandou o primeiro traçado urbano de Belém, a arrancada para sua ampliação. Mais tarde chamou-se Largo da Sé, hoje Praça Dom Frei Caetano Brandão. Foi do Largo da Matriz que nasceram os primeiros caminhos abertos na mata, que seguiam a direção norte-sul, confirmando o planejamento de utilização dos eixos cardeais. Desse largo abriu-se uma vereda acompanhando a escarpa do terreno marginal ao atual Rio Guamá (SOARES, 2009).

Esse processo de abertura de ruas, construção de casas e igrejas, foi o ponto de partida para o procedimento de urbanização a partir deste núcleo inicial indicado na figura 7, até porque eram as ordens religiosas dos Carmelitas, no Largo do Carmo, e a dos Franciscanos que definiam os limites da expansão. Ao decorrer dos anos, o nome da cidade foi modificado algumas vezes, o processo urbanístico foi se expandindo, não apenas neste núcleo, como também aos arredores, passando de construções humildes até o patamar de edifícios de grande estrutura. Vencendo inclusive limitações naturais de pântanos, rios, lagos extensos que na enchente deixavam o local de difícil acesso.

No fim do século XVII, no traçado de Belém distinguiam-se claramente os dois núcleos formados: a Cidade e a Campina, separadas pelo pântano do Piri. A Cidade, mais antiga, que se originara junto ao Forte do Presépio quando da fundação de Belém, é conhecida nos nossos dias como bairro da Cidade Velha. A parte da Campina, mais perto do rio, é hoje informalmente chamada pelos habitantes de “Comércio”. A parte mais afastada continua sendo conhecida pelo nome original de bairro da Campina (SOARES, 2009).

Figura 7- Planta da cidade de Belém



Fonte: PARÁ, 2006.

Dentro desse conceito constante de urbanização, os centros históricos, em suma, este aqui pesquisado, foi tratado, retomado e revitalizado a partir do Governo de Almir Gabriel, em 1999, o conceito “Feliz Lusitânia” foi retomado apenas como parte do projeto macro de inserir o Pará na trilha do desenvolvimento nacional de turismo, sob regência do secretário de cultura da época Paulo Chaves, que inseriu o patrimônio local com o objetivo de utilizá-lo como fonte de valorização e identidade do histórico paraense, reforçado por suas origens ibéricas em contato com os nativos, através de museus que juntos atribuídos de vários significados formam o complexo.

Um dos mais desafiantes compromissos da gestão Almir Gabriel, foi sem dúvida, o de revitalizar a cultura do Estado de um patamar sacrificado pelo alheamento da sociedade paraense em relação à memória de sua própria história e ao respeito nos valores e manifestações que fazem sua identidade. Esse perfil, na verdade, só refletia o descaso ou a falta de sintonização da ação pública com o verdadeiro sentido da cultura, como instrumento essencial na formação da cidadania de um povo. A tarefa, portanto, consistia, antes de mais nada, em reatar essa sintonia, tendo como chave de sua conduta uma política que, sem o paternalismo e o provincianismo reductivo de sempre, construísse um suporte capaz de fazer manifestar, em toda sua verdadeira amplitude, o singular potencial da cultura do Pará, motivando a sociedade a se reconhecer, com orgulho, na sua identidade cultural, sem perder de vista a importância e a riqueza dos valores universais. (PARÁ, 1999, p.95).

A identidade cultural repassada tem papel importante, principalmente quando se torna uma referência inquestionável para além do reconhecimento do espaço, mas como parte da história que está sendo construída como verdade e de controle. Esse plano de governo seguiu mesmo com a mudança de governador, no caso Simão Jatene em 2003, que apesar de cumprir a ressignificação do espaço, não deixa de ter ligação com o passado. Portanto, o livro produzido pela Secretaria de Cultura do Estado é uma propaganda destes feitos políticos em prol da propagação do desenvolvimento cultural como ferramenta de fortalecimento político, não direta e exclusivamente preocupado com a cultura identitária, sim como controle do discurso, o poder da História Institucional sob a História Pública, o levantamento arqueológico e a descrição das etapas do projeto produzem um conteúdo de aparente preocupação com o espaço, mas cuidam de selecionar o que deve ou não saber, pois, os conflitos em torno da memória do espaço de um modo geral foram silenciados.

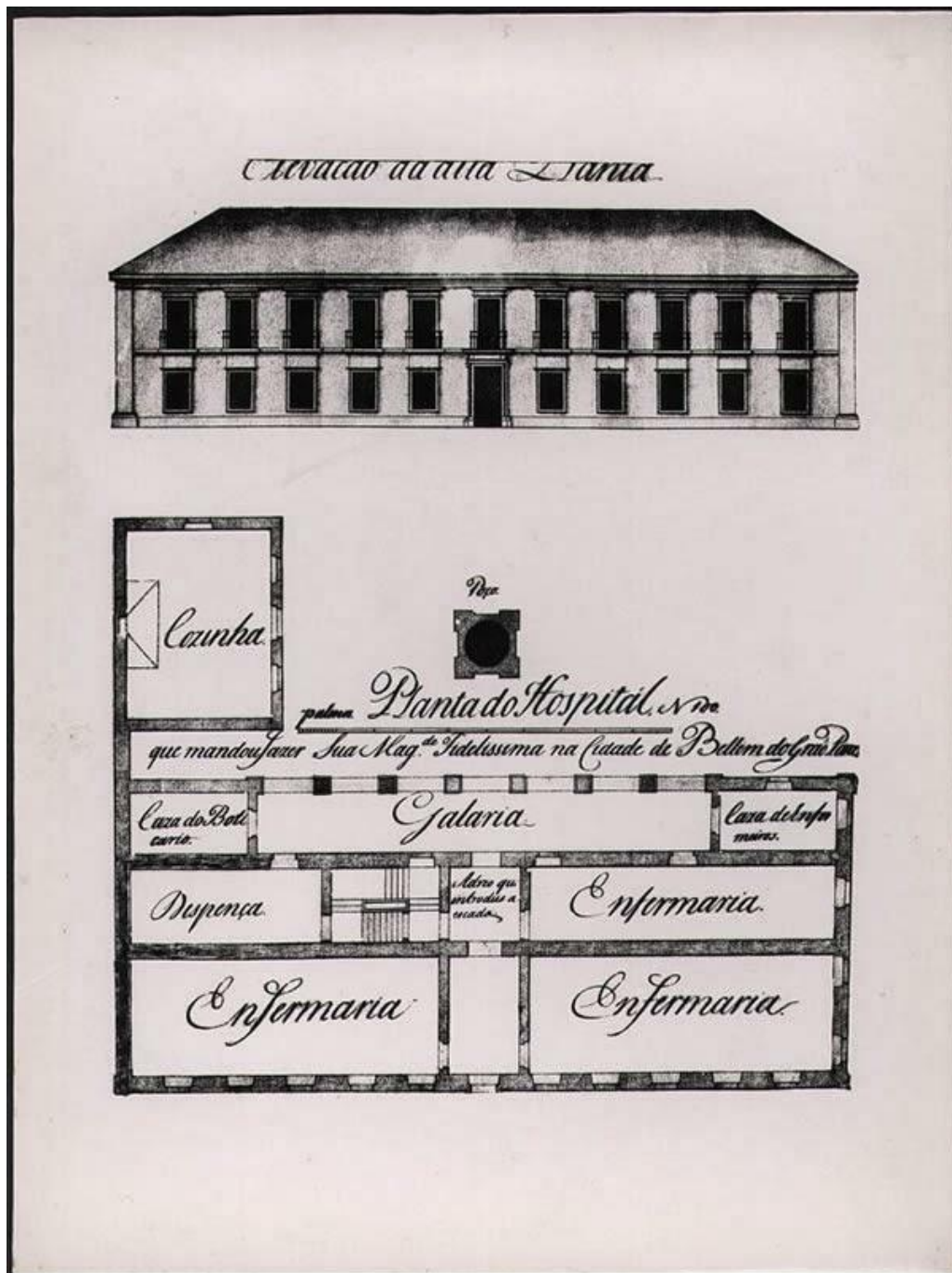
2.1 A 5ª Companhia de Guardas

O palacete das Onze Janelas foi erguido no século XVIII para atender as necessidades do senhor de engenho Domingos Costa Bacelar em se hospedar quando precisasse vir a Belém por motivos comerciais e pontuais, durante muitos anos o prédio esteve sob posse de sua família. Posteriormente a residência foi comprada pelo governador Francisco Ataíde Teive para servir como hospital, que atenderia a demanda do Hospital Real Militar, com a primeira transformação

de significado e uso, pelo arquiteto José Landi, quem propôs algumas modificações. O italiano Antônio José Landi chegou em Belém junto com a comissão responsável por reformar vários espaços, demarcar fronteiras e por fim decidiu ficar no Grão Pará e se tornou responsável por vários empreendimentos como engenhos.

O Hospital Real Militar até meados de 1870 atendia principalmente os militares de classe alta em seu interior, e no espaço ao lado do retângulo maior, atendia a população geral. O edifício tinha a seguinte configuração:

Figura 8 - A planta do Hospital Real Militar



Fonte: Acervo bibliográfico da Universidade Federal do Pará – UFPA (2013).

O desenho de Landi representa um edifício de planta em “L”: um retângulo maior, paralelo ao rio, com a fachada principal virada para a Praça da Sé, a que se adossa em um ângulo recto, um outro rectângulo menor do lado poente. A fachada principal, de 2 pisos enquadrados por cunhas apilastradas, é simetricamente vazada por janelas e portas-janelas, dos lados do conjunto axial do portal-janela. (PARÁ,2006)

A transformação do espaço teve início quando Ataíde Teive comprou a casa e oficialmente começou a construção em 25 de março de 1979 (PARÁ, 2006, p. 111), para atender a demanda dos doentes de uma cidade em constante crescimento até por volta de 1870, quando foi transferida para funções militares, como local de arsenal, então o espaço passou a ser abrigo da 5ª Companhia de Guardas até o fim do século XX, com a 8ª Região Militar do exército, local de prisão e esclarecimentos para os presos subversivos durante o período ditatorial de 1964 a 1985, considerados uma ameaça para a estabilidade do Estado e permanência dos militares no poder, por cuidarem dos ideais comunistas no Brasil.

Figura 9 - 5ª Companhia de Guardas



Fonte: Blog da disciplina do curso de História da Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Tocantins (2014). Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=142028>>

Como local de prisão, a 5ª Companhia de Guardas estruturalmente teve os anexos demolidos (PARÁ, 2006, p. 202). E dentro de sua nova configuração, determinava a partir dos depoimentos para onde o preso político seria encaminhado, por vezes alguns ficavam presos na 5ª Companhia, as celas funcionavam no lugar onde hoje funciona um dos restaurantes mais frequentados pela alta e média sociedade, Restaurante a Casa Saulo, antes “Boteco das Onze”.

2.1.1 Projeto Feliz Lusitânia

O plano de revitalização dos prédios como complexo Feliz Lusitânia iniciado em 1997, foi dividido em quatro partes: a primeira parte na Igreja de Santo Alexandre, antigo Palácio Episcopal, que hoje funciona também como museu de Arte Sacra do Pará; a segunda parte restaurou oito edificações situadas na rua Padre Champagnat, anexa à igreja; a terceira etapa foi feita no Forte do Presépio, que funciona como Museu do Encontro; e, finalmente, a quarta etapa aconteceu na Casa das Onze Janelas que hoje funciona como Museu de Arte Contemporânea, Moderna e Fotos.

[O] projeto denominado Feliz Lusitânia busca suscitar os referenciais históricos, sociais, econômicos e da ocupação territorial da Amazônia e do Pará, as dimensões urbanísticas, paisagísticas e arquitetônicas da cidade, em síntese, o que representa a Revitalização Urbana do Núcleo Histórico da Cidade de Belém, iniciada pelo Governo do Estado do Pará, em 1997. A adequação do uso dos prédios restaurados vem constituindo cenário museológico presentificado em suas edificações que, ao longo da história evolutiva da cidade, tornaram-se símbolos desse processo de formação, destacando-se as referências históricas e arquitetônicas luso-brasileiras (MIRANDA, 2006. Apud PARÁ, 2001, p. 4).

A Casa das Onze Janelas foi reinaugurada em 2002, com o nome de “Museu de Arte Moderna e Contemporânea do Estado”, sendo parte do projeto Feliz Lusitânia. Sobre a breve história do prédio contada na entrada das exposições é possível perceber a seguinte placa:

Figura 10 - Placa sobre o histórico da Casa das Onze Janelas

Espaço Cultural Casa das Onze Janelas

O Antigo Hospital Militar, originalmente residência, abre-se à contemporaneidade.

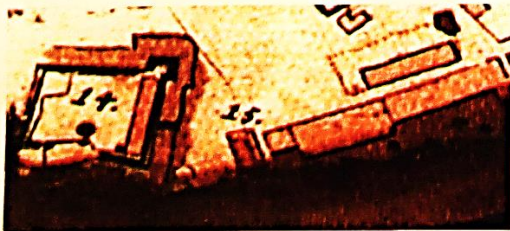
A Casa das Onze Janelas é um marco na história da urbanização de Belém. Foi construída na metade do século XVIII por Domingos da Costa Bacelar, um rico proprietário de engenho de açúcar. Em mapa de 1753, a casa aparece ao lado da segunda construção da Capela Santo Cristo, hoje desaparecida.



Gravura de Edoard Langlois, Hospital Real do Grão-Pará, 1861.

Atendendo a ordem do Governo Português, o então governador do Grão-Pará, Francisco de Atayde Teive (1763-1772), adquiriu a casa para a instalação do Hospital Real Militar. O projeto de adaptação da residência ao novo uso foi assinado pelo arquiteto italiano Antonio José Landi, em 1768.

Em 1783, o novo bispo do Pará, Dom Caetano Brandão, iniciou campanha para a construção do Hospital de Bom Jesus dos Pobres e Enfermos, ao lado do Hospital Real, para atendimento da população mais pobre. Em meados do século XX esse prédio foi demolido.



Desenho de Belém em 1753 de autoria de Schwebel, onde se vê o Forte (14), a Capela de Santo Cristo (15) ao lado do Hospital Real Militar.



Fachadas anterior e posterior do projeto de Antonio Landi para o Hospital Real

A Casa das Onze Janelas deixou de funcionar como hospital em 1870, mas continuou com funções militares. Abrigou o Corpo da Guarda e a Subsistência do Exército até o final do século XX. Em 2001, o Governo do Estado do Pará, através da Secretaria Executiva de Cultura, e o Exército Brasileiro assinaram convênio para a alienação dos terrenos da Casa das Onze Janelas e do Forte do Castelo em favor do Estado do Pará.



Edificação do antigo Hospital Militar tendo, à esquerda, os galpões pertencentes ao Exército.

A restauração da Casa das Onze Janelas foi a quarta etapa do Projeto Feliz Lusitânia que visava a revitalização urbana do núcleo histórico inaugural de Belém e que adotou uma linha de intervenção baseada em prospecções arqueológicas e arquitetônicas, pelas quais foram desveladas as linhas originais do prédio. Em 2001, a Casa foi inaugurada com um novo destino, sendo um espaço de referência para as artes visuais contemporâneas. E em 2019, o espaço é reaberto ao público, após reforma que manteve as características culturais já reconhecidas pela população.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Seguindo para a parte interna do prédio segue a configuração: o andar de cima é utilizado como espaço de exposição cultural, com as salas Gratuliano Bibas, Valdir Sarubbi e o Laboratório de Artes que recebem exposições temporárias, na parte térrea tem a sala Ruy Meira que comporta a exposição de longa duração do museu que reúne artistas como Lasar Segall, Clóvis Graciano, entre outros, além de compor uma mini biblioteca que interage entre

patrimônio e arte, ao lado está o antigo “Boteco das Onze”, hoje restaurante Casa do Saulo, que faz referência ao período medieval e recebe a nata paraense para eventos gastronômicos diários, considerado um dos restaurantes mais requintados da cidade.

A Casa das Onze Janelas é um local que integra paisagem, história, lazer e cultura, funcionando predominantemente como espaço referencial de arte moderna e contemporânea brasileira para região amazônica em harmonioso contraste com a sua arquitetura do séc. XVIII ao mesmo tempo em que restitui à cidade o seu olhar sobre o rio. (PARÁ, 2006)

O mapa disposto abaixo, indica geograficamente o complexo Feliz Lusitânia com seus componentes que formam o núcleo inicial do centro histórico de Belém:

- 1- Casa das Onze Janelas: última parte revitalizada do projeto, Museu de Arte Contemporânea, Moderna, e Fotos.
- 2- Forte do Castelo: Terceira etapa do processo, hoje Museu do Encontro.
- 3- Igreja de Santo Alexandre: a primeira parte a ser trabalhada dentro do projeto de revitalização, hoje configura-se como Museu de Arte Sacra.
- 4- Igreja da Sé: Ainda ativa, mas recebe muitas visitas turísticas e demonstra que a instituição da igreja esteve/ está presente nas raízes de dominação do espaço.

Figura 11 - Localização do complexo Feliz Lusitânia e os espaços que o compõem



Fonte: Acervo pessoal, sob supervisão técnica da Autora, produzido pelo técnico cartográfico Rafael Menezes, 2023.

Como as expansões urbanísticas surgiram a partir desse núcleo, o mesmo é indicado como centro histórico de Belém, já tombado pelo IPHAN, redirecionado e ressignificado. O Complexo Feliz Lusitânia tem papel fundamental em repassar aos visitantes um ambiente que carrega no nome sensação de encontro pacífico com os europeus, onde cada prédio tem sua função dentro do discurso de boas-vindas e acolhimento, com seus usos diversos para além da educação patrimonial a ponto de sensibilizar a identidade cultural.

As diversas facetas são apontadas por Canclini (1994) com os quatro aspectos políticos-culturais desenvolvidos pelo Estado: o tradicionalismo substancialista, o mercantilista, o conservacionista monumentalista e o participacionista.

O Tradicionalismo Substancialista é quando os bens históricos são julgados apenas pelo valor que têm em si mesmos, independentemente da sua ressignificação. Já a visão mercantilista é quando esteticamente a restauração atende aos critérios recreativos, para além da conservação. E o fato do Estado concentrar a definição do que é contado sobre a identidade nacional/estadual/local, é o aspecto conservacionista monumentalista. Por fim, o quarto aspecto denominado de participacionista é quando o patrimônio tem sua preservação e revitalização relacionado às necessidades da sociedade, ou seja, o seu uso ressignificado a serviço do Estado, como bancos e repartições, para além da sua função histórica (CANCLINI, 1994, p. 105).

Essa finalidade de uma educação patrimonial com um ou mais aspectos passou a ser movimentada e financiada pelo programa *Monumenta* do Presidente Fernando Henrique Cardoso, já em seu segundo mandato (1999). No caso de Belém foi incluído na segunda etapa do programa que abrangeu várias cidades, da lista do Patrimônio Paisagístico da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).⁸

O Programa *Monumenta* foi anunciado em 1997, mas só em janeiro de 1999 veio a público a controvérsia entre Ministério da Cultura (MinC) e IPHAN, quando o Ministro da Cultura Francisco Weffort remodelou a estrutura do Ministério, vinculando o IPHAN à nova Secretaria do Patrimônio, Museus e Artes Plásticas e criando a Coordenadoria do Programa Monumenta para Taddei, que desde o início vinha negociando os termos do acordo com o BID. Esta coordenadoria está diretamente vinculada ao MinC, acima do IPHAN. Através desta manobra, o IPHAN perdeu poder enquanto órgão gestor do Patrimônio Nacional, e suas ações devem sujeitar-se aos interesses do Ministério da Cultura e, em síntese, do próprio governo federal (MIRANDA, 2006, p. 46).

Em suma, o programa *Monumenta* visa recuperar os sítios históricos das cidades brasileiras, como uma forma de obter a atenção estrangeira para o país através do turismo ao

⁸ Conforme comunicação apresentada pelo prof. Francesco Lucarelli da Universidade Federico II de Nápoles “Belém, Paris n’ América, Patrimônio da Humanidade” em 21 de novembro de 2003 no Seminário Landi e o século XVIII na Amazônia.

tempo que compartilha com os Estados a responsabilidade de gerir e cuidar do bem patrimonial em conjunto com o Estado brasileiro.

O secretário de cultura Paulo Chaves, responsável por aplicar os processos de revitalizações dos usos e pontos turísticos de Belém, afirmava que os projetos de restaurações viviam a chamada “Era Cultural” e que essa concepção vinha crescendo no Brasil desde 1930, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ou seja, tomar símbolos que representam a identidade de um povo desenvolve estratégias que visam a educação, a comunicação, inclusão e o turismo, pois, por serem espaços históricos abertos ao público, carregam o discurso sobre o que se quer preservar, resgatar.

O patrimônio cultural edificado pode ser pensado enquanto suporte da memória social, ou seja, os edifícios e áreas urbanas de valor patrimonial podem ser tomados como um ponto de apoio da construção da memória social; como um estímulo externo que ajuda a reativar e reavivar certos traços da memória coletiva em uma formação sócio territorial. (MESENTIER, 2006)

No entanto, quando corresponde ao espaço físico, essa memória, mesmo com todo o estudo arqueológico, fica restrita a breves menções sobre seu caráter histórico, o que é o caso da Casa das Onze Janelas. E se essa memória trabalha a ditadura militar, ela passa sim a ser mais de interesse do Estado, pois envolve vários sujeitos: as instituições, a sociedade e o próprio Estado, o que deixa este campo cheio de conflitos, visto que muito do que diz respeito a este ciclo no Brasil não foi resolvido, julgado, nem tratado dentro da lei, até porque logo em seguida, como um acordo entra a Lei da Anistia, o que em poucas palavras “perdoou” os crimes cometidos durante a época.

2.2 O apagamento da memória: A lei da Anistia

Diferente do Brasil, os outros países latino-americanos que viveram realidades de ditaduras ao longo de 1960 a 1980 e não só tentaram escrever, como cuidaram de investigar os sujeitos envolvidos nos processos autoritários. Segundo Adriano Nervo Codato (2005), foram basicamente três grupos abrangidos: as Forças Armadas, o Estado e a Sociedade. Estes compõem o tempo histórico que moveu o sistema político que atuou a partir de 1964, como também as memórias históricas constantemente revistas, pois, devido a escassa produção da documentação no mesmo tempo em que era vivido, somente após o processo de redemocratização as produções sem sofrer censura começaram a acontecer, quando não clandestinas.

A lei da Anistia foi promulgada no Brasil em agosto de 1979, apresentada como ampla e irrestrita, onde reunia representações do governo que tinham por objetivo suavizar os protestos,

palestras e denúncias públicas que lutavam a favor dos direitos humanos e em defesa dos presos políticos. O ato de publicação da lei serviu como inicial do processo de abertura política, onde o Colégio Eleitoral de regência apenas militar, deixava de concentrar parcialmente as decisões políticas apenas em suas mãos.

É importante registrar que essa abertura não aconteceu do dia para noite, foi um processo longo e demorado e com muitas restrições. Segundo Carlos Fico (2010), o ato de abertura política foi planejado para atender às cautelas estabelecidas pelo presidente Ernesto Geisel e João Figueiredo, ou seja, seriam permitidas algumas liberdades civis que eufemizariam a imagem do governo autoritário. Um dos marcos foi a permissão da volta de exilados políticos ao país, no entanto para viver sob as condições da ditadura, quer dizer, havia uma nacionalidade permitida, porém, sem cidadania, no sentido de que, apesar de voltar para o Brasil, perdiam seus direitos políticos ativos, era isso ou não voltariam a ver suas famílias, não voltariam para suas casas. Em tempo, construiu-se uma imagem de tentativa de “reconciliação” por parte do Estado.

Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamentos em atos complementares. (BRASIL, 1979, art. 1º)

A anistia propunha sobretudo o esquecimento do passado, evoluindo de pacificação e começava a ter um caráter de reciprocidade, isto é, ou os dois lados teriam então o direito ao “perdão”, pois só seria possível alcançar a democracia novamente se a lei fosse para ambos: militares e os subversivos. No entanto, o que explicita no art. 1º cabe uma interpretação ambígua e restrita, pois se determina que será dada anistia aos “crimes políticos ou conexo a estes”, cabe os crimes previstos na Lei de Segurança Nacional, ou seja, se a LSN permitia o controle do estado em questão de ameaça à soberania da nação, demonstra que, no fundo, a lei não era para as duas partes, pois diversos presos condenados por assalto, sequestros e terrorismo mesmo que ligados a questão política não foram alcançados pela 6683/79 e tiveram apenas suas penas reduzidas e não anistiadas, apenas o opressor saiu impune.

Por essa razão, é interessante observar que existiam dois modelos defendidos de anistia, um pelos movimentos sociais e um pelo Estado. O molde irrestrito e amplo defendido pelos movimentos sociais pedia a revogação da Lei de Segurança Nacional, o fim dos órgãos de fiscalização, a reintegração dos atingidos pela ditadura, assim como a exigência que o governo assumisse as ações de tortura, prisões e assassinatos, isto é, não seriam “perdoados”, abrangidos

pela anistia. Enquanto a norma assinada por Figueiredo, trazia o argumento que revogar seria o mesmo que compactuar com as ações combatidas desde o início da ditadura, logo o Estado não estaria no mesmo grupo, visto que a LSN representaria o povo, com todas suas raízes anticomunistas, por isso esse “mesmo nível” não existia, pois neste caso se tratava de terroristas (GONÇALVES, 2009).

E a discussão acerca da ampliação ou não da lei não parou por aí, até porque o “conexo” englobava os militares o suficiente para que fosse aprovada a lei por fim. Por outro lado, os militantes membros do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) e do Comitê brasileiro pela Anistia (CBAs), denunciavam as arbitrariedades cometidas nessas prisões, os limites da ação policial, dado que o Estado teria se tornado o próprio opressor, quanto que os socialistas estavam literalmente apenas resistindo. E não é que o “conexo” não tenha sido aprovado de forma despercebida, até porque como já vimos, os grupos debatiam fervorosamente os tópicos da lei na esperança de aprovar emendas de complementação, de ressalva, além do fato de que se tratava de uma lógica de cautela típica de transições políticas.

A verdade é que embora cada lado desejava por seus motivos ser anistiado, haviam dois demônios, duas versões violentas que precisavam ser repudiadas, e esse repúdio forçava um diálogo onde as duas partes acabaram por ceder parcialmente em nome da reconstrução da pátria e a volta da democracia como um olhar para o futuro.

Neste quadro o regime militar tenta empurrar pela garganta do povo brasileiro o embuste denominado “anistia parcial”, [...] tentando fazer desta sua “anistia” uma outorga e não uma conquista popular. Aproveitando-se de uma legítima reivindicação das oposições, retirando-lhe o conteúdo e procurando uma aproximação formal com a nossa bandeira, pretende fazer seu projeto algo como uma “conciliação nacional”, na tentativa de agregar áreas sociais significativas sob o mesmo ideário. Não podemos concordar com a tentativa de classificar os exilados, os ex-banidos e presos políticos como “terroristas” e “não-terroristas”, como “culpados” ou “não- culpados” de “crimes de sangue”. Todos os opositores do regime, perseguidos, presos, torturados e mortos merecem o mesmo respeito. Lutaram e lutam ao lado do povo por melhores condições de vida e trabalho, por uma sociedade justa e humana (GRECO, 1979).

É como se, mais uma vez a ditadura cuidasse de passar uma realidade falsa construída desde o discurso da “Revolução Democrática”. Outro argumento que fortaleceu o discurso dos militares que ao decretarem anistia ampla só trariam benefícios, diz respeito à possibilidade da restauração familiar que esses separados, exilados, teriam ao ser permitido seu retorno ao país. A partir da alegação de que o movimento ajudaria integrar a família brasileira, foi utilizado o quesito emocional para reafirmar a necessidade de se desarmar dos ressentimentos e se tornarem dispostos a viverem numa sociedade conciliada. Porém, os movimentos colocaram-se ainda sim ao contrário de seguir adiante sem as reparações humanas, para além das políticas e familiares.

A lei 6.683/79 é um objeto de polêmica até hoje, visto que ela passa a ser o divisor de águas do que lembrar e do que esquecer, tornando-se uma ferida nunca curada para os familiares de mortos e desaparecidos, que até hoje não sabem ao certo o que aconteceu ou onde procurar respostas. Uma vez que segundo o Código Penal Brasileiro (BRASIL, 1940) não é permitido a retroação de lei, os crimes acontecidos durante a ditadura estariam prescritos, mesmo que pelas normas internacionais seja dito que os delitos ligados a tortura são imprescritíveis, vale o art.º 104, inciso IV do Código Penal regulados pelos artigos 109 a 119, que determina o prazo de vinte anos o tempo de julgo para crimes com pena máxima superior a doze anos.

[...] poderíamos conceituar a prescrição como o instituto jurídico mediante o qual o Estado, por não ter tido capacidade de fazer valer o seu direito de punir em determinado espaço de tempo previsto pela lei, faz com que ocorra a extinção da punibilidade (SOUZA, 2010, p. 44).

As normas internacionais, mais precisamente a Resolução nº 2.391 da Assembleia Geral da ONU de novembro de 1968, sobre a imprescritibilidade dos crimes de guerra e dos crimes contra a humanidade, afirma em seu primeiro artigo que:

São imprescritíveis, independentemente da data em que tenham sido cometidos, os seguintes crimes: Os crimes contra a humanidade, sejam cometidos em tempo de guerra ou em tempo de paz, como tal definidos no Estatuto do Tribunal Militar Internacional de Nuremberg de 8 de agosto de 1945 e confirmados pelas resoluções nº3 (I) e 95 (i) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 13 de fevereiro de 1946 e 11 de dezembro de 1946; a evicção por um ataque armado; a ocupação; os atos desumanos resultantes da política de "apartheid"; e ainda o crime de genocídio, como tal definido na Convenção de 1948, para a prevenção e repressão do crime de genocídio, ainda que estes atos não constituam violação do direito interno do país onde foram cometidos. (CONVENÇÃO SOBRE A IMPRESCRITIBILIDADE DOS CRIMES DE GUERRA E CRIMES CONTRA A HUMANIDADE 1979).

Messias (2018), afirma que o conceito de crime contra a humanidade foi definido após a Segunda Guerra Mundial em 1950, tipificado em: homicídio, extermínio, escravidão, deportação e outros atos cometidos contra a sociedade, motivados por perseguições políticas e/ou raciais, e/ou religiosas que afeta a paz social. Portanto, é anterior à Lei da Anistia, tipificando que os crimes cometidos durante a ditadura não podem prescrever.

Não restam dúvidas que, mesmo com todos os apontamentos, o Supremo Tribunal Federal afirma que, sobre a prescrição de crimes contra a os direitos humanos apontados na ONU⁹,

⁹ A Lei nº 6.683/79 que precede a convenção da ONU que prevê como crime a tortura e outros crimes contra os Direitos Humanos realizada em 1984 como crimes contra a Humanidade, alimentada pela Lei nº 9.455 de 7 de abril de 1997, que define o crime de tortura, vinculada ao Art. 5º da Constituição torna inalcançável julgar e condenar as práticas de tortura consumadas anterior a vigência da Lei (BRASIL, 2010, p. 3).

embora sejam anteriores, nunca foram subscritos, vinculados e aderidos e em momento algum pelo Brasil para aplicação em sua esfera doméstica (BRASIL, 2010).

Em vista disso, os familiares organizaram uma lista dos mortos e desaparecidos a cada ano, contando com o máximo de detalhes como souberam do acontecido até seus últimos vistos, de maneira a iniciar uma apuração, uma investigação, construindo dossiês, cartas, documentos que exigisse a responsabilização dos crimes, concedendo espaço para a Comissão da Verdade ser criada em 2011 e assumir o levantamento e produção de um relatório de fatos sobre os presos, torturados e mortos políticos.

Dia 29.05.80: o tema foi A CONTINUIDADE DA LUTA PELA ANISTIA, com início às 20:30h no subsolo da catedral de Santo Antônio e a presença de aproximadamente 50 pessoas. A mesa que dirigiu os trabalhos foi composta da seguinte forma: Francisco Rafael (presidente do CBA-Piracicaba), Luís Eduardo Greenhalgh (presidente do CBA- São Paulo), Tereza Fiel Filho (irmã de Manuel Fiel Filho), Márcia Augusta Capistrano (irmã de David Capistrano, desaparecido), Ana Dias da Silva (viúva de Santos Dias da Silva). As três senhoras foram breves em suas palavras, contando para os presentes da experiência pessoal que passaram quando membros de suas famílias foram mortos ou ‘desapareceram’, a luta que vem fazendo para conscientizar a população para lutar contra o regime. Greenhalgh salientou o fato de que a luta pela Anistia continua, não pode parar com a anistia parcial concedida. Ela recomeça com a anistia para os trabalhadores, bem evidenciada no ABC, numa anistia pelo povo brasileiro, o CBA não pode parar. As entidades civis, os movimentos populares, a busca nos cemitérios de corpos de presos que se opuseram ao regime, são algumas das formas de prosseguir com a luta (DEOPS/SP, 1980).

Há, portanto, uma preocupação com a produção documental para situar desde a cronologia do fato: passado, presente e futuro, o tempo histórico, a comprovação do ato e as diferentes apropriações dos envolvidos. Sendo importante até dizer que mesmo com a publicação da lei e suas emendas, isso não significou o fim das perseguições e vigilância aos opositores do regime, o que mostra a intenção dúbia do Estado em se movimentar para a finalização de provas ou relatos que os ligassem aos crimes contra a humanidade.

No Pará coube ao senador Jarbas Passarinho, do partido ARENA, reforçar a anistia ampla, de modo que alegava que o presidente Figueiredo estava se desprendendo do discurso de ódio e de forma benevolente com o apoio da imprensa propunha o esquecimento, e com a força do partido no congresso, a fim de conciliar junto ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), alinhado com a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), como nas figuras 11 e 12 abaixo, estratégias para a aprovação da lei com a criação de emendas, que beneficiaram os presos políticos sobretudo, que eram decididas em reuniões para alinhar as pautas, mas que fracassou, porque em votação foram vencidas as propostas. (OLIVEIRA, 2015).

Jarbas Gonçalves Passarinho, como personagem essencial interligado tanto a implantação do golpe, quanto a 5ª Companhia de Guardas, para além de militar, ele foi um político, que beirava a um produtor da história do seu tempo, pois, escreveu diversos documentos que discutia sobre os acontecimentos e percalços do regime militar¹⁰. Parte da teoria defendida nos escritos de Jarbas Passarinho, era de que não havia influência norte americana no golpe de 1964, mas que tratava-se de uma reação em defesa do *Estado de direito democrático*¹¹ e que inicialmente não era intenção permanecer no governo por 21 anos e sim criar um processo de transição para um governo civil de desenvolvimento e equilíbrio, objetivo que, segundo ele, foi interrompido até então pela luta armada da esquerda, mas posteriormente a discussão sobre esse processo de transição foi retomado à questão sobre a Anistia. O *Estado de direito democrático* seria a excepcionalidade do momento frente a defesa do Estado Brasileiro, o que acabou sendo legalizado pelos atos institucionais e depois pela alteração na Constituição. Contudo, a história e o processo traumático gerado pela ditadura reforçam que as teorias de Jarbas foram refutadas e, que o passado é contado conforme os interesses de quem conta (MARTINS FILHO, 2006.)

E se falar que a história é contada segundo o propósito de quem relata, em 1979 a 1985 houve uma vigilância redobrada nas ações da esquerda, nas produções de relatórios e por vezes até com agentes infiltrados, a fim de garantir o controle sobre a situação das provas documentais, piorando o sentimento de trauma e despertando o medo constante, visto que para além das memórias traumáticas, tem-se agora, aparados por lei o silêncio, o esquecimento.

A impunidade e a frustração causadas pela ausência de julgamentos de militares e de ruptura com o passado [...]. Foi esse componente de frustração - diante da anistia que perdeu os militares, da campanha pelas eleições diretas que fracassou, enfim, da constatação de que os militares conduziram a transição exatamente como queriam-que, de algum modo, estimulou as tímidas iniciativas de justiça de transição no Brasil (FICO, 2013).

Fico (2012) afirma que a experiência brasileira em relação a esta ferida aberta é alimentada por um conjunto de eventos traumáticos gerados pela violência característica do século XX, isto posto, um debate sobre a história do tempo presente. Por isso, a memória é um recurso de muito valor, falar de lembrar representa colocar em primeiro plano as

¹⁰ Parte da bibliografia citada: PASSARINHO, Jarbas. A batalha Perdida. **O Estado de S. Paulo**, 02 dez. 1997; PASSARINHO, Jarbas. **Um híbrido fértil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Expressão Cultural, 1996; PASSARINHO, Jarbas. Reescrevendo a História. **O Estado de São Paulo**, 02 dez. 1997; PASSARINHO, Jarbas. A prova. **O Estado de S. Paulo**, 01 ago. 2000; PASSARINHO, Jarbas. A incoerência. **O Estado de S. Paulo**, 04 dez. 2001; PASSARINHO, Jarbas. Os “Partidos Militares”. **O Estado de São Paulo**, 16 de jan. 2001; PASSARINHO, Jarbas. Página virada? **O Estado de S. Paulo**, 25 out. 1995; PASSARINHO, Jarbas. O desafio dos Historiadores. **O Estado de S. Paulo**, 26 ago. 2003. PASSARINHO, Jarbas. Pode a História ser apagada? **O Estado de S. Paulo**, 08 abr. 2003; PASSARINHO, Jarbas. A Esquerda no poder. **O Estado de S. Paulo**, 04 jun. 2002.

¹¹ PASSARINHO, Jarbas. O dilema de Loewenstein. **O Estado de S. Paulo**, 04 dez. 2001. Caderno A., p. 2.

problemáticas que tocam os pontos sensíveis da sociedade e discutir os dilemas, as lacunas do conhecimento histórico e ao mesmo tempo estabelece uma crítica à celebração do passado.

Unificar e organizar sistematicamente as diferenças históricas é o maior desafio posto aos historiadores do tempo presente, visto que trabalhar com a memória coletiva é lidar com a seleção espontânea de múltiplas narrativas, e não necessariamente formado apenas por um discurso, pois um testemunho pode ser evocado por outros que juntos de alguma forma estiveram presentes de forma sensível, tornando a produção documental facilmente manipulada se não forem tomados os cuidados necessários.

Pensando nisso, no próximo capítulo serão tratadas as memórias dos diversos sujeitos que foram afetados pelos anos de ditadura vividos no Pará, mais precisamente os encaminhados para a 5ª Companhia de Guardas, que se sentem diretamente afetados pela lei da anistia, ao lidarem com o esquecimento produzido pelo local de memória ressignificado a partir do projeto Feliz Lusitânia como visto anteriormente.

Figura 12 - Relatório confidencial do ministério da Aeronáutica sobre a criação do Núcleo da Pró-Anistia no Pará


CONFIDENCIAL		-2 JUN 78 12383 VR2. 120 A. 99. 2/2
Ficha 002/CISA		Em, 31 MAI 78
MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA 1º COMANDO AÉREO REGIONAL 2ª SEÇÃO		
1 - ASSUNTO	SOCIEDADE PARAENSE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS - CRIAÇÃO DO NÚCLEO PRÓ-ANISTIA NO PARÁ	
2 - ORIGEM	A2/COMAR-I	
3 - DIFUSÃO	CISA/BR - CISA/RJ	
4 - DIFUSÃO ANTERIOR.....	+ + +	
		
NUMERAÇÃO		
M Aer	P N I	INFORMAÇÃO Nº 061 /A2/COMAR-I.
-	-	
<i>TECNICISTAS</i>	<p>1. A SOCIEDADE PARAENSE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS (SPDDH) no dia 19 Mai 78, realizou uma reunião em sua sede na Igreja N S Aparecida - bairro da Pedreira, com a presença de aproximadamente 30 pessoas, dentre elas as mais atuantes:</p> <p><i>TOODJ</i> {</p> <ul style="list-style-type: none"> <u>PAULO CESAR FONTELES DE LIMA</u> ✓ <u>LUIZ MAKLOUF CARVALHO</u> ✓ <u>ISABEL MARQUES CUNHA</u> ✓ <u>VERA LUCIA MARQUES</u> ✓ <u>JOSÉ MARIA COSTA DE SOUZA</u> ✓ <u>JANUÁRIO GUEDES</u> ✓ <u>EDSON RUFER BORGES</u> ✓ <u>JOSÉ MARIANO KLAUTAU DE ARAUJO</u> ✓ <p>2. Foram apresentados e discutidos os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ANISTIA AMPLA E IRRESTRITA - VOLTA DO "HABEAS CORPUS" - LIBERDADE DE PRESOS POLÍTICOS - LIBERDADES DEMOCRÁTICAS - DESMANTELAMENTO DO APARELHO REPRESSIVO - INTEGRAÇÃO DO EX-PRESO POLÍTICO NA SOCIEDADE - FACILIDADE DE EMPREGO ✓ MONTAR UM NÚCLEO PRÓ-ANISTIA <p>3. Ficou adotado como um posicionamento imediato, o engajamento da SPDDH na luta pela anistia, pela volta ao estado de direito e desmobilização dos Órgãos de Segurança. Como passo inicial ficou</p> <p style="text-align: center;">- continua -</p>	
CONFIDENCIAL		

Figura 13 - Relatório confidencial do Ministério da Aeronáutica sobre a criação do Núcleo da Pró-Anistia no Pará

VAR. 120 A. 99. P. 2/2
2 JUN 78 12333

CONFIDENCIAL

Ficha 008/CISA
MINISTERIO DA AERONAUTICA
(Continuação da INFORMAÇÃO Nº 061 /A2/COMAR=I de 31 MAI 78) - fls: 02 -


decidido outra reunião para às 20:00 horas do dia 26 Mai 78, quando compareceria TEREZINHA ZERBINI - Presidente do Comitê Feminino Pro-Anistia, na sede do Instituto Pastoral Regional (IPAR), Órgão da Igreja Católica, ocasião em que seria fundado o Núcleo Pro-Anistia do Pará.

4. Dentro do esquema para a fundação desse Núcleo, estiveram presentes além de antigos militantes do PCB, como BENEDITO WILFRIDO MONTEIRO, RAIMUNDO ANTONIO DA COSTA JINKINGS e RUY GUILHERME PARANA TINGA BARATA, os representantes das seguintes Entidades:

- FEDERAÇÃO DOS ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL (FASE)
- INSTITUTO DOS ECONOMISTAS DO PARÁ (IEPA)
- ASSOCIAÇÃO REGIONAL DOS SOCIOLOGOS DO PARÁ (ARSP)
- MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (MDB).

5. A fundação do Núcleo Pró-Anistia do Pará, segundo a existência de INFORME (A-2), está sendo aguardada com ansiedade, principalmente pelos antigos militantes do PCB já citados, que pretendem, através dessa entidade, desenvolver intensa atividade político-ideológica.

ooo 000 ooo



1. COMANDO AÉREO REGIONAL
2ª SEÇÃO

Toda e qualquer pessoa que tome conhecimento de assunto sigiloso fica, automaticamente, responsável pela manutenção de seu sigilo (Art. 12, do Dec. n.º 79.099, de 06.01.77.) (Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos).

CONFIDENCIAL

O poder é o maior promotor dos esquecimentos, seja ele como representação de uma classe, ou para a permanência dela, em suma, o poder alimenta o duelo mortal entre memória e esquecimento. E esquecer significa apagar, silenciar a memória, de forma que intervém socialmente, usando a seu favor o processo normal de seletividade voluntária ou involuntária. No entanto, há certas memórias que resistem e permanecem no presente, por isso, é necessário abrir espaço para os discursos, as vivências dos sujeitos que passam por esse processo de silenciamento e que foram marcados por essas memórias.

Para além da memória social, temos também os “locais de memória” trazidos por Nora (1988). Esses lugares podem ou não passar por esse processo de silenciamento, como é o caso do objeto discutido nesta dissertação, mas não está limitado a ele, pois este faz parte de um conjunto de locais interligados a ditadura no Brasil viventes do processo de disputa sobre o que contar ou não a respeito do passado. Por vezes, ruas e prédios que adquirem uma nova função dentro da proposta do Estado, acabam por não transmitir por totalidade o significado que carregam ao longo da história, ganham uma identidade ressignificada e mesmo que tenham uma placa, ou um memorial, ainda assim não é relatado de forma completa o passado a ser compreendido.

A exemplo, se tem no Rio de Janeiro a “Casa da Morte”, localizada na Rua Arthur Barbosa, na cidade de Petrópolis, que durante a ditadura funcionou como um local clandestino de repressão e opressão política, coordenada pelo Centro de Informações do Exército e estava ligada ao Centro de Operações de Defesa Interna/Destacamento de Operações de Informações (CODI-DOI) do I Exército (Rio de Janeiro), cujo seu passado só foi passível ser reconhecido por conta de uma sobrevivente aos processos de tortura. A sobrevivente, Innês Etienne Romeu, foi ouvida por uma Comissão formada pela Ordem dos Advogados do Brasil, logo após ser anistiada, e os seus relatos foram essenciais para o acesso aos fatos ocorridos ali. Sob a tutela do Estado, a “Casa da Morte” é palco dessa disputa de poder, carregado de desejos, ideologias e complexas memórias defendidas por grupos que acreditam que o espaço deve ser transformado em museu, a fim de demonstrar as gerações que não viveram o tempo histórico, de que o conhecimento das práticas violentas reforça o ideário de “ditadura nunca mais” (RIBEIRO, 2021).

Outro local marcado pelo passado da ditadura é a antiga sede da DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) (1962-1975), localizado na Rua da Relação, também no Rio de Janeiro. Em 1987 o edifício foi declarado como patrimônio cultural pelo Instituto do Patrimônio Cultural (INEPAC), hoje o prédio encontra-se praticamente abandonado e recebe constantes apresentações e ações da resistência. O “Ocupa DOPS”, cujo objetivo é pedir a transformação

do local em museu a favor da divulgação da memória, mas que encontra grande oposição por parte da polícia Civil do Estado, que aprovou o pedido sob muito descaso, inclusive quanto a estrutura do prédio (PADRAL, 2017).

Em Belém, temos o antigo São José Liberto, que hoje abriga o Museu da Gemas ou Polo Joalheiro, localizado na Praça Amazonas, no bairro do Jurunas, que ganhou uma nova roupagem do Governo do Estado em diferenciação ao seu passado de convento e depois de presídio, onde ocorreram violentas rebeliões que marcaram a história prisional paraense. A proposta não era apenas atender as demandas turísticas em sua revitalização em 2002, mas também aliviar ou harmonizar por meio de pedras e cristais a energia negativa oriunda do seu passado violento, além de servir para vertente educacional e memorial que recebe constantes visitas de escolas. Por isso, foi separada uma sala nomeada de “cinzeiro”, pois ao que tudo indica, faz referência de forma pejorativa àquilo que perdeu a importância ou que foi descartado após o fogo, onde o público pode conhecer os objetos de tortura com os quais os encarcerados eram punidos. O que acaba por “destoar” a nova imagem construída pelo Estado, ou seja, mais uma vez uma versão contada que silencia, apaga e reconfigura o passado mesmo quanto a um “lugar de memória”, o museu personificado, deixa seu histórico como segundo plano e seleciona qual visão deseja contar (KETTLE, 2021).

CAPÍTULO III – A REPRESSÃO E A MEMÓRIA DOS PERSEGUIDOS

Os pontos abordados nesta dissertação até o presente momento, foram elaborados para dar base a compreensão do objeto desta pesquisa, a memória silenciada dos tempos históricos de 1964 pelo processo de revitalização e musealização do prédio que hoje exerce a função de Museu de Arte Contemporânea, Moderna e Fotos, a Casa das Onze Janelas e o seu passado silenciado sobre a sua configuração durante a ditadura militar de 1964 como local de prisão, em contraposição a sua ressignificação atual que nem mesmo cita os ocorridos durante o período.

A ditadura, como consta, foi marcada por mudanças políticas, sociais e culturais que entram em embates com o Estado e a resistência, em especial a memória dos perseguidos politicamente por se oporem ao sistema autoritário imposto pelos militares, onde suas maiores características são a restrição de informações, aplicações de censura e controle que foram oficializados com os Atos Institucionais, tal qual o AI- 5, criado em dezembro de 1968.

A memória passou a ser então uma aliada das elaborações historiográficas quando a produção do esquecimento gerou uma obrigação e o direito à memória em nome dos que por ocasião da ditadura sofreram. E se é falado em memória e disputa, não tem como não apontar os estudos de Pollack (1989), inclusive quando ele indica que o silêncio pode ser também uma escolha, uma resistência e/ou um trauma, que por opção, esquece. Assim como também pode ser o resultado da tentativa constante da “memória oficial” destruir, oprimir a memória subterrânea segundo o interesse de um grupo.

O Brasil, entretanto, posto que passadas mais de duas décadas do término do regime militar, ainda não se restaura por inteiro a verdade. Por exemplo, ainda não foram totalmente disponibilizados à população os arquivos da ditadura, a despeito dos esforços empreendidos pela Secretaria Especial e pela Comissão. Ainda não se mostrou, em sua integralidade, o que realmente se passou no período ditatorial. Resistências em abrir os arquivos da ditadura ainda subsistem em importantes segmentos do Estado, cujo dever é assegurar o direito de acesso às informações, franqueando-as, mediante procedimentos simples, ágeis, objetivos e transparentes (BARBOSA & VANNUCCHI, 2009, p. 59).

Mesmo com todo trabalho desenvolvido pelas produções e pelos relatórios postos pela Comissão Nacional da Verdade, diferente dos outros países o Brasil ainda sofre com as pontas soltas deixadas pelo processo de transições políticas, que afirmado pelo advento da Lei da Anistia não cuidou de verificar a justiça social em investigar, punir, afastar e revelar o que aconteceu com as vítimas e seus familiares no que corresponde aos 21 anos de perseguições e traumas.

Dentro da interpretação razoável, o direito fundamental de acesso às informações é a regra, sendo, portanto, cláusula de exceção (termo extraído de Alexy) e a situação de sigilo, quando imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. Logo, o tratamento legal da cláusula restritiva deve ser realizado de tal forma que preserve o núcleo essencial do direito à informação. Contudo, a insistência que houve por parte dos governos brasileiros, após a abertura política até os dias atuais em manter como sigilosos documentos e informações relativos à ditadura militar, conforme enfatiza o Weichert, atinge: (1) diretamente: (a) o direito da família de mortos e desaparecidos políticos de poderem dar enterro digno aos seus entes, e conhecer as circunstâncias de suas mortes, porque “naquele período, o opositor político era sequestrado, torturado, isolado, assassinado, desaparecido e enterrado como indigente”; e (b) o direito da sociedade brasileira de ter acesso à verdade sobre sua história recente; e (2) indiretamente a falta de verdade impede o pleno desenvolvimento da cidadania e a consolidação da democracia (NOHARA, 2009).

Para além da memória individual e a memória dos sujeitos que se discutirá aqui, se faz necessário relacionar esta análise também a discussão passada, onde o patrimônio convertido em museu, a Casa das Onze Janelas, faz o paradoxo do lembrar e esquecer, amparada por sua proposta curatorial a ponto de selecionar e ressignificar o local.

3.1 Os presos encaminhados: memória dos perseguidos

Halbwachs (1990), afirma que a memória não é um fenômeno apenas individual, mas sobretudo social, coletivo, construída por organismos civis com “tímidas” participações do Estado. No entanto, podemos discordar do autor no sentido das inibidas participações, pois, já vimos que a memória é sim um campo de disputas políticas, que dependendo do seu dominador, pode gerar esquecimento e silêncio. Portanto, há como observar, com todo conhecimento acumulado até este capítulo, a realidade onde o Estado vai moldando seus diversos sujeitos para aplicar a historiografia que deseja passar, pois, se não fosse a resistência e as novas vertentes dos estudos do Tempo Presente e seus silenciados, haveria ainda apenas uma versão, principalmente no que diz respeito a ditadura militar.

O golpe já era uma sensação iminente para os adeptos às ideias de esquerda, quando ele foi oficialmente declarado, um dos locais de prisão, onde eles eram encaminhados em Belém, ficou situado na 5ª Companhia de Guardas. Entre os direcionados para lá estavam: Pedro Galvão, Jesus de Paes Loureiro, Ruy Barata, Raimundo Jinkings, Itair Silva, Isidoro Alves, José Seráfico de Carvalho, Benedito Monteiro, José Dantas, Sandoval Barbosa, Sá Pereira, Manoel Bulcão, Serrão Castro, Adelino Cerqueira, Francisco Costa, Avelino Vale, Hélio Mota Gueiros, Carlos Jurandir, Manoel Araújo, Sebastião Souza, Santiago Silva, José de Souza Jesus e outros.

Isidoro Alves em seu texto publicado no livro *Relatos Subversivos* (2004), conta que no primeiro momento do golpe os estudantes foram os mais caçados, por se encaixarem na categoria de comunistas, principalmente se estivessem ligados aos cursos de humanas, por isso,

universitários como ele e Pedro Galvão faziam parte dos encaminhados para prestar esclarecimentos. Pedro Galvão formado em direito pela Universidade do Estado do Pará, presidente da União Acadêmica Paraense (UAP) foi por duas vezes encaminhado para a 5ª Companhia de Guardas, e em suas memórias descritas em *Relatos Subversivos*, ele conta como se deu a experiência:

Fui jogado nas masmorras, e a porta se fechou atrás de mim com um clanc. Era a porta da cela da Quinta Companhia, com um postigo no alto e mais duzentos anos no costado de acapu. A primeira porta à esquerda de quem entra na Casa das Onze, só que hoje é de um elegante vidro fumê, e por ela se ingressa no Boteco das Onze [...]. Na tarde daquele mesmo dia, já numa cela e numa cama menos sombrias, fui acordado, lembro-me que com uma voz cuidadosa e amigável, pelo tenente-coronel Jarbas Passarinho, que me levou para conversar com o mesmo general Orlando Ramagem na véspera [...] levou-me até uma mesa onde estavam alguns objetos que tinham apreendido na sede da UAP e que passou a exhibir, enquanto me submetia a um interrogatório cerrado: “Este cartaz, como você explica? - e me exibiu um cartaz do SLARDES, com a foice e o martelo ao fundo. Eu, surpreendido pelo cartaz, pela foice e pelo martelo, respondi: “Desconheço”. Só depois me ocorreu que era, obviamente, falso, produzido pela direita. (GALVÃO, 2004, p. 26-27)

Quer dizer, Pedro Galvão percebeu que as Forças Armadas faziam questão de preparar o golpe de Estado e não um contragolpe conforme eles afirmavam, pois ao utilizar a justificativa que havia um risco iminente de que comunismo se instalasse no Brasil, na realidade esses discursos mostravam o receio de militares que tinham representantes dos partidos de direita e setores da alta sociedade brasileira das reformas de base proposta por João Goulart.

Itair Silva, homem público e juiz do trabalho, também esteve detido com Pedro Galvão na 5ª Companhia de Guardas por uma semana. Jesus de Paes Loureiro, nascido em 1939, professor da Universidade Federal do Pará, na época estudante de economia, foi levado a 5ª Companhia de Guardas algumas vezes, conta que foram momentos de ameaça, constrangimentos e violências psicológicas e físicas que resultaram em silenciamento após o processo de revitalização do local:

Até hoje eu tenho muito mal-estar, por exemplo, ali na famosa Casa das Onze Janelas, que foi transformado num lugar festivo, quando ali foi um lugar de prisões, de torturas, um lugar, digamos assim, um dos polos de atuação da fase militar (...) mais duras e que isso ficou esquecido pela restauração do prédio, ficou completamente, digamos assim, como passando uma borracha em cima. Não há registro das pessoas que foram presas nos lugares e onde eram as celas que a gente ficava preso, e lá eu sofri torturas no sentido de tapas na cara e ameaças, de não deixar dormir à noite inteira, exatamente o lugar onde é restaurante hoje. Ali quando a gente entra, naquela porta da esquerda era a porta das celas onde a gente ficava... os banheiros também, eram contíguos. Você tinha a continuidade do chão que após um esboço de porta, você tinha as privadas, que eram daquelas privadas cavadas no chão mesmo, para você ficar acorçado nela. Então tudo isso, que é uma marca forte da história, ficou anulado ali e que um prédio com esta significação histórica foi transformado num prédio de puro lazer festivo para benefício de empresas particulares. (LOUREIRO, 2008 apud CUNHA, 2008)

Em uma entrevista coletada em maio de 2018, Paes Loureiro afirmou ter sofrido perseguições por conta do seu livro de caráter social, por ser uma liderança no campo da arte e

ter ligação com a União Nacional dos Estudantes (UNE), o que desencadeou tantas outras consequências.

Por que isso está digamos toda a base estrutural das consequências das coisas que fizeram comigo inclusive em relação à Onze Janelas (...)eu saí uma vez a noite com uns amigos que pensávamos criar uma espécie de uma página cultural e artística na Folha do Norte, então íamos combinar para planejar essa página pra ver se conseguimos que a folha do norte publicasse, era uma página de caráter artístico cultural apenas no caso né, pois bem, quando nós estávamos nessa reunião, essa reunião foi em um barzinho (...)que nominada a “cova da onça”, e a cova da onça por causalidade era de um camarada que inclusive era até de Abaetetuba que eu conhecia, mas não foi eu quem escolheu lá, foi o pessoal mesmo, eu fui me encontrar com eles lá, quando nós estávamos alguém apareceu com um violão, e no meio daquela conversa e tudo ele escutando ele foi se apavorando e a essa altura já um pouco desconfiado alguém começou a cantar uma canção conhecida, mas eram canções populares mesmo, ele se apavorou, correu na 5ª Companhia, que é aí que começa a história para dizer lá que um bando de subversivo tava querendo quebrar o bar dele, estavam fazendo uma reunião (...) lá subversiva e tudo mais, então quando nos vimos desembocou na “cova da onça” um pelotão com metralhadora na mão, com fuzil a tiracolo, e um comandante lá que era um tenente dando as ordens assim como se eles fossem sufocar uma reunião armada, e nós estávamos lá cantando e tocando violão (risos), fomos todos presos, fomos levados para a 5º Companhia com a mão na cabeça e cada um de nós com um soldado com um fuzil atrás de apontando (...)pra lá ficamos presos um pedaço da noite, já era tarde, mas não podíamos ficar lá porque éramos civis, então fomos recambiados para o Pátio da Central que ficava naquela esquina de frente ao colégio Santo Antônio em frente aquela praça, onde há polícia ainda hoje, mas lá não é mais lugar de prisão, lá era um lugar clássico de prisão aqui em Belém, era o Pátio da Central que todo mundo tinha pavor, porque era uma casa antiga que havia várias celas em torno de um pátio aberto, e havia tanta gente presa lá que não tinha vaga, então nós ficamos ali no pátio deitados ali numa espécie de patamar que tinha em torno. (LOUREIRO, entrevista concedida em maio de 2018)

Para a então 5º Companhia de Guardas, onde foi direcionado outras duas vezes para prestar esclarecimento. Por isso, para ele lidar com esta memória pode ser a demonstração de trauma trazida por Pollack (1989) afirmando que quando se trata de uma memória “esquecida” se pode identificar como uma memória subterrânea, da qual pode corresponder a três quesitos, que podem ser: a memória de dominação, a de trauma e a de sobrevivência... aquela que gera o esquecimento, o sentimento de injustiça fadado a lidar com as consequências postas a versão atual:

Houve uma época em que foi tão angustiante para mim, que é quase como se eu fizesse um exercício de esquecer aquilo com a tentativa de me livrar, porque era uma carga muito pesada, muito dura e etc., então de maneira que eu nunca tive essa coisa de ficar fixando muito, por isso algumas vezes algumas datas eu não preciso bem porque está dentro desse contexto que eu em tentativa de rejeição, que a gente não consegue, mas que de qualquer maneira a gente vai deixando de lado o que pode né, ameniza (LOUREIRO, entrevista concedida em maio de 2018).

Portanto, a memória indicada por Paes Loureiro trata-se de uma memória de trauma, herança de um processo identificado como memória subterrânea, da qual passou por um processo de anos de repressão, de agressão, entre outros aspectos de dominação causando assim o silenciamento. Pollack (1998) afirma ainda que, a memória oficial é uma tentativa constante

de destruir, uniformizar e oprimir a memória subterrânea, da qual seleciona os fatos segundo os valores, momentos históricos e segundo o interesse do grupo social. Por isso a memória coletiva é conhecida como aquela que dá sentido e estabelece um relacionamento com o indivíduo.

Ruy Barata também foi um dos encaminhados para a 5ª Companhia de Guardas, destaque por sua luta social dentro do movimento estudantil, era um dos mais procurados. Constantemente as notícias que envolviam o seu nome eram amplamente divulgadas nos jornais como celebração. Assim como o ex-deputado Benedito Monteiro, conhecido por seu trabalho na advocacia em defesa dos presos políticos e nas questões agrárias no baixo amazonas, foi perseguido e preso diversas vezes.

Figura 14 - Manchete da prisão de Benedito Monteiro



Fonte: A Província do Pará. Belém, 11/04/1964, p. 11.

Seguindo a linha dos mais perseguidos e divulgados, como na manchete acima da notícia de prisão de Benedito Monteiro - "Jinkings ainda foragido" -, tem-se Raimundo Jinkings, dono da famosa livraria Jinkings, que além de sua função indicativa, também era abrigo para as reuniões subversivas. O maranhense, nascido em 5 de setembro de 1925, veio para cumprir serviço militar em Belém e após sua baixa enveredou no movimento de esquerda, chegando até a ser presidente do Partido Comunista Brasileiro (PCB), foi preso por meses na 5ª Companhia de Guardas, teve sua luta ativa nos movimentos sociais até seu falecimento em 1995, vítima de uma grave enfermidade, mas que após a redemocratização seu legado continuou perdurando.

Como todo herói popular, Jinkings continuará vivo nas lutas de nosso povo, nas batalhas de classes operárias e na futura construção de uma pátria socialista. Esse é o compromisso de seus camaradas no PCB. Camarada Jinkings: Presente! (OLIVEIRA, 2010, p. 253).

Outro da lista foi o militante Sandoval Barbosa, parceiro de Jinkings, quem viveu as atividades sindical e política dos petroleiros no conhecido “Sindicato do terror” como uma espécie de guru, em 22/08/1966 foi preso na 5ª Companhia de Guardas até sua liberação oito dias depois. E no ano seguinte, 1967, em sociedade com Jinkings, fundaram a distribuidora de livros, além de outras sociedades de viés comerciais, contudo sem deixar de ter seu contato com o PCB de forma cautelosa.

Sá Pereira devido ao Ato Institucional nº 1 teve todos os seus direitos políticos cassados por dez anos e foi encaminhado para 5ª Companhia de Guardas, na ocasião da visita do presidente Costa e Silva em Belém, acusado de ameaçar a integridade física dele, assim como Sandoval Barbosa. Adelino Cerqueira, foi um dos fundadores do SINDIPETRO juntamente com Sandoval Barbosa e Sá Pereira e mesmo não estando em Belém nos primeiros momentos da tomada militar, não impediu que seus direitos políticos fossem cassados, perseguido e preso ao retornar para Belém, do aeroporto direto para 5ª Companhia de Guardas, onde permaneceu por um mês incomunicável e depois foi transferido para o Rio de Janeiro onde ficou preso por mais um mês. Manoel Bulcão, foi detido junto com Raimundo Jinkings na 5ª Companhia de Guardas por vinte e dois dias, logo após a implantação do regime e depois voltou a ser detido com o grupo que foi acusado de colocar em risco a segurança de Costa e Silva.

José Seráfico de Carvalho, foi quem levou o tapa do coronel Peixe Agulha na invasão da UAP e foi encaminhado para prestar depoimento por conta do relatório produzido por três professores da Universidade Federal do Estado (UFPA), que foram designados para apurar os atos de subversão na universidade,

Sequer cheguei a ser ouvido, quando seria fácil remover-me do alojamento do quartel da Quinta Companhia de Guardas, como tantas outras vezes fizera o coronel Jarbas Passarinho. Os três professores apenas revelaram grandeza atualmente tão escassa, caráter só raramente encontrável nos tempos de sofrimento por que estamos passando. O sofrimento, então, não incluía o abastardamento nem a debilitação de sentimentos que cada dia mais me convenceo disso- são de fato aquilo que nos faz verdadeiramente humanos (CARVALHO, 2004, p. 204-205).

Francisco Costa, membro do PCB como orador e representante do partido, foi encaminhado para a 5ª Companhia de Guardas no início do regime também e após sua liberação mudou-se para o Rio de Janeiro para fazer residência em medicina e ficou por definitivo. Hélio Mota Gueiros, também na lista dos encaminhados, era deputado federal quando o regime militar

foi implantado e por seus envolvimento políticos teve seu mandato cancelado, com a suspensão de 10 anos de seus direitos políticos e retornou como governador do Pará em 1987.

Serrão Castro, advogado; Carlos Jurandir, jornalista; os sindicalistas Manoel Araújo, Sebastião Souza, Santiago Silva, José de Souza Jesus, José Dantas, Avelino Vale e os outros enviados possuem a característica em comum de que, justamente pelo processo escasso de fontes, relatórios sobre a 5ª Companhia de Guardas, dificultaram assim saber quais as origens apontadas em acusação de subversão, o tempo e suas memórias decorrentes do processo de silenciamento e apartamento da história. Só foi possível reunir esses nomes devido citações de colegas de cela, ou de amigos próximos dos militantes.

Avelino Vale, nascido em Belém teve sua luta na resistência apoiada no Partido Comunista a convite de José Dantas e esteve à frente dos movimentos de oposição com os companheiros, segundo o seu depoimento para a Comissão César Leite, esteve na 5ª Companhia de Guardas para esclarecimentos aos militares, mas não esteve preso de fato, apenas ficava a disposição até ser liberado. José Souza, membro da Força Expedicionária Brasileira, ingressou no PCB no seu retorno da Segunda Guerra Mundial e por esse motivo de certa forma escapava do processo da repressão de forma violenta, foi encaminhado apenas para esclarecimentos, assim como Avelino Vale.

Figura 15 - Manchete sobre a prisão de José Souza, Sebastião Souza e Manoel Araújo.

Fôrças Armadas efetuaram várias prisões durante o dia de ontem: comunistas

Em batidas rápidas e inesperadas, as Fôrças Armadas, efetuaram ontem várias prisões em nossa capital, fato que a Polícia Civil, tomou conhecimento, mantendo todavia, certo sigilo em relação ao assunto.

Logo pela manhã, as autoridades federais prenderam alguns agitadores e membros do Comando Geral dos Trabalhadores. Os presos segundo nos foi dado a apurar foram identificados como sendo Manoel Araújo, funcionário dos SHAPP, operando na zona portuária; Sebastião Souza; Santiago Silva e José de Souza Jesus. Elementos ligados aos diversos Sindicatos de agitação também foram detidos.

Pela parte da tarde, logo as primeiras horas, consta ter sido preso o sr. Rui Barata, ex-deputado e ligado ao Partido Comunista. Foi solto dada a sua condição de tabelião.

Desde a madrugada de ontem que a Polícia por intermédio da Delegacia de Segurança Política e Social, vem tomando depoimento dos presos, no quartel do Batalhão de Polícia Militar, tarefa entregue ao delegado Eymard Pantoja. O local onde funciona a sede do Partido Trabalhista Brasileiro, foi interditado pelas fôrças do Exército, haja visto que um aparelho de alto falante colocado em uma das janelas do edifício, sob o contróle de agitadores incitava o povo. Fôrças embaladas estiveram no local tomando as providências de praxe. Os presos políticos, foram recolhidos ao quartel da 5ª Companhia de Guardas do Exército.

SEMINÁRIO
Do Seminário Latino-Americano que estava sendo realizado em nossa capital, pró Reformas Universitárias, após a eclosão da crise político-militar que abalou o país desde a manhã de ante-ontem, pouco restou, até mesmo os elementos que vieram de outros países para dirigir o Seminário tomaram rumo ignorado.

Entre êsses elementos se encontravam três checos, funcionando verdadeiramente como doutrinadores da reunião e dirigindo todo o trabalho que se realizava. Após às primeiras notícias de que se estava passando no Brasil, todos eles se homiziaram em lugar desconhecido.
(Cont. na 5ª. pág., Letra D)

Telegrama a João Calmon

O nosso companheiro Milton Trindade, diretor superintendente dos órgãos "associados" neste Estado, recebeu ontem ao deputado federal João Calmon diretor geral dos Associados no Brasil o seguinte telegrama:

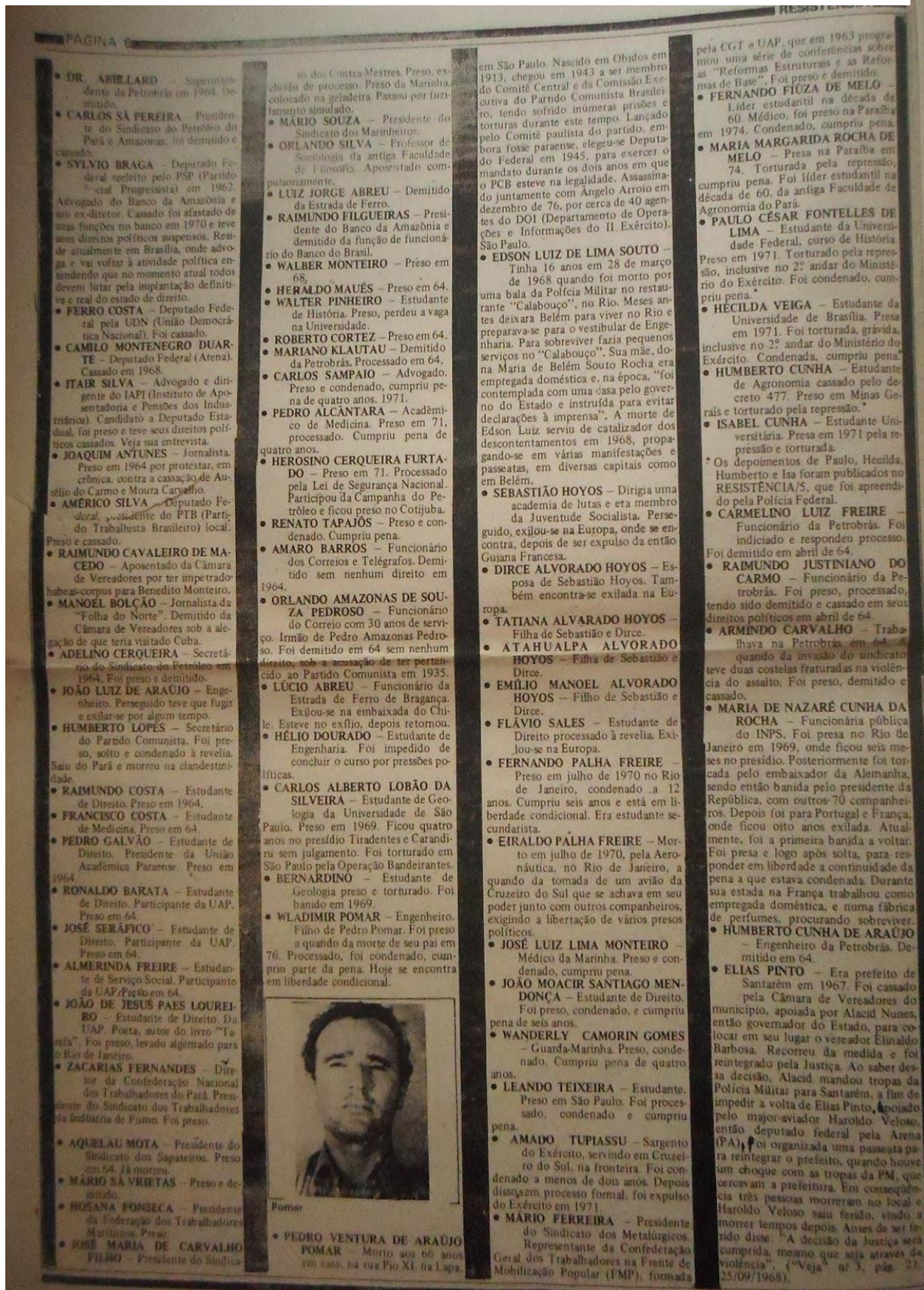
Em nome dos associados do Pará, congratulo-me com o denodado chefe e companheiro pela vitória democrática sob a orientação do nosso eminente, capitão Assis Chateaubriand".



Fonte: Jornal A Província, pág. 10, 03/04/1964.

O jornal A Resistência trouxe em sua 8ª edição, na página 6, uma lista dos presos políticos durante o período da ditadura, alguns desses aqui citados. Parte desses presos não possuem justamente o que é apontado aqui, a voz registrada sobre suas memórias dos períodos e das vivências na 5ª Companhia de Guardas.

Figura 16 - Jornal Resistência "lista dos presos políticos" página 6 nº 8 de 1979



Fonte: Museu UFPA. In Blog do Paulo Fonteles Filho. Disponível em: <<https://paulofontelesfilho.blogspot.com/2015/04/ana-lucia-oliveira-o-golpe-militar-de.html>>

Por isso, como já apontado anteriormente, a fim de construir os relatos e conseguir justiça aos que sofreram com o processo da ditadura, inicialmente a reunião de dados foi levantada pelas famílias ao decorrer dos anos, até que sob a Lei 12528/2011, instituída em 16 de maio de 2012, a Comissão Nacional da Verdade foi instituída com objetivos de promover a investigação e esclarecimento dos crimes cometidos contra os direitos humanos.

Visto isto, se apresenta esta discussão sobre os percalços da Comissão da Verdade no Brasil, como um passo essencial na reconstrução da memória dos sujeitos envolvidos, cassados, presos e assassinados pelo regime militar.

3.2 A Comissão da Verdade

O direito à memória, à verdade e à justiça se trata de uma base defendida ao longo do processo de redemocratização do Brasil, sobretudo, por conta da Lei da Anistia. A fim de reunir esforços, a Comissão da Verdade foi instalada no Brasil em maio de 2012, desde então o inventário sobre as vítimas e os episódios buscam uma explicação, para assim consolidar o processo democrático em sua política de transição e suas deficiências.

Quando o assunto é memória, ao mesmo tempo trata-se com o paradoxo constante do esquecimento causado por ela mesma, pois automaticamente ela é seletiva e se concentra apenas em alguns fatos, seja por insignificância, oclusão ou de forma voluntária por não querer lembrar, é como se vivesse em incessante transformação de forma consciente e inconsciente, o passado vivendo em função do presente.

Memória e esquecimento se exigem reciprocamente. Se a vida é impossível sem a primeira, nem que seja ao nível de sua ação como proto-memória ou como habitus, ela seria igualmente impossível sem o esquecimento (CATROGA, 2009: 19).

A questão da criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e seu objetivo de discutir o oculto em relação a ditadura, ficou mais acirrada quando o Brasil foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos pelos casos da Guerrilha do Araguaia, onde se decidiu que a Lei da Anistia era um obstáculo para que as investigações, processos e punições ocorridas durante a ditadura pudessem ser julgados por conta do silenciamento que o período carregava. De 2010 a 2014 foram elaborados 3 volumes de relatórios e continuou a se questionar as prerrogativas da lei 6.683/79, principalmente seu termo “conexo”, que abre precedentes. Até pelo fato de que, como já foi visto, é como se a Lei da Anistia tivesse “perdoado” apenas os militares, justificados com a Lei da Segurança Nacional em não os julgar, enquanto o lado da resistência teve apenas o abrandamento de suas penas e a permissão de voltar para o país, deixando sem respostas os crimes de desaparecimento e assassinatos.

Somados às reivindicações dos familiares, a CNV agiu em diálogo com as Comissões estaduais, municipais, universitárias, sindicais e das seccionais da Ordem dos Advogados (OAB) em torno da justiça pela memória, para que tais violências não se repitam nunca mais. Porém, estudar memórias é entender que, ao mesmo tempo que ela estende o campo, dá ao pesquisador o trabalho mais complexo da construção e análise dos discursos, por isso, existem muitas críticas em cima da metodologia, por serem carregadas de subjetividade com fragilidades e influências de seus objetivos e espaços, tanto do depoente quanto do pesquisador.

Paul Ricoeur (2007), diz que há três classificações de memória: a impedida, a manipulada e a obrigada. A memória **impedida** seria a ocultada por meio de repetição de uma outra memória; a **manipulada** é a que mais se relaciona com os regimes autoritários, pois está ligada ao negacionismo e relativismo; e a memória **obrigada** seria a cura, seria trazer à tona o que tentaram esquecer. Por essa razão, em nome da democracia e dos Direitos Humanos as leis de Anistia, publicadas em outros países, estão há um tempo sendo revistas, e seus criminosos sendo julgados, como por exemplo na Argentina, já o Brasil vive de certa forma um impasse.

A CNV do Brasil colheu mais de mil depoimentos, realizou audiências públicas em diferentes partes do país sobre o que corresponde ao período de 1946 a 1988, concentrando-se nos crimes cometidos contra os direitos humanos durante a ditadura militar de 1964 a 1985, elaborou relatórios finais divididos em volumes que identificou 434 mortes e 377 agentes públicos indicados como autores dos crimes. Ficou estabelecido também que a família que conseguisse provar a morte do seu familiar, seria indenizada pelo Estado, o cálculo era feito em cima da expectativa de vida de cada morto ou desaparecido, a indenização girava em torno de 100 mil a 150 mil. Mas não conseguiu alcançar por exemplo os casos de tortura e nem da quantidade de prisões arbitrárias.

O Relatório da CNV traz as seguintes partes: a primeira foi escrita por todos os conselheiros a fim de atender o objetivo geral da comissão: descrever os relatos dos crimes cometidos durante a ditadura, finalizando com análises e recomendações da comissão. A segunda parte traz textos individuais, cujos temas discutem os direitos violados no meio militar, dos trabalhadores, dos camponeses, dos cristãos, dos povos indígenas, dos estudantes, dos homossexuais, dos civis e da resistência. Já o terceiro volume traz um relato relacionado a 434 casos de morte e desaparecimento forçado. Ou seja, os volumes são articulados de forma interdependente, porém, complementares.

No Relatório Especial da CNV (BRASIL, 2007), Belisário afirma que os trabalhos da Comissão serviram de certa forma para amenizar a dor dos familiares, pois quando se reconhece o assassinato o Estado consegue julgar por lei, é possível também ter o reconhecimento

documental. É claro que as marcas psicológicas permanecem, mas só pelo fato de mesmo com toda dificuldade de documentos incendiados e desaparecidos, conseguir provar e punir, é uma vitória na pauta democrática.

Para Belisário dos Santos Junior, o banco de DNA é um dos mais importantes legados da Comissão, porque permite o armazenamento de material genético das famílias para futuras comparações, possibilitando, assim, a identificação posterior de mortos ou desaparecidos. A procuradora da República em São Paulo, Maria Eugênia Fávero, que trabalhou em conjunto com a CEMDP no caso das ossadas da vala de Perus, de 1990, diz que, naquele momento, cinco ou seis pessoas poderiam ser identificadas se o banco de DNA já existisse. Ela ressalta a importância da Comissão Especial no trabalho do Ministério Público para reconhecer os corpos e aposta nesse novo instrumento de trabalho para retomar as atividades (BRASIL, 2007).

Em vista disso também, ao longo dos anos de trabalho foi detectado algumas graves violações de direitos humanos, como tortura, violência sexual, detenções ilegais, execuções, espionagens internacionais e desaparecimentos forçados, por isso dividiu em categorias de responsabilidades os crimes:

- 1) responsabilidade político-institucional pela instituição e manutenção de estruturas e procedimentos destinados à prática de graves violações de direitos humanos, pela definição geral da doutrina que permitiu as graves violações e das correspondentes estratégias, pelo estabelecimento das cadeias de medidas que determinaram o cometimento desses atos ilícitos;
- 2) responsabilidade pelo controle e gestão de estruturas e procedimentos diretamente vinculados à ocorrência de graves violações;
- 3) responsabilidade pela autoria direta de condutas que materializaram as graves violações (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014, v. 1, p. 844).

Outro ponto despertado pelo relatório é a conclusão de que, durante o Plano Condor, os governos da Argentina, Paraguai, Chile, Uruguai, Bolívia e Brasil criaram uma rede de informações para monitorar, capturar e interrogar resistentes fora do país com apoio dos Estados Unidos. Além de ser uma rede integrada de ajuda mútua em implementar a ditadura nesses países citados, bem como auxiliar e treinar militares com técnicas de repressão e tortura.

Portanto, diversos foram os desafios que a comissão enfrentou, desde como ser constantemente deslegitimada pelos setores conservadores da sociedade, acusada de transmitir um discurso de vingança, assim como os militares desafiavam a sua autoridade, o que gerou um desgaste e uma falta de colaboração dos órgãos em ceder as documentações com ativas negações de que tiveram algum envolvimento com as práticas acusadas.

E a pior conclusão que a Comissão pudesse ter é que todos esses crimes de responsabilidade persistem atualmente, embora não como no período da ditadura, mas de forma velada, e muito pelo fato de que não há um exemplo de punição devido a todo histórico sensível e silenciado ao longo dos anos acatado pela lei da Anistia com seus conexos. E mais, ela não substitui a responsabilidade penal, pois seu resultado tem caráter histórico que pode ser levado

a julgamento. Por isso, algumas recomendações foram elaboradas, a fim de impedir que piore as marcas históricas: promover a justiça, reformar as instituições legais, revelar a verdade sobre o período, reparar as vítimas e divulgar a memória. Para além de uma Comissão da Verdade, seria necessária uma comissão da lembrança, do diálogo e da justiça, sobretudo, uma comissão do respeito. O fato do Brasil ser o país que menos acertou suas contas do passado, gera desinformação e traumas não curados, que só fazem acumular, abrir espaço para novos governos autoritários e o discurso do ódio acima de tudo para se manter no poder.

E infelizmente no que diz respeito ao período ditatorial do Brasil, a seleção do que lembrar e do que esquecer, insistindo em uma versão branda do que foram os anos de repressão é um ato constantemente propagado, mesmo que proibido, relembrar de forma saudosa. Como por exemplo, no ano de 2019, o ex-presidente Jair Bolsonaro em vigência do seu mandato, determinou a celebração do dia 31 de março nos quartéis, se tornando a primeira vez que isso aconteceu de forma oficial desde a redemocratização.

Figura 17- Manchete virtual Revista Veja, sobre a comemoração do 31 de março.

Bolsonaro quer comemoração do golpe de 1964 nos quartéis

Generais sugerem cautela e pedem mensagem 'suave' para evitar alarde e novo conflito político em meio às negociações da reforma da Previdência

Por **Estadão Conteúdo** Atualizado em 25 mar 2019, 14h53 - Publicado em 25 mar 2019, 11h47



Fonte: Veja. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-quer-quarteis-comemorando-golpe-de-64-generais-sugerem-cautela/>>. Acesso: 25/05/2023.

E não foi a primeira vez que o então presidente demonstrou sua proximidade com as práticas, na votação pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff, ele citou o coronel Carlos

Ustra como “herói nacional”¹², que chefiou a DOI-Codi e foi reconhecido pela justiça brasileira como torturador durante a ditadura militar do Brasil.

No Pará, os estudos e pesquisas produzidos na UFPA são os grandes responsáveis por compor o acervo mais que necessário para investigar as práticas ocorridas no estado, entre eles as fontes produzidas pela Comissão Memorial César Leite, criada em 2013 pela Resolução nº 27 do CONSUN, com objetivo de investigar os acontecimentos passados pelos estudantes da época dentro e fora da Universidade Federal do Pará, que está disponível em fotos, vídeos, inventários e documentos, para acesso do público em geral¹³.

Outro movimento importante para o levantamento das investigações, quanto as práticas ocorridas no Estado do Pará, está a Comissão da Verdade do Pará, composta por Egídio Machado Sales Filho, Carlos Alberto Barros Bordalo, Leonardo da Silva Torii, Marco Apolo Santana Leão, Renato Theophilo Marques de Nazareth Netto, Jureuda Duarte Guerra, Maria Franssinete de Souza Florenzano, Ana Michelli Gonçalves Siores Zagalo, João Lúcio Mazinni da Costa e Paulo Cesar Fonteles de Lima Filho. O relatório é composto por três partes: os TOMOS I, II e III, publicados em 2022, que juntos reúnem pesquisas com informações do movimento de resistência na capital e em Conceição do Araguaia, além do levantamento das vítimas, finalizando com sugestões de intervenções sociais, espaciais relacionados à memória da ditadura.

No relatório é possível observar depoimentos e memórias de agentes relacionados à 5ª Companhia de Guardas, reforçando que é mais do que necessário provocar este passado sensível, o silêncio relacionado à escolha curatorial do complexo:

(...)A SRA. JUREUDA

– Eu estava ouvindo vocês relatando, memorizando sobre Belém, citando ruas e tudo mais, e também na colocação do Marco Apolo. Eu fiquei pensando em uma das sugestões, qual a impressão, qual o efeito, porque eu como psicóloga gostaria de ouvi-las, qual o efeito, na perspectiva da psicologia, ao transitarem ali pela Casa das Onze Janelas como se nada tivesse acontecido, ao transitarem por um cartão postal, como é hoje, inclusive mudado o nome para Polo Joalheiro, como se ali também não tivesse sido um lugar de tortura e também aquele espaço das Onze janelas; se deparar em escolas como Jarbas Passarinho, Conjunto Médici e por aí, gostaria de saber qual é para vocês esse impacto da cidade como se tivesse sido repaginada, como se essa história não nos fizesse parte e como é que podemos fazer essa reparação que também é papel da nossa Comissão Estadual da Verdade? (...) (Comissão estadual da verdade e memória do Pará, Tomo III, p. 112)

No depoimento acima, a entrevistada pela Comissão da Verdade refletia durante o diálogo o papel que foi aplicado aos espaços prisionais envolvidos em momentos de repressão social e

¹² <https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-afirma-que-torturador-brilhante-ustra-e-um-heroi-nacional/>.

¹³ Disponível em: <https://www.memorialcesarleite.com.br/>

política, de como esses novos discursos de poder contam um lado da história que exalta nomes que foram marcos para os momentos de trauma e dor em escolas, ruas, espaços. Silenciando as dores não só dos sujeitos como suas famílias que viveram as perseguições, como o histórico dos espaços. E se falamos de famílias que viveram o período juntamente, o relatório não deixou de fora as falas da família Jinkings.

(...) A SRA. ISA JINKINGS:

– Olha, logo que ficou pronto a Casa das Onze Janelas o Paulo Chaves me pediu que eu fizesse um levantamento das pessoas que tinham sido presas lá junto com o Jinkings para que ele fizesse um memorial. Acho que não era difícil que eles fizessem esse levantamento porque eu lembrei de alguns, mas acho que não era meu papel. Realmente assim, a primeira vez que entrei lá fiquei emocionada porque inclusive fui a uma exposição de fotografia nos altos de que a Leila participou e lembrei muito, só que está bem modificado, nós só lembramos do local, e eu lembrei que quando começaram as visitas nós combinamos assim, como o tempo era curto, para não perder tempo eu levava uma carta já pronta e ele me entregava outra. Eu saía com as crianças, atravessava para o Forte do Castelo, enquanto eles ficavam brincando nos canhões eu ficava lendo a carta e chorando. Isso eu lembro. (...) (Comissão estadual da verdade e memória do Pará, Tomo III, p. 113)

A memória da viúva de Raimundo Jinkings demonstra que, apesar da nova função exercida e aparente tentativa de “fazer um levantamento das pessoas que tinham sido presas”, contradiz com a configuração aplicada no museu, que em parte alguma relembra o seu passado. Leila Jinkings, filha de Isa e Raimundo Jinkings, que também viveu esse processo de perseguição ao seu pai e família, relatou para a Comissão da Verdade do Pará sua percepção quanto a nova identidade aplicada na Casa das Onze Janelas, antes 5ª Companhia de Guardas:

A SRA. LEILA JINKINGS:

– Acho que essa questão da desfiguração é um desrespeito com a nossa memória. Essa lista que o Paulo pede para a mamãe estou sabendo disso agora porque é um resgate tão difícil de fazer e só a mamãe deve ter essa informação das pessoas que estiveram presas ali. E não é isso, é porque você faz todo, é lindo o lugar. É lindo, só que ele está maquiando uma história que estava ali e precisava ter, tem um exemplo em Recife, tem o exemplo da Casa de Detenção que hoje é uma Casa de Cultura, mas que ninguém esquece que foi uma Casa de Detenção porque a história está lá contada, as grades estão lá do mesmo jeito, as lojas são chamadas de celas e tem uma cela guardada; claro que no Polo Joalheiro parece que tem um lugar, mas que não valoriza assim, não resgata essa memória, não te induz a conhecer a história, e mais sério acho na Casa das Onze Janelas. Entrei ali, é outro lugar, quase não tem nada. Tem as paredes ali, tudo lindo, mas ele teria que ter guardado ali, marcando a história e esse nome que grande festa é essas pessoas que estiveram ali presas. Não tem sequer o nome registrado ali, uma placa e a memória marcada com fotografias, com uma maquete, sei lá, o Paulo sabe muito bem como fazer isso, ele é muito competente como arquiteto. Então é isso, acho que temos exemplos aí de espaços que foram reconstruídos, restaurados, mas sem esconder a história, sem anular a história, sem esse desrespeito a memória das pessoas que viveram e sofreram ali. (...) (Comissão estadual da verdade e memória do Pará, Tomo III, p. 113)

Sobre o quanto é exercido de forma eficaz o que se propõe não se tem como contrapor, o que todos que possuem memórias ligadas ao espaço contestam é que: não há nenhuma menção

sobre o fato, e até quando de certa forma se preserva fisicamente um espaço, a memória não é divulgada, a história não é contada de forma integral tal qual aconteceu.

Outro desafio a ser enfrentado é a dificuldade de trabalhar com memórias a tempo de colher os depoimentos, pois muitos dos que viveram o período ou já faleceram, ou sofrem das marcas da ditadura. Por isso, mesmo para quem pesquisa continuamente à comissão, anos depois sofre das dificuldades das memórias silenciadas ou ressignificadas. No Brasil é uma luta constante contra a cultura do esquecimento, pois até mesmo com o trabalho feito pela CNV ainda falta um aprofundamento, assim como, políticas públicas que tratem de forma deliberada e forneça o esclarecimento amplo do passado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em decorrência das observações da pesquisa e seus resultados, percebe-se que o esquecimento e o silenciamento do prédio da Casa das Onze Janelas está em todo seu histórico, que foi culminado no projeto Feliz Lusitânia, mesmo que a equipe da Secretaria de Cultura do Estado do Pará, sob regência de Paulo Chaves, tenha produzido um levantamento arqueológico, antropológico e histórico do local. O livro “Feliz Lusitânia”¹⁴ traz mais um contexto de projeção de como a revitalização do espaço aconteceu e não a problematização do local; e ao destacar o “Feliz”, o ponto de deficiência fica maior, pois no conceito da palavra trazido do dicionário Ferreira Aurélio (1999), felicidade passa o sentimento festivo, afortunado, de comemoração entre partes. Mas que partes são essas, é feliz para quem? Pois, percebe-se mais uma vez a imposição da presença europeia onde vários nativos sofreram e pagaram com suas vidas a chegada destes no núcleo inicial da cidade de Belém.

No capítulo dois desta dissertação se indicou que desde os primeiros contatos com os nativos, houve um processo de dominação, aculturação e imposição da versão do dominador, a tão destacada aqui: disputa de poder. E assim se construiu o discurso ao longo da formação do espaço, onde o silêncio passou a ser a ferramenta das versões ancoradas nas ditas propostas curatoriais, que é o que acontece não apenas com a Casa das Onze Janelas, mas com diversos lugares que possuem alguma ligação com um passado não interessante de ser contado pelo Estado. Ou, se mesmo que de forma sutil este é citado, seja de forma breve e superficial, como é o caso presente na figura 10.

No entanto, dos diferentes questionamentos levantados na problematização desta pesquisa, questiona-se qual seria então a memória proposta a partir das observações? Como seria vencer os desafios do silêncio percebendo que este é gerado por vários canais? De fato, o caso de um local de memória gerar esquecimento é o primeiro ponto a ser solucionado, mesmo que em movimentos isolados, porém, iniciantes, como é o caso desta pesquisa, o que faz dela um ato, um lugar importante de diálogo e força para pesquisas futuras, quando reúne em um documento as diversas faces por de traz da nova identidade, passos incômodos contra a versão criada pela disputa de poder e contrária a propaganda de calma trazida pela coleção de livros produzidos pela Secretaria de Cultura do Estado, se entende que não é por desejo ignorar ou

¹⁴ PARÁ, Secretaria Executiva de Cultura do Estado. **Feliz Lusitânia/Forte do Presépio/Casa das Onze Janelas-Casario da Rua Padre Champagnat**. Belém: SECULT, 2006.

depreciar o construído, mas incluir a voz da memória sensível como forma de repassar para os turistas e visitantes locais, as camadas contidas no prédio que se tornou museu.

E a necessidade de reverberar a memória sensível é até uma proposta trazida pela Comissão Nacional da Verdade em suas sugestões, infelizmente constantemente rejeitada e ignorada quando há imóveis urbanos ou rurais, ruas e monumentos que fazem o contrário, saldando nomes de envolvidos nos processos de repressão. Em contrapartida, o nome das vítimas do sistema passa a ser uma verdadeira dificuldade de encontrar seus históricos.

Desta forma, para reforçar as sugestões trazidas nos relatórios nacionais, a Comissão da Verdade do Estado do Pará publicou no dia 31/03/2022 o relatório oficial do Estado, que traz, entre outras, em sua quarta recomendação a proposta de transformar a Casa das Onze Janelas em um “Museu da Memória e Verdade”, como forma de preservar os ocorridos no espaço. Bem como nas recomendações cinco, seis e onze solicitam que os arquivos da ditadura sejam abertos, a fim de responsabilizar de forma criminal, civil e administrativa os colaboradores com atos de graves violações contra os direitos humanos, na tentativa de que a verdade seja revelada e a memória condene toda e qualquer saudação positiva sobre o período. (COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE E MEMÓRIA DO PARÁ, 2022)

Chega-se então na maior dificuldade desta pesquisa, pois nem todas as perguntas foram respondidas, como por exemplo a identificação de todos os encaminhados para 5ª Companhia de Guardas, o levantamento bibliográfico indicou vinte e dois nomes, contudo, somente alguns com a possibilidade de expor suas memórias e vivências como subversivos encaminhados para a prisão. Assim como, pela construção do texto, foi possível perceber que há uma intenção do Estado em criar uma imagem determinada desses locais como demonstração e permanência do silenciamento.

Afinal, a Casa das Onze Janelas é a própria personificação como campo de transformação da memória em esquecimento, a favor de uma versão histórica: a de apaziguamento, quando ela esquece seu passado repressivo quanto a 5ª Companhia de Guardas, local de torturas, aprisionamentos, e transforma em ponto festivo de encontros sociais sem a instrução ou comunicação dos fatos ocorridos ali. Isto retorna ao que inicialmente foi discutido aqui, o 8 de janeiro de 2023, os ataques aos prédios dos três poderes, se há uma representação de poder que insiste em silenciar os atos de violência ocorridos ao longo da história, o resultado será a constante desinformação quanto ao período. Desta forma, propagar, resistir e contar os ocorridos é um ato de transformação que deve ser cultivado juntamente com as novas identidades. A fim de alimentar a necessidade de trazer à tona os discursos e memórias dos que sofreram com o período, desde os cassados até os familiares, alguns que até hoje lutam na

justiça por saber sobre seus entes queridos. Lutam por trazer para as novas gerações o respeito e o cuidado que se deve ter com a ignorância histórica, pois, a construção do saber é feita de vivências no plural, ou seja, de diferentes perspectivas.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de. A mídia na transição democrática brasileira. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 48, 2005, p. 53-65. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10071/193>>. Acesso em: 13/06/2023
- ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BARBOSA, Marco Antônio Rodrigues; VANNUCCHI, Paulo. Resgate da Memória e da Verdade: um direito de todos. In: SOARES, Inês & KISHI, Sandra (coord.). **Memória e Verdade: a Justiça de Transição no Estado Democrático Brasileiro**. Belo Horizonte: Fórum, 2009.
- BARATA, Ruy Antônio. História de raça e pirraça nas terras do Grão Pará. In: NUNES, André Costa et al. **1964 – Relatos Subversivos: os estudantes e golpe no Pará**. Belém: Edição dos Autores, 2004, pp. 269-307.
- BOURDIEU, Pierre. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In: **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1990, p. 164- 202.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº153/DF**, Rel.: Min. Eros Grau, Brasília: 28 de abril de 2010. Disponível em: <<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=612960>>. Acesso em: 15/02/2023.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. CódPenal. 1940. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretolei/del2848.htm#:~:text=Anterioridade%20da%20Lei,Art.,pena%20sem%20pr%C3%A9via%20comina%C3%A7%C3%A3o%20legal.&text=Art.%202%C2%BA%20Ningu%C3%A9m%20pode%20ser,efeitos%20penais%20da%20senten%C3%A7a%20condenat%C3%B3ria>. Acesso em: 23/04/2022.
- BRASIL. **Decreto de lei nº 314, 13 de março de 1967**. Lei de Segurança Nacional. Diário Oficial da União - Seção 1 - 13/3/1967, Página 2993, Art. 3º e 38º. Brasília, 13 de março de 1967. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Define%20os%20crimes%20contra%20a,social%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.&text=I%20Disposi%C3%A7%C3%B5es%20Preliminares-,Art.,nos%20limites%20definidos%20em%20lei>>. Acesso em: 15/02/2023.
- BRASIL. **Lei nº 6.683, 28 de agosto de 1979**. Concede anistia e dá outras providências. Brasília, 1979. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/110286/lei-de-anistia-lei-6683-79>>. Acesso em: 15/02/2023.
- CANCLINI, GARCIA N. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Patrimônio**, n. 23. São Paulo, 1994, p.94-115.

- CARVALHO, José Seráfico. Enfim, aqui estamos. In: NUNES, André Costa et al. **1964 – Relatos Subversivos: os estudantes e golpe no Pará**. Belém: Edição dos Autores, 2004, p. 204-205.
- CATROGA, Fernando. **Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história**. Coimbra: Almedina, 2009.
- CISA: **I Comando Aéreo Regional**, 2ª Seção/ SPDH, p. 1. Disponível em: <file:///C:/Users/ca_ro/OneDrive/Documentos/MATERIAL%20DITADURA/MESTRADO%202021%20%20Carolina%20Costa/215%20%20SPDH/SPDH%20%20Cria%C3%A7%C3%A3o%20N%C3%BAcleo%20Pr%C3%B3Anistia%2031%20de%20maio%20de%201978.pdf>. Acesso em: 15/02/2023.
- CISA: **I Comando Aéreo Regional**, 2ª Seção/ SPDH, p. 2. Disponível em: <file:///C:/Users/ca_ro/OneDrive/Documentos/MATERIAL%20DITADURA/MESTRADO%202021%20%20Carolina%20Costa/215%20%20SPDH/SPDH%20%20Cria%C3%A7%C3%A3o%20N%C3%BAcleo%20Pr%C3%B3Anistia%2031%20de%20maio%20de%201978.pdf>. Acesso em: 15/02/2023.
- CODATO, Adriano Nervo. **Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia**. Revista de Sociologia Política. n. 25, 2005, p. 83-106.
- COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Direito à verdade e à memória**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. Disponível em: <<https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes-1/livrodireitomemoriaeverdadeid.pdf>>. Acesso em: 15/02/2023.
- COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php/outros-destaques/574-conheca-e-acesse-o-relatorio-final-da-cnv>>. Acesso em: 10/02/2023.
- COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE E MEMÓRIA DO PARÁ: **tomo III** / organização Angelina Anjos... [et al.]. Belém, PA: Editora Pública Dalcídio Jurandir: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 2022. Disponível em: <https://armazemmemoria.com.br/wp-content/uploads/2023/03/COMISSAO_VERDADE_TOMO_3_WEB.pdf>. Acesso: 20/07/2023.
- CONVENÇÃO SOBRE A IMPRESCRITIBILIDADE DOS CRIMES DE GUERRA E CRIMES CONTRA A HUMANIDADE. **Resolução 2391 da Assembleia Geral em 26 de novembro de 1968**. Entrada em vigor: 11 de novembro de 1970. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/genocidio/conv68.htm>>. Acesso em 13/02/2023.
- CORTEZ, Roberto. 1964: quem conta um conto aumenta um ponto. In: NUNES, André Costa et al. **1964 – Relatos Subversivos: os estudantes e golpe no Pará**. Belém: Edição dos Autores, 2004, p. 43-118.

- COSTA, João Lúcio Mazzini. **Dando nome aos bois/** João Lúcio Mazzini da Costa - 1ª Ed.- Belém/ PA: CROMOS, 2014.
- COSTA, Dayseane Ferraz da. **Além da Pedra e Cal:** a (re)construção do Forte do Presépio. Categoria. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará. Belém, 2007. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/10594554-Dayseane-ferraz-da-costa-alem-da-pedra-e-cal-a-re-construcao-do-forte-do-preseprio-belem-do-para-2000-2004.html>>. Acesso: 04/02/2023.
- CUNHA, Raquel. **Um Olhar à Cidade de Belém sob o Golpe de 1964:** paisagens e memórias de estudantes e artistas. Universidade do Estado do Pará. Belém, 2008.
- CHAGAS, Mario. Memória e poder: dois movimentos. **Cadernos de Sociomuseologia**, nº 19. I Biental Mercosul, Buenos Aires- Argentina, 1997.
- CHESNEAUX, Jean. **Devemos fazer tabula-rasa do passado?** Sobre História e historiadores. Tradução de Marcos Silva. São Paulo: Ática, 1995.
- DANTAS, Audálio. A mídia e o golpe militar. Comunicação e projetos culturais. **Estudos Avançados**, vol. 28, nº 80, 2014.
- DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL (DEOPS). **A continuidade da luta pela anistia.** Arquivo Público do Estado de São Paulo, 20-C-44-10909, 1980. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/acervo/ajuda/o_que_temos_online>. Acesso: 15/02/2023.
- DOCKHORN, Gilvan Veiga. **Quando a Ordem é Segurança e o Progresso é Desenvolvimento -1964-1974.** Porto Alegre: Edipucrs, 2022.
- ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **A Escola Superior de Guerra:** origem–evolução–tendências. ESG - Departamento de Estudos C1, 12- 72. Mimeo, 1972. Disponível em: <https://revista.esg.br/>. Acesso: 17/01/2023.
- _____. **Currículos dos Cursos (D1)** 74. Mimeo, 1974, 17p. Disponível em: <https://revista.esg.br/>. Acesso: 17/01/2023.
- _____. **Manual básico-** 75. Rio de Janeiro: ESG, 1975. Disponível em: <https://revista.esg.br/>. Acesso: 17/01/2023.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Eletrônico Aurélio Século XXI.** Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira e Lexikon Informática, 1999.
- FICO, Carlos. **Reinventando o Otimismo:** Ditadura, Propaganda e Imaginário Social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV,1997.
- _____. Violência, trauma e frustração no Brasil e na Argentina: o papel do historiador. **Topoi.** v. 14, n. 27, p. 239-261, 2013.

- _____. História do tempo presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia História**, vol. 28, nº 47, 2012, p.43-59.
- _____. A negociação parlamentar da anistia de 1979 e o chamado “perdão aos torturadores”. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**. Brasília: Ministério da Justiça, n. 4, jul./dez. 2010, p.318-333. Disponível em: <<http://memorialanistia.org.br/revista-anistia/>>. Acesso: 09/01/2023.
- FONTES, Edilza Joana. O golpe civil-militar de 1964 no Pará: imprensa e memórias. **Opsis**, vol. 14, nº 1, Catalão- GO, 2014, p. 340- 360.
- GALVÃO, Pedro. Vencidos e vencedores. In: NUNES, André Costa et al. **1964 – Relatos Subversivos: os estudantes e golpe no Pará**. Belém: Edição dos Autores, 2004.
- GASPARI, Élio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GONÇALVES, Danyelle Nilin. Os múltiplos sentidos da anistia. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**. Brasília, Ministério da Justiça, nº 1, jan./jun. 2009, p. 272-295.
- GONÇALVES, Nadia G. Doutrina de Segurança Nacional e desenvolvimento na ditadura civil-militar: Estratégias e Educação. **Anais XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH**. São Paulo, 2011.
- GRECO, Heloisa Amélia. **Dimensões fundacionais da luta pela anistia**. Tese de doutoramento. Departamento de História da FAFICH/ UFMG- Belo Horizonte, UFMG, 2003. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/VGRO-5SKS2D/1/tese.pdf>>. Acesso: 14/02/2023.
- _____. **Discurso de Roma, 28 de junho de 1979**. In: GREENHLAGH Luís Eduardo, Discurso de Roma, 28 de junho de 1979. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/VGRO-5SKS2D/1/tese.pdf>>. Acesso: 14/02/2023.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- SOARES, Elizabeth Nelo. Largos, coretos e praças de Belém–PA. In: SOARES, Elizabeth Nelo (org.). **IPHAN/Programa Monumenta**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/largos_coretos_e_pracas_de_belem.pdf>. Acesso em: 12/01/2023.
- ISIDORO, Alves. Deixando a história para entrar no cinema. In: NUNES, André Costa et al. **1964 – Relatos Subversivos: os estudantes e golpe no Pará**. Belém: Edição dos Autores, 2004.
- LOUREIRO, Paes. **Entrevista concedida a Carolina Silva da Costa**. Belém, maio de 2018.
- KETTLE, Wesley Oliveira. **Espaço São José Liberto como “patrimônio difícil”**: desafios para o ensino de História. Dossiê. UFPA- PA, 2021.

- MARTINS FILHO, João Roberto. **O golpe de 1964 e o regime militar**: Novas perspectivas. São Carlos: EDUFS, 2006.
- MESENTIER, Leonardo Marques. **Patrimônio urbano, construção da memória social e da cidadania**. 2006, p. 03. Disponível em: <<http://www.artigocientifico.com.br/artigos/?mnu=1&smnu=5&artigo=1252>>. Acesso em 13/01/2023.
- MESSIAS, Marcos. Lei de Anistia: uma análise sobre o processamento das ações penais dos crimes cometidos durante a ditadura militar no Brasil. **Revista Jus Navigandi**, Ano 23, nº 5541. Teresina, 2 set. 2018. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/64399/lei-de-anistia-uma-analise-sobre-o-processamento-das-acoes-penais-dos-crimes-cometidos-durante-a-ditadura-militar-no-brasil>>. Acesso: 12/01/2023.
- MIRANDA, Cybelle Salvador. **Cidade Velha e Feliz Lusitânia**: cenários do Patrimônio Cultural em Belém. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Belém, 2006. Disponível em: <http://www.repositorio.ufpa.br:8080/jspui/bitstream/2011/1825/1/Tese_CidadeVelhaFeliz.pdf>. Acesso em: 12/01/2023.
- MORKAZEL, Marisa. Três coleções do Espaço Cultural Casa das Onze janelas: Doação e Editais no fortalecimento de um acervo. **Museologia & Interdisciplinaridade**, vol. L1, n. 4, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/16367>>. Acesso: 15/02/2023.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/ FAPESP, 2002.
- NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre a Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e Crimes Contra a Humanidade**. Adotada pela Resolução 2391 da Assembleia Geral em 26 de novembro de 1968. Entrada em vigor: 11 de novembro de 1970. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/genocidio/conv68.htm>>. Acesso em: 22/01/2023.
- NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (org.). **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p. 179-193.
- NOHARA, Irene Patrícia. Direito à memória e reparação: da inclusão jurídica das pessoas perseguidas e torturadas na ditadura militar brasileira. In: Direito Internacional: homenagem a Adherbal Meira Mattos. São Paulo: Quartier Latin, 2009.
- OLIVEIRA, Lucas. **As dinâmicas da luta pela anistia na transição política**. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-02062015-171603/publico/2015_LucasMonteiroDeOliveira_VCorr.pdf>. Acesso em: 18/12/2022.
- OLIVEIRA, Alfredo. **Cabanos e Camaradas**. Belém: Ed. Delta Gráfica, 2010.

- PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In FICO, Carlos [et al.]. **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- PARÁ. **Mensagem à Assembleia Legislativa**: apresentada em 22 de fevereiro de 1999. Belém: 1999.
- PARÁ, Secretaria Executiva de Cultura do Estado. **Feliz Lusitânia/ Forte do Presépio- Casa das Onze Janelas - Casario da Rua Padre Champagnat**. Belém: SECULT, 2006.
- _____. **Projeto Feliz Lusitânia – Conjunto Urbanístico e Paisagístico do Núcleo Histórico inaugural de Belém**. Belém, 2001.
- PETIT, Pere; VELARDE, Jaime Cuéllar. **O golpe de 1964 e a instauração da Ditadura Civil-Militar no Pará**: apoios e resistências. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), v. 25, 2012, pp. 169-189.
- PETIT, Pere. Jornais de Belém e as disputas Político Eleitorais no Pará (1889- 1992). In: QUEIRÓS, César Augusto B. **Histórias Impressas: imprensa e periodismo na região Norte (1930-1988)**. Manaus: Valer, 2022, p. 187-214.
- POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento e Silêncio. **Estudos Históricos**, vol. 2, nº 3, 1989. Rio de Janeiro, 1989, p. 3-15. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>>. Acesso em: 13/06/2023. p. 6
- PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.
- PRADAL, Fernanda Ferreira. Lutas de memórias e projetos na disputa pelo antigo departamento de ordem política e social (DOPS) do Rio de Janeiro. **Conserveries Mémorielles** [Enligne], nº 20, 2017. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/cm/2651>>. Acesso: 23/05/2023.
- RIBEIRO, Jonatan da Silva. A casa da Morte em Petrópolis: O patrimônio de uma memória traumática. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. São Paulo, v. 7., n. 8., 2021. Disponível em: <<https://www.periodicorease.pro.br/rease/article/view/1932/775>> Acesso em: 13/06/2023 p. 133-146.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.
- RUBERT, Sylvania. Ditadura Civil-Militar no Brasil: Construção da subjetividade em situações traumáticas. **Historie**. Rio Grande, vol. 5, n. 2, 2014, p. 273-296. Disponível em: <<https://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/7519/4873-13965-1-PB.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 13/06/2023. p. 273-296.
- SILVA, Golbery do C. **Conjuntura política nacional**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1981.
- SILVA, Marcos. **História – O prazer em Ensino e Pesquisa**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

SILVA, H. **O poder militar no Brasil**. Porto Alegre: L&PM, 1987.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUSA, Arnaldo Vieira. **Lei de Anistia: o direito entre a memória e o esquecimento**. Monografia – Curso de Direito, Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2010, p. 44.

_____. **A Ditadura Militar no Brasil: lei de anistia e seus reflexos na atualidade**. São Luís, Centro Universitário - UNDB, 2021. Disponível em: <http://repositorio.undb.edu.br/jspui/handle/areas/516> Acesso em: 13/06/2023.

VELARDE, Jaime Cuéllar & SERÁFICO, Agenor. Memórias do golpe na Amazônia paraense. **Anais XXVIII Simpósio Nacional de História - Lugares dos Historiadores: Velhos e novos desafios**. Florianópolis-SC, 2015.

LINKS ACESSADOS

Plataforma CAPES: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>>. Acesso: 19/04/2023.

Biblioteca Central da UFPA- Banco de monografias: <<https://bdm.ufpa.br:8443/>>. Acesso: 27/04/2023.

Teses e Dissertações do PPHIST: <<https://pphist.propesp.ufpa.br/index.php/br/teses-e-dissertacoes/dissertacoes>>. Acesso: 01/05/2023.

Banco de dados de produções de monografias e dissertações da UEPA: <http://biblioteca.uepa.br/pergamum/biblioteca/index.php#sobe_paginacao>. Acesso: 03/06/2023.